



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



FORTALEZA NA PONTA DO ANZOL

Hélio Monteiro

Fortaleza

2008

HÉLIO MONTEIRO

FORTALEZA NA PONTA DO ANZOL

Dissertação de Mestrado à Coordenação do Curso de Mestrado em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Irllys Alencar Firmo Barreira

Fortaleza

2008

FRANCISCO HÉLIO MONTEIRO JUNIOR

FORTALEZA NA PONTA DO ANZOL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: / / 2008

Banca examinadora:

Profa. Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Linda Maria de Pontes Gondim

Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Gerson Augusto de Oliveira Junior

Universidade Estadual do Ceará

Dedicado a todos os pescadores e pescadoras,
homens e mulheres, jovens e adultos, crianças
e idosos que povoam as lagoas da cidade de
Fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora e minha orientadora Doutora Irllys Alencar Firmo Barreira pela atenção, compromisso e pelos encontros profícuos. Aos professores da banca examinadora da qualificação de projeto composta pelas professoras, Dr^a. Irllys Alencar Firmo Barreira (UFC), Dr^a. Linda Maria de Pontes Gondim (UFC) e Dr^a. Maria Sulamita de Almeida Vieira (UFC) pelas sugestões valiosas que muito contribuíram para a redação final. Agradeço ainda a leitura cuidadosa da amiga Isaurora Martins quando o trabalho apenas estava ganhando forma. Também sou grato às contribuições da professora Doutora Lea Carvalho (UFC), pelas dicas valiosas com as quais me presenteou ao longo do curso de Rituais, dramas e performance. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ – pela bolsa de mestrado concedida durante os dois anos em que estive como aluno e pesquisador vinculado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Finalmente, quero também agradecer a disponibilidade e gentileza de todos os pescadores e interlocutores dessa pesquisa, sem os quais ela não teria sido possível; a todos os amigos e amigas com os quais tive o privilégio de conviver e compartilhar textos, idéias, angústias e frustrações ao longo do curto e intenso período de dois anos do curso de Mestrado de Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Com muito carinho, um agradecimento afetuoso e amoroso, àquela que com muita paciência acompanhou, na vida privada, as loucuras e desventuras que também estiveram presentes na elaboração desse texto. Trícia obrigado!

Preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento incorporadas na sociologia, e não é surpreendente que os sociólogos hoje encontrem dificuldade em desenvolver uma avaliação sistemática delas.

Anthony Giddens

RESUMO

O presente estudo analisa a oposição entre espaço urbano e meio ambiente na constituição da cidade de Fortaleza como metrópole regional. Considerando o caso dos pescadores lacustres da cidade, o trabalho aponta para a íntima relação entre o desenvolvimento urbano da cidade e a atividade pesqueira que se desenvolveu à margem desse progresso. Também sublinha os discursos conflituosos que envolvem interesses divergentes dos pescadores artesanais, empresários e poder público nos usos e apropriações das lagoas. A pesquisa empírica foi realizada na Lagoa da Parangaba e descreve as sociabilidades forjadas num lugar e numa condição *liminar*, as relações de gênero e a apropriação da Lagoa pelos pescadores. Ainda desembaraça a intrincada e complexa relação entre os apetrechos artesanais, os movimentos corporais e o tempo que envolve a singular pescaria em água doce.

Palavras-chave: Espaço urbano. Meio ambiente. Pescadores artesanais. Sociabilidade.

ABSTRACT

The present study analyzes the oppositions, as well the dialogues, between urban spaces and natural environment on the constitution of Fortaleza City (capital of the Ceará State – Brazil) as a “regional metropolis”. With the focus on the lake-dwelling fishermen, this work points to the close relationship among urban development and the fishing activities that occur by the border of this process. It also underlines the conflict in the discourses relative to the diverging interests of the fishermen crafts, entrepreneurs and the public authorities about the uses and appropriations of the ponds. The empirical research was made at the Parangaba Lagoon and describes the sociabilities invented at a place in a “liminar” condition – relationships of the genders, the corporal movements and the practices of fishing in fresh water.

Words Keys: Urban space. Environment. Fishermen. Sociability.

ÍNDICE DE FIGURAS

Capa - Vista da lagoa da Parangaba

Figura 1. Desenho da vila de Fortaleza - 44

Figura 2. Planta da cidade de Fortaleza - 47

Figura 3. Lagoas de Fortaleza - 52

Figura 4. Mapa hidrográfico de Fortaleza - 78

Figura 5. Foto de satélite da lagoa de Parangaba -79

Figura 6. Foto de exemplares de maracujás na lagoa da Parangaba - 86

Figura 7. Foto de um roçado na lagoa da Parangaba - 87

Figura 8: Foto de um cavalo pastando nas margens da lagoa da Parangaba - 103

Figura 9. Foto de um pescador artesanal - 115

Figura 10. Foto de um pescador lanceando a tarrafa - 116

Figura 11. Foto de uma tarrafa - 117

Figura 11. Foto de um pescador imerso na lagoa da Parangaba - 118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Da praia do Arpoador à lagoa da Parangaba.....	10
CAPÍTULO I – PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	19
A cidade no caleidoscópio da teoria.....	19
Na trilha da antropologia urbana.....	24
CAPÍTULO II – CONFIGURAÇÃO ESTÉTICA E ESPACIAL DE FORTALEZA.....	38
Uma lagoa no oceano da memória.....	38
Fortaleza: de costas para o mar e de olhos vendados para as lagoas.....	43
CAPÍTULO III – CIDADE E NATUREZA.....	55
Uma breve história de encontros e desencontros.....	55
Em Fortaleza.....	61
Usos (táticas) e discursos (estratégias) sobre as lagoas de Fortaleza.....	65
CAPÍTULO IV – NA LAGOA DA PARANGABA.....	78
A geografia.....	78
Com os pescadores da lagoa da Parangaba: o reencontro.....	81
Os trajes: do chapéu de palha ao boné dos Yankees.....	83
A condição liminar dos pescadores lacustres.....	84
A sociabilidade urbana: (des)construindo fronteiras.....	91
O cenário: as apropriações do espaço e a construção das relações de gênero.....	93
As margens da lagoa: a ambigüidade fronteiriça.....	100
CAPÍTULO V – TEMPO, ESPAÇO E MOVIMENTO.....	107
Esperar, esperar e esperar.....	107
A ciência nômade dos pescadores lacustres.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
BIBLIOGRAFIA.....	124

Introdução

Este trabalho é uma contribuição aos estudos que têm como preocupação analítica os usos da cidade e suas apropriações pelos diversos atores sociais. O espaço urbano não é visto como algo homogêneo, mas como um lugar que abriga uma heterogeneidade de práticas sociais. O estudo tem como problema principal discutir os diversos usos da Lagoa¹ da Parangaba, que envolvem as atividades de trabalho, lazer e sociabilidade de uma parte da população da cidade de Fortaleza.

Portanto, falar das lagoas da cidade é procurar identificar como os pescadores se apropriam desse espaço e forjam sociabilidades, transformando-o socialmente. Isso permite que nos afastemos das coincidências e das estereotípias urbanas e rurais para procurar causas e conseqüências que são produtos históricos. No caso da presente pesquisa, busca-se saber o que impulsiona tantos indivíduos a saírem de suas casas para pescar nos rios e lagoas de Fortaleza como também ler nas entrelinhas da história como a cidade se relaciona positiva ou negativamente com as suas lagoas.

Tomando-a como um caso exemplar daquilo que ocorre nas lagoas da cidade, decidi restringir o trabalho empírico à lagoa da Parangaba não somente por causa do curto tempo disponível para a pesquisa, mas também, e principalmente, impulsionado pelo fato de que muitos pescadores que freqüentam essa lagoa também pescavam em outras e vice-versa.

Para tanto, fez-se necessário ultrapassar a barreira da invisibilidade que oculta os pescadores e as lagoas da paisagem urbana fortalezense. Segundo Soares (2004), existem muitos modos de tornar alguém invisível, mas o preconceito e a indiferença são dois recursos amplamente utilizados pelas sociedades em geral.

O preconceito provoca a invisibilidade na medida em que projeta sobre alguém ou algo uma imagem que, a priori, está pautada num pré-conceito compartilhado

¹Lagoa: “*Depressão de formas variadas – principalmente tendendo a circulares – de profundidades pequenas e cheia de água doce ou salgada. As lagoas podem ser definidas como lagoas de pequena extensão e profundidades. As lagunas são lagoas que tem ligação com o mar com maior salubridade.*” (GUERRA, 1987).

e afirmado por uma sociedade. Corriqueiramente, a imagem projetada é o estereótipo fruto de uma distorção que inviabiliza o conhecimento do “outro”. Que é apreendido segundo categorias que anulam a sua individualidade e reflete a intolerância daquele que não cogita o contato mais íntimo.

A indiferença, por sua vez, recorre a estratagemas da visão esquiva, que desvia a atenção, incitando a recusa do que não quer ver. Mas também pode apelar para fórmula da neutralidade. Manter-se neutro frente a uma dada paisagem é uma atitude positiva diante daquilo que não lhe sensibiliza. Paradoxalmente, a neutralidade requer uma ação. A indiferença pressupõe o conhecimento, superficial obviamente, mas ainda assim, um tipo de saber.

Ambos os recursos sublinhados pelo autor se referem à diversidade humana e ao comportamento socialmente construído. São os menores abandonados, os homossexuais, os negros, as mulheres e toda a minoria que carece de uma visibilidade, seja social, política ou econômica. No entanto, o raciocínio pode ser transposto para o espaço urbano. Nesse caso, vale ressaltar a invisibilidade de paisagens que não estão presentes nos cartões-postais e que não são vistas pela maioria da população como um locus de sociabilidade.

A associação inexorável entre os espaços invisíveis e a população marginalizada que neles habitam, trabalham e se divertem não é mera coincidência. Não cabe problematizar qual das partes confere o estigma. Constata-se que espaço e indivíduo são entidades acopladas numa mesma invisibilidade e, muitas vezes, são tratados como lixo ou a banda podre da cidade.

Foi o que ocorreu com muitas lagoas de Fortaleza, encaradas como empecilhos do crescimento econômico e da modernização da cidade. Muitas foram aterradas, outras tantas abandonadas, algumas outras ocupadas pela população pobre da cidade. Ao longo do texto, descrevo e analiso como se desenvolve o processo de invisibilidade e de visibilidade que coloca de um lado, poder público e empresários, de outro, pescadores e agricultores que sobrevivem da pesca artesanal e moradores de áreas de proteção ambiental que não têm um cardápio muito variado de moradia e de lazer fora da modernidade.

Os interesses que estão em jogo numa disputa silenciosa são inconciliáveis e apontam para a existência de diversos projetos cidadãos, para as suas contradições,

problemas e soluções. Se Fortaleza é a cidade litorânea, vendida e cantada em verso e prosa, é também a que germinou em uma de suas lagoas o mito de Iracema, a *virgem dos lábios de mel*.

Com um olhar² enviesado, busquei, portanto, perceber a cidade de Fortaleza a partir desse *locus* inusitado. Isso significa dizer que esse olhar foi inclinado para entender a *capital das lagoas*. Explico melhor. Linhares (1992) investiga a história da formação da cidade a partir de três períodos que considera como marcos divisores: a) Fortaleza, capital do vento (1603-1823), b) Fortaleza, capital do sertão (1823-1962) e c) Fortaleza, capital da miséria (1962-1992).

O período inicial abrange os dois primeiros séculos em que a pequena vila sofria com as adversidades naturais, contrastando com a capitania de Pernambuco que possuía solos de massapê bastante férteis. Esse período se encerra com o desmembramento da Capitania do Ceará da Capitania de Pernambuco, em 1799. O segundo momento destaca a importância comercial que tiveram as regiões produtoras de gado e algodão para o crescimento e aparelhamento urbano da cidade. Esta aglutinou por meio de vias terrestres e um porto o escoamento desses produtos. Ressalte-se que, nesse momento, nem todos os habitantes saíram ganhando com o progresso econômico da capital em formação. Com ele, veio também o surgimento dos cercamentos³ nos arredores da cidade eleita para vivenciar a belle époque. Finalmente, o terceiro período é marcado pela descoberta do litoral motivado pela saída da burguesia industrial da região oeste para leste da cidade.

O intuito do autor com essa divisão é fugir de uma história linear para destacar a articulação da paisagem urbana com as ações humanas que predominaram em cada período citado. Momentos que aparecem divididos apenas didaticamente e que podem ser reorientados de acordo com as questões tratadas que, no seu caso, volta-se para a Fortaleza, capital do mar.

Ao propor uma antropologia da *cidade de água e sal*, isto é, uma etnografia do litoral da cidade, Linhares não se esqueceu de evocar a existência do mito fundador

²Uso aqui o verbo “olhar” no sentido proposto por Laplantine (2004, p. 18): “‘*Regarder*’, como olhar, é guardar de novo, ficar de guarda, tomar conta de, manifestar interesse por, prestar atenção, consideração, vigiar.” Trata-se de um olhar sensibilizado, indagador, perscrutador, que “ver de novo” e novamente. Não é a mesma coisa que “ver”, no sentido de uma visão que recebe passivamente as imagens num contato imediato com o mundo exterior.

³ Os cercamentos eram espaços localizados nas fronteiras da cidade destinados a aglutinar os retirantes que chegavam à cidade.

do Ceará: a história de Iracema, do escritor cearense José de Alencar. O autor desenvolve uma interpretação que procura ressaltar a importância que a natureza, principalmente o mar, possuía para o escritor como uma estética da beleza e do vigor dos “homens brancos”.

Iracema, a índia *virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longo que seu talhe de palmeira* (ALENCAR, 2001, p. 22) apaixonou-se por Martim Soares Moreno, guerreiro português que *tem nas faces o branco das areias que bordam o mar; nos olhos o azul triste das águas profundas.* (ALENCAR, 2001, p. 23) Em expedição ao nordeste brasileiro, Martim é atingido pela flecha de Iracema. Iracema encantada com o rosto benevolente do guerreiro corre em sua direção, apanha-o e leva-o à tribo Tabajara. Contudo, o amor que cresce não pode ser concretizado. Iracema deveria se manter virgem e fiel a Tupã. Mas ignorando as convenções sociais da tribo, ela tem um filho com Martim. Moacir, um mestiço que vai embora com o pai, homem civilizado, após a morte de Iracema.

Como observa Linhares (1992), a “superioridade” do homem branco “civilizado”, marcado pelas metáforas do mar e das brancas areias, sinaliza para uma estética de natureza superior àquela vivenciada pelos “selvagens”. Mito que se inscreve no próprio espaço urbano. Ora, a primeira estátua de Iracema foi esculpida em cimento na primeira avenida à beira-mar da cidade. Inaugurada a 24 de junho de 1965, pelo Presidente da República, o cearense Humberto de Alencar Castelo Branco, ela demarca, segundo o autor, a oposição natureza/cidade.

Na trilha forjada por Linhares, podem ser acrescentados outros dormentes. Nesse caso, a estátua também se insere tanto nas reviravoltas urbanas, que passam a ressignificar o espaço da praia social e economicamente importante na trama cotidiana, quanto reforça a idéia de superioridade dessa paisagem em detrimento de outra também presente no mito fundador, mas esquecida ou forçadamente olvidada por muitos: as lagoas da cidade.

Como lembra Schama (1996), a natureza não se demarca a si mesma, não se nomeia. É a ação humana que a identifica, demarca e significa. Ao privilegiar determinada interpretação ou uma paisagem, o que se afirma é o próprio conflito inerente a qualquer grupo humano e as múltiplas maneiras de ver a realidade. É bastante significativo, então, o fato de que por muito tempo a estátua de Iracema teve como

reduto as areias brancas do litoral. Por que não a lagoa da Parangaba ou a lagoa de Messejana? Não faltam referências a elas na poesia alencarina.

No livro de José de Alencar podemos encontrar várias passagens que têm como cenário algumas das principais lagoas que viriam a ser incorporadas pela cidade em expansão. Em uma dessas passagens, o autor gasta algumas tintas para falar da lagoa da *Porangaba*:

Martim partia para a caça com Poti. A virgem separava-se dele então, para sentir ainda mais ardente o desejo de vê-lo.
Perto havia uma formosa lagoa no meio de verde campina. Para lá volvia a selvagem o ligeiro passo. Era a hora do banho da manhã; atirava-se à água e nadava com as garças brancas e as vermelhas jaçanãs.
Os guerreiros pitiguaras, que apareciam por aquelas paragens, chamavam essa lagoa Porangaba, ou lagoa da beleza, porque nela se banhava Iracema, a mais bela filha da raça de Tupã.
E desde esse tempo as mães vinham de longe mergulhar suas filhas nas águas da Porangaba, que tinha a virtude de dar formosura às virgens e fazê-las amadas pelos guerreiros. (ALENCAR, 2001, p. 96-98)

Em outro momento, Iracema acha-se à beira da lagoa de *Mecejana* (ainda era grafada dessa maneira à época de Alencar) sofrendo com a partida do esposo querido:

Desde então à hora do banho, em vez de buscar a lagoa da beleza, onde outrora tanto gostara de nadar, caminhava para aquela, que vira seu esposo abandoná-la. Sentava-se junto à flecha, até que descia a noite; então recolhia à cabana.
Tão rápida partia de manhã, como lenta voltava à tarde. Os mesmos guerreiros que a tinham visto alegre nas águas da Porangaba, agora encontrando-a triste e só, como a garça viúva, na margem do rio, chamavam aquele sítio da Mecejana, que significa a abandonada.
Uma vez que a formosa filha de Araquém se lamentava à beira da lagoa da Mecejana, uma voz estridente gritou seu nome do alto da carnaúba. (ALENCAR, 2001, p. 107-108)

Linhares ao invés de responder à pergunta acima, suscita-a. Ao inserir o seu objeto de estudo na trama maior da cidade, ou melhor, ao propor uma reescrita da história a partir dos marcos já citado, o autor envereda por um caminho que sai do “sertão” em direção ao mar. Nesse percurso, aponta outras faces da cidade e as suas múltiplas articulações no espaço e no tempo:

A capital do sol (a Fortaleza dos turistas), a capital da moda (a Fortaleza das indústrias têxteis e de uma certa burguesia industrial) e a capital da miséria (a Fortaleza de dois milhões de habitantes dos quais somente 756 mil compõem a chamada população economicamente ativa) se justapõem e compõem hoje

uma cidade que é, a só tempo, palco de cenas de miséria/opulência, tristeza/alegria e segregação social. (LINHARES, 1994, p. 168)

Todas essas “Fortalezas” assinaladas pelo autor convivem harmônica ou conflituosamente com a Fortaleza, *capital das Lagoas*. Lagoas que ainda têm suas margens e entornos ocupados por uma parcela pobre da população. Lagoas que ainda servem como depositários das indústrias e de sistema clandestino de esgoto. E que também são palcos de pescaria, do convívio amoroso entre casais de apaixonados ou de meninos que brincam chapinhando nas suas águas, de aposentados que ali passam algum tempo das suas horas em busca de uma conversa informal ou de um companheiro para contar as suas histórias que não são poucas e se confundem com a própria história das lagoas.

Trata-se de “recantos” da cidade – lugar de moradia, lugar de trabalho, lugar de divertimento, lugar de múltiplas interações e, por fim, lugar de produção de cultura. Cenários de disputas simbólicas e políticas, alvos de empreendimentos gananciosos e turísticos que reorientam usos e simbologias.

Nessa direção, pode-se comentar o fato ocorrido nas comemorações dos 278 anos da cidade de Fortaleza. O prefeito Juraci Magalhães encomendou uma nova estátua de Iracema para ser fixada nas águas da lagoa de Messejana. Tal evento fazia parte de um projeto intitulado *Iracema a musa do Ceará* que visava transformar a lagoa em um ponto turístico importante em Fortaleza. No dia 1 de maio de 2004, foi entregue à cidade a estátua de Iracema.

Nesse fato encontramos algumas repostas para a pergunta anterior: Por que Iracema passou tanto tempo apartada da sua história? Ao trazer Iracema de volta para casa, proclamavam-se simbolicamente duas outras afirmativas: primeiramente, a arbitrariedade das ações do poder público que elege marcos e monumentos históricos de acordo com as conveniências políticas e econômicas; segundo, que o espaço citadino não prescinde, em momento algum, da comunicação com a natureza ou o mundo natural. Ao contrário, os elos que unem natureza e cultura são bastante intercambiáveis para que seja feita qualquer nítida oposição entre eles.

Por outro lado, eram negadas duas outras: a) ao se reapropriar de alguns espaços urbanos, o Estado ou as ações empresariais simplesmente ignoram o fato de que a história não começa com o toque de suas varinhas mágicas; b) a produção de cultura,

símbolos e significados independe de forças externas. Eles são construídos e reconstruídos no correr da vida cotidiana, nas suas tramas e conflitos que ressignificam espaços aparentemente “vazios” de qualquer sentido.

De fato, Fortaleza, cidade de sol e mar é também a cidade das águas doces e dos pescadores artesanais. Nesse caso, a narrativa que privilegia tenta refazer o caminho inverso proposto por Linhares. Ao invés de partir do “sertão” rumo ao mar, me dirijo ao “sertão” dando as costas àquele que durante muito tempo contemplei. Nesse percurso andei como Marcovaldo, personagem pitoresco de um livro do escritor italiano Italo Calvino (2007, p. 112), que olha a cidade nas brechas das calçadas onde nascem cogumelos e anda *buscando o aflorar de uma cidade diferente, uma cidade de cascas, escamas, brotos e nervuras sob a cidade de verniz, asfalto, vidro e reboco*. Ela é como um mosaico de miniaturas composta por símbolos, imagens e narrativas. Os discursos que emergem nos jornais e nas práticas e conflitos cotidianos formam imagens de variados matizes.

Como a metodologia empregada e a abordagem teórica não estão separadas na realização da pesquisa e nem na construção textual, o primeiro capítulo da dissertação apresenta meu percurso metodológico e a perspectiva de análise utilizada no trabalho.

No segundo capítulo elaboro uma imagem estética de Fortaleza a partir das apropriações das lagoas. Nesse momento privilegio a discussão em torno da relação da cidade com as lagoas. Não se trata de reificar a cidade, mas de procurar saber como ela foi construída e qual imagem correlata emergiu dessa construção humana. Através de livros e crônicas que falam de Fortaleza, de seus bairros, ruas e lagoas, re-escrevo uma história de esquecimentos e desaparecimentos.

No capítulo seguinte, estabeleço uma discussão sobre cidade e natureza ressaltando encontros e desencontros, destacando as peculiaridades de Fortaleza nesse debate e inserindo os conflitos que envolveram diversos atores sociais. Nesse momento, apresenta-se uma escrita mais ensaística, com pouca ênfase nos atores sociais. Isso se deve ao próprio objetivo do tópico que versa sobre essa relação, destacando uma longa duração histórica.

Ainda nesse capítulo, explico a abordagem dos usos, como tematiza Certeau (1994), da bricolagem (táticas) dos pescadores e agricultores e os discursos

(estratégias) de poder dos empresários e do poder público na apropriação das lagoas e entornos.

No quarto capítulo, apresento a lagoa da Parangaba e seus usuários. Procuo explicitar como os usos da Lagoa estão ligados às atividades de lazer e trabalho e como convergem em casos específicos. Identifico, dessa forma, três categorias de pescadores: *os pescadores sazonais*, *os pescadores assíduos* e *os pescadores domingueiros*. A partir dessas categorias, caracterizo os usos da lagoa e a relação dessas categorias com a apropriação do espaço.

Abordo também a relação entre os pescadores, como constituem suas sociabilidades e a relação homem-mulher, com a mediação dos instrumentos técnicos empregados e das *estórias* contadas pelos pescadores. As conversas em círculo, paralelas, sussurros e a bebida constituem elemento central da sociabilidade entre os homens. As alusões a jacarés que vivem na lagoa e “visagens” sempre aparecem como instâncias socialmente significativas que orientam a apropriação daquele espaço entre os usuários. Estes, por sua vez, acabam problematizando a relação entre público e privado por meio das atividades realizadas nas margens da lagoa.

Chamo atenção para a ambigüidade presente na apropriação das lagoas. Como lembra Zukin (2000, p. 82) *o espaço incita e imita a ambigüidade*. Isso quer dizer que ao se apropriarem da lagoa, os agentes sociais constroem sentidos que estão entre a “casa” e a “rua”, trabalho e lazer. A transitoriedade, a incerteza, o nomadismo forçado que marcam a trajetória dos usuários das lagoas também denotam a condição das lagoas como espaços liminares que *fazem a mediação entre natureza e artefato, uso público e valor privado, mercado global e valor específico*. (ZUKIN, 2000, p. 82).

Nesse sentido, pescadores e lagoa compartilham de uma invisibilidade que caracterizam os fenômenos sociais, os indivíduos e os espaços liminares. Mas que contribuem para clarificar os valores dominantes, vendidos e laureados por uma sociedade. Nesse capítulo, portanto, trato a liminaridade não como conceito antropológico que sublinha uma fase ritual vivenciada por indivíduos isolados, mas como um estado simbólico que realça as contradições sociais vividas por um grupo ou coletividade.

No quinto e último capítulo, discorro sobre o tempo, o espaço e o movimento. Essas instâncias estão intrinsecamente relacionadas no desenvolvimento da

atividade pesqueira e ecoam uma ciência nômade que toma o corpo como a extensão objetiva de um determinado saber. E como as técnicas empreendidas pelos pescadores fazem parte de um cabedal de conhecimento adquirido de geração em geração, sofrendo as modificações que tal espécie de conhecimento proporciona.

I

Percurso teórico-metodológico

As cidades, como os sonhos, são construídas de desejos e medos, não obstante o fio de seu discurso ser secreto, suas regras absurdas, as perspectivas enganosas e cada coisa esconder outra.⁴

Italo Calvino

A cidade no caleidoscópio da teoria

Há uma gama de referências bibliográficas quando se discute a cidade como categoria sociológica. Mas o que é uma cidade? O que a caracteriza? Não tenho a pretensão de estabelecer uma definição de algo que pode ser apreendido de diversas formas. Para Weber (1973, p. 68) *pode-se tentar definir de diversas formas a 'cidade'*: caracterizando-a como um local de mercado (conceito econômico), uma fortificação (conceito político-administrativo) ou como um local delimitado (conceito territorial-legal). Já para Wirth (1973) a cidade se define pela sua dimensão, densidade e heterogeneidade. Todos esses conceitos se aproximam e se distanciam da idéia de que ela é, principalmente, um produto da natureza humana.

Dessa forma, a cidade se constituiria como um espaço transformado pela ação humana. Mas nem todo espaço transformado pela ação humana se configura numa cidade. Antes, seria um espaço físico, político, administrativo e jurídico que se constituiria como tal na medida em que as suas relações sociais e produtivas se distanciassem daquelas ligadas ao campo e ao cultivo da terra. Nesse caso, a cidade só passaria a existir de fato como consequência das transformações ocorridas nas relações de produção e na vida social. Expressão de um modo de vida caracterizado pela desorganização social, a individualização e a secularização, em contraste com a homogeneidade, a solidariedade de grupo e com a conduta tradicional, espontânea,

⁴ CALVINO, 2005, p. 44.

acrítica e impessoal, a cidade (*urban*) seria o ponto final de um *continuum* que começou com o campo (*folk*) – idéia desenvolvida por Robert Redfield, integrante da Escola de Chicago.

Essa leitura, presente na escola sociológica alemã e em muitos outros estudos sociológicos do início do século XX, confunde, para Castells (1983), forma e conteúdo ao associar as formas espaciais da cidade a uma cultura urbana fruto da industrialização capitalista. Dessa forma, a cidade estaria ligada objetiva e subjetivamente ao desenvolvimento do espaço urbano.

Acrescentaria a essa confusão o fato de que a cidade passou a ser vista, identificada e problematizada a partir dessa associação, expressa nas formas físicas e simbólicas que ela assumiu a partir da revolução industrial. Tal relação nega ou esquece que os homens a fazem no seu dia-a-dia e que eles apresentam idiossincrasias que se configuram em conflitos e mediações que extrapolam as conveniências teóricas. Antes de formular modelos de interpretação, as ações humanas tendem a evocar ou resistir aos moldes que os transformam em seres essencialmente puros e a cidade como a essência de uma ordem econômico-social.

Dessa forma, a heterogeneidade, que tanto serviu como referência para identificar o caráter cosmopolita e “civilizatório” da cidade, acabou, contraditoriamente, sendo negada pelas perspectivas adotadas. Ora, ao estabelecer uma racionalidade da cidade e das relações e condições materiais nas quais ela se desenvolveu, o urbanismo esqueceu que a vida cotidiana reconfigura cenários e amplia simbolicamente os espaços independentemente das “funções” estabelecidas a priori. Para Michel de Certeau (1994) o que houve foi a transformação do fato urbano no conceito de cidade, ou a criação de *um sujeito universal e anônimo [...] à maneira de um nome próprio* (CERTEAU, 1994, p. 173) possibilitando que tal fato histórico fosse *tratável como uma unidade que depende de uma racionalidade urbanística*.

Para Magnani (2002) e Michel de Certeau (1994), existem duas abordagens problemáticas sobre a cidade. A primeira, caracterizada pelo discurso da catástrofe, vê a cidade como um conjunto de problemas relativos ao saneamento básico, deficiência de transporte urbano, moradia, poluição e desigualdades sociais. Na segunda, inserida no discurso do progresso, a cidade é constituída por um excesso de signos, marcada pelo fluxo contínuo e ininterrupto de imagens, mercadorias e indivíduos; pela proliferação de

não-lugares⁵, pela brevidade das relações, pelo caixa eletrônico e pelos números e códigos que substituem e dispensam a apresentação pessoal.

Ambas abordagens levariam, conclusivamente, à idéia de que esse espaço estaria vivenciando uma deterioração da convivência e do seu caráter público, expresso, de um lado, na falta de ações políticas dos sujeitos envolvidos e, do outro, na superabundância de informação e na fugacidade do tempo.

A dissociação e a reserva dos indivíduos anunciadas por Simmel (2005)⁶ como característica da vida na metrópole estaria se exacerbando e acentuando a transformação do indivíduo em *un esprit blasé*. Ele passa a ser incapaz de agir e reagir aos estímulos cotidianos de uma vida que não tem sentido ou em que as relações são vistas como nulas e, portanto, não valendo a pena preferir umas em relação às outras.

Mas o que ocorre é que somente determinados atores sociais são lembrados nessas abordagens como a parcela da elite que comanda os projetos de requalificação ou enobrecimento e uma outra que trabalha nas instituições de planejamento urbano – tais como gestores e técnicos. A população segregada das benfeitorias quando lembrada assume posições passivas e subalternas diante da emergência das transformações tecnológicas.

Isso leva a uma visão determinista e imobilista da cidade que seria contrária à sua dinamicidade cultural. Essa lógica material que constitui a cidade não está dissociada da *construção simbólica dos chamados 'interesses práticos'* (SANTOS, 1981, p. 16) que são negociados no fazer cotidiano. Não estou querendo negar a importância das perspectivas “macro”, mas salientar que existe outro caminho de análise que privilegia os indivíduos como sujeitos que constroem maneiras ativas e criativas de se relacionar com as faltas e com os excessos. Como escreveu Certeau (1994, p. 174):

⁵ Termo cunhado por Marc Augé em oposição à noção sociológica de lugar como lócus de uma cultura localizada no tempo e no espaço. Nas palavras do autor, *os não-lugares são tanto as instalações necessárias à circulação celerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta.* (AUGÉ, 2001, p. 36).

⁶ Estou utilizando como referência uma nova tradução do texto do Simmel que foi publicada na Revista Mana com o título de *As grandes cidades e a vida do espírito*. Este texto difere daquele já bastante conhecido intitulado *A metrópole e a vida mental*, presente no livro organizado por Gilberto Velho (1973), por ter sido traduzido diretamente do alemão. A primeira tradução foi feita a partir da tradução norte-americana.

Ao invés de permanecer no terreno de um discurso que mantém o seu privilégio invertendo o seu conteúdo (que fala de catástrofe e não mais de progresso), pode-se enveredar por outro caminho: analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem ao seu perecimento.

Essa abordagem possível, que foge às outras duas sem negá-las, vê a cidade como um espaço da multiplicidade, onde os indivíduos não são sujeitos passivos e nem se encontram presos às grandes narrativas teóricas. Ao contrário, fomentam práticas cotidianas revelando como *uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada*. (CERTEAU, 1994, p. 172).

Pode-se afirmar que essa abordagem prioriza, sobretudo, a ambivalência. *Assim como todas as coisas que estão em um irresistível processo de mistura e impurificação perdem sua expressão de essência, e o ambíguo se põe no lugar do autêntico, assim também a cidade*. (BENJAMIN, 1995, p. 15). Seja, ainda, a relação difusa entre presente e passado, *lugares e espaços*, indivíduos e não-lugares, ou a relação dos indivíduos entre si e, finalmente, entre os indivíduos e os espaços físicos e naturais que constituem a cidade.

Inscrita numa perspectiva micro-sociológica, essa abordagem se centra na singularidade dos grupos sociais e na recomposição dos *lugares* (AUGÉ, 2001). *Se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades e proibições, o caminhante atualiza algumas delas*. (CERTEAU, 1994, p. 177). A atualização dos percursos nem sempre necessita de um muro concreto que impeça prosseguir; a virtualidade dos muros econômicos e culturais constitui barreiras tão intransponíveis quanto as argamassas.

De fato, a cidade não é somente uma aglomeração de estruturas físicas planejadas e não planejadas, dadas a priori. Como construção humana, ela está em constante transformação, o que passa também pela via das subjetividades, dos desejos, dos medos. Se a constituição dos *lugares* de lazer, residência e trabalho têm uma função estratégica de gerir relações de poder, por outro lado esse poder se expressa também pela via dos sentimentos e das produções simbólicas. (SANTOS, 1981).

Por conseguinte, as apropriações do espaço urbano não se restringem às intervenções que lhe impõem significados, há também práticas que constantemente recusam as construções funcionais. A produção simbólica de um espaço urbano abriga esse movimento que lhe é intrínseco.

Dessa forma, a atividade cotidiana que tem a Lagoa da Parangaba como cenário, não é estática, presa às configurações de outrora. Verbalização da multiplicidade de sociabilidades e de usos da cidade, esse fenômeno urbano sublinha os aspectos culturais que realizam a fusão entre “rural” e “urbano”, estabilidade e mudança, diacronia e sincronia, público e privado. Multiplicidade que se expressa nas lutas e conflitos, nos usos e apropriações do espaço citadino contemporâneo. Como escreveu Barreira (2007, p. 166):

Para além de um ideal de unidade, a cidade apresenta a conjunção de sociabilidades. O risco de essencialização ou substantivação do espaço urbano existe quando pensamos a metrópole de modo estático e uniforme, senso contrário à sua dimensão plástica moldada por práticas e interações.

Nesse sentido, cabe apontar outra leitura possível e contrária aos estudos da Escola de Chicago⁷ que radicalizavam as distâncias entre o rural e o urbano. Essa oposição buscava identificar o modo de vida especificamente urbano e os problemas característicos da urbanização.

Essa leitura do espaço urbano se constituiu como oposto e em contradição ao espaço rural, sintetizado na própria dicotomia campo/cidade. Na prática essa distinção não se apresenta de forma tão evidente e radical. Para Raymond Williams (1989, p. 19) *a vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; movem-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.*

Durante muito tempo as Ciências Sociais permaneceram reféns dessa dicotomia necessariamente correlata às oposições entre o moderno e o tradicional, o homem citadino e o homem tribal. Ela trancafiava as práticas sociais nos seus “domínios” sem levantar a possibilidade de uma convergência entre esses espaços aparentemente distintos. A classificação e o apontamento das “características típicas” das práticas sociais pertencentes a cada domínio sugeriam, dessa forma, a impossibilidade de comunicação entre esses dois mundos. (SAHLINS, 1997).

⁷ A Escola de Chicago é um termo utilizado para abranger a produção acadêmica produzida na Universidade de Chicago mais ou menos entre os anos de 1915-1940. Utilizando-se de material empírico e de documentos como jornais, cartas e o histórico de vida dos pesquisados, esses estudos abordavam questões como criminalidade, migração e grupos étnicos. Alguns dos principais nomes e trabalhos que compreendem esse período são: “The Hobo”, de Nels Anderson (1923); “The Gang”, de F. M. Trasher (1927), “The Ghetto”, de Louis Wirth (1928) entre outros. Para mais detalhes ver COULON, 1995.

Ao contrário, basta chover um pouco para vermos em vários pontos da cidade homens carregando varas artesanais como lanças apontadas para o céu. Aqueles rios e lagoas, antes escondidos pelo denso matagal que ocultava essas frestas de água, transformam-se com a presença dos pescadores apinhados de esperança em busca de alguns peixes robustos. Apertados na ponte sobre o rio Cocó, ou ainda, solitários nas lagoas e riachos que se perdem em meio ao asfalto e edifícios da cidade, esses pescadores procuram somente peixes robustos? Esses peixes não têm algo mais a dizer como as dádivas descritas por Marcel Mauss (1974)?

Na trilha da antropologia urbana

O meu primeiro contato com a Lagoa e com seus usuários ocorreu no término do primeiro semestre de 2004. Eu já estava concluindo as disciplinas finais do curso de graduação em Ciências Sociais, portanto com um “objeto” monográfico bastante delimitado e problematizado⁸, quando surgiu a oportunidade de realizar com outros colegas um trabalho final de disciplina na Lagoa da Parangaba.⁹ Segundo um deles, residente num apartamento próximo à Lagoa, existia um fenômeno ali que poderia render boas discussões com os autores estudados. Da janela do seu apartamento, via cotidianamente diversos pescadores sentados em bóias artesanais jogando suas tarrafas para o ar. Para despertar ainda mais o meu interesse, ele também falou sobre uma fogueira, baião-de-dois e peixes fritos. Tínhamos um tempo curto para irmos a campo. Duas visitas estavam programadas, mas acabamos realizando somente uma por causa da proximidade da data de entrega do trabalho.

Até então, apenas um dos integrantes da equipe conhecia a Lagoa da Parangaba mais detalhadamente. Eu pouca coisa sabia. Morei muito tempo no Pirambu, bairro banhado pelas águas da praia do Arpoador, localizado na região oeste da cidade. Observava a lagoa, de vez em quando, através das janelas dos ônibus que por ali

⁸ Esse “objeto” tinha como questão trabalhar a problemática da linguagem e do poder presentes no livro *Vidas Secas* do escritor Graciliano Ramos.

⁹ A disciplina em questão era Antropologia III, cursada na Universidade Estadual do Ceará.

trafegam apressadamente em conformidade com o ritmo acelerado das nossas vidas. As lembranças que estavam guardadas na minha memória não mais correspondiam àquilo que via. Eram vagas lembranças de algumas passagens por aquela localidade de Fortaleza. Por outro lado, também não se tratava mais da mesma lagoa retratada no livro *Iracema*, de José de Alencar, quando ainda era chamada de **Porangaba** e se encontrava a uma légua de distância da cidade de Fortaleza. Apesar dos problemas ambientais e estruturais, ainda resguarda traços que outrora deram origem ao seu nome tupi-guarani (*Porang-aba*), que significa beleza, formosura.

O nosso objetivo naquela viagem rumo ao “conhecido” que se torna surpreendentemente estranhável era realizar uma pequena etnografia do cotidiano das pessoas que lá vivem e trabalham. Quando falo pequena etnografia, estou pensando na complexidade desse trabalho que não tem nada de aventureiro.¹⁰ No nosso caso, estávamos mais curiosos para saber a veracidade de toda aquela história. Assim como Tomé, era difícil acreditar naquilo que não víamos, o que não desmerece a nossa iniciativa. A dúvida e a ciência sempre andaram de mãos dadas na busca do conhecimento. Ou melhor, essa capacidade de duvidar é condição, por excelência, da existência da ciência.

Chegando à lagoa pudemos verificar que o nosso colega estava com razão. Lá não somente havia vários pescadores como também fogueiras esquentando alguns peixes. Nesse dia, conhecemos seu José¹¹, que possui um roçado nas margens da lagoa e cuida de um cavalo chamado Jorge. Demonstrou simpatia e amizade com vários pescadores que estavam ali, o que nos ajudou a conversar com alguns deles naquele momento.

Feitas as primeiras observações, procuramos saber se a pesca consistia numa complementação de renda ou se tratava de uma atividade de subsistência. Grande pretensão para uma pesquisa que não colheu dados suficientes para abranger tamanha

¹⁰ Neste caso, estou me referindo às sábias palavras de Claude Lévi-Strauss: *Não há lugar para a aventura na profissão de etnólogo; ela é somente a sua servidão, pesa sobre o trabalho eficaz com o peso das semanas ou dos meses perdidos no caminho; das horas improdutivas enquanto o informante se esquia; da fome, do cansaço, às vezes da doença, e, sempre, dessas mil tarefas penosas que corroem os dias em vão e reduzem a vida perigosa no coração da floresta virgem a uma imitação do serviço militar.* (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 15).

¹¹ Os nomes aqui citados são todos fictícios para proteger os pescadores de futuros constrangimentos. Apesar de muitos se mostrarem dispostos a ser citados, assim preferi. O que não impede que muitos deles sejam identificados por pesquisadores que passem a pesquisar na lagoa da Parangaba, pois as histórias aqui registradas são bastante peculiares aos entrevistados.

envergadura temática. Essa dúvida permaneceu e a imagem dos pescadores em atividade perdurou, materializando-se constantemente nas minhas conversas com amigos como um problema sociológico de relevância. Tanto que não hesitei em escrever um projeto de dissertação que envolvesse esses atores sociais.

Com a licença dos meus colegas, voltei algumas outras vezes para realizar uma pesquisa exploratória, com o objetivo de construir meu projeto de dissertação. Mais familiarizado com as pessoas e o local de pesquisa, aprofundi aquela preocupação inicial e outra nova questão foi suscitada por essas visitas.

Inseridos no contexto da cidade, não era somente importante procurar classificar essa atividade, mas entendê-la como expressão das transformações cidadinas. Procurei, então, perceber a relevância das lagoas na cidade de Fortaleza. O que antes era apenas uma paisagem com a qual me deparava ocasionalmente passou a constituir um cenário importante no qual os indivíduos forjam sociabilidades.

Para identificar as práticas e os agentes sociais envolvidos na atividade pesqueira, utilizei-me de algumas técnicas e instrumentos de pesquisa que vêm sendo adotados e sistematizados por alguns autores como Mangnani (1998) e Canevacci (2004), antropólogos que estudam a cidade em suas tramas e dramas sociais e simbólicos.

Essas técnicas fazem parte daquilo que convencionalmente se chama de procedimentos antropológicos, apesar de não se restringirem a essa área de conhecimento. Centradas na observação participante, na entrevista aberta e informal e no uso do diário de campo como instrumento de coleta de dados a partir da delimitação do grupo observado, elas se associaram às novas roupagens, especificidades e “objetos” que ganhou a antropologia.

A partir dessa reorientação de problemas e de metodologias, novas perspectivas de estudos se consolidam: a etnografia urbana ou antropologia urbana que *estuda os grupos sociais e suas práticas quando propriamente inscritos na trama da cidade, isto é, articulados na e com a paisagem, equipamentos ou instituições urbanas...* (MANGNANI, 2002, p. 25) e a antropologia ou sociologia da comunicação urbana não caracterizada exclusivamente pelo estudo dos signos sonoros, olfativos e visuais que inventam uma cidade, mas da relação entre as diversas narrativas conflituosas e harmoniosas que interpretam e compõem a cidade. Desde as

representações literárias, passando pela arquitetura dos edifícios, praças, monumentos, paisagens e eventos e situações que comunicam uma cidade para os seus habitantes e visitantes, até as escolhas e interdições do itinerário urbano¹².

Contudo, faz-se necessário lembrar que os procedimentos antropológicos adotados pela recente antropologia urbana foram utilizados pioneiramente pela Escola de Chicago. A sociologia urbana praticada nos anos 1930, na cidade de Chicago, teve como principal nome Robert Ezra Park (1864-1944). Tendo exercido a profissão de jornalista nos principais jornais dos Estados Unidos da América antes de ser convidado para ensinar e pesquisar na Universidade de Chicago, Park foi aluno de William James, um dos principais nomes do interacionismo simbólico¹³ em Havard e, em Berlim, foi aluno de Georg Simmel, sociólogo que voltou seu olhar para as contradições surgidas no final do século XIX nas metrópoles européias. A partir desses autores, Robert Park não somente definiu a sua orientação teórico-metodológica como redirecionou os problemas que desafiavam os teóricos europeus. Ao invés de se voltar para questões de caráter macro-sociológica decorrentes da Revolução Industrial, Park se detém nos problemas de diversos atores sociais na Chicago em constante crescimento populacional e com migrantes de diferentes países.

Mas foram as idéias e métodos defendidos e utilizados pelo antropólogo Franz Boas que influenciaram definitivamente os procedimentos metodológicos utilizados por Park e seus discípulos. Para Boas, somente a observação empírica dos fatos sociais poderia fornecer um quadro objetivo da cultura estudada. A extrema preocupação em manter contato com os povos “primitivos” devia-se ao fato de Boas defender a existência de várias culturas em contraposição a uma idéia evolucionista de uma “Cultura” universal da humanidade.

A atenção aos pequenos detalhes, as entrevistas e as “conversas espontâneas” constituiriam, então, o caminho fundante de uma ciência voltada para compreender o modo de vida dos diversos grupos sociais. Ora, as gangues juvenis que proliferavam em Chicago, os grupos de trabalhadores sazonais e andarilhos que

¹² Ver o estudo de CANEVACCI (2004) sobre a comunicação na cidade de São Paulo e o trabalho de SILVA FILHO (2001).

¹³ Para Coulon (1995, p. 20), o interacionismo simbólico *afirma que é a concepção que os agentes têm do mundo social que constitui, em última instância, o objeto essencial de investigação sociológica [...] O estudo sociológico deste mundo, portanto, deve analisar os processos pelos quais os agentes determinam suas condutas, com base em suas interpretações do mundo que os rodeia.*

percorriam os Estados Unidos em busca de emprego não poderiam ser vistos como grupos sociais com as suas especificidades de linguagem, códigos, vestimentas e visão social de mundo? Para Park (1973, p. 28), a resposta é afirmativa:

Até o presente, a Antropologia, a ciência do homem, tem-se preocupado principalmente com os estudos dos povos primitivos. Mas o homem civilizado é um objeto de investigação igualmente interessante, e ao mesmo tempo sua vida é mais aberta à observação e ao estudo. A vida e a cultura urbanas são mais variadas, sutis e complicadas, mas os motivos fundamentais são os mesmos nos dois casos. Os mesmos pacientes métodos de observação despendidos por antropólogos tais como Boas e Lowie no estudo da vida e maneiras do índio norte-americano deveriam ser empregados ainda com maior sucesso na investigação dos costumes, crenças, práticas sociais, e concepções gerais de vida que prevalecem em Little Italy, ou no baixo North Side de Chicago, ou no registro dos *folkways* mais sofisticados dos habitantes de Greenwich Village e da vizinhança de Washington Square em Nova York.

Ainda que o autor faça uma defesa dos métodos propostos pela antropologia de forma etnocêntrica, o importante é observar que ao fazê-la, Park propunha estudar os fenômenos urbanos a partir dos próprios indivíduos e seus espaços. Dessa forma, sublinha a importância de conhecer empiricamente os códigos e os “valores” sociais dos grupos urbanos – delinquentes juvenis, traficantes, criminosos – e a íntima relação desses com a cidade.

Dessa forma, procurei fixar-me na lagoa da Parangaba a fim de estabelecer contatos mais estreitos com os pescadores. Apesar da esporádica presença de alguns, outros estavam lá todos os dias, como “seu” José. O que não me impediu de vivenciar um fato curioso no processo de pesquisa.

Após alguns meses realizando o trabalho de campo, ainda podia me encontrar no meio de pessoas totalmente desconhecidas. Esse fato me estimulava a conhecer e procurar saber quem eram esses usuários e por que estavam ali naquela hora e dia. A sensação que eu tinha é que nesses dias estava realizando uma nova pesquisa que estimulava o pesquisador a refazer constantemente suas considerações. O que não é um absurdo científico, pois, como adverte Malinowski (1978), conhecer profundamente a teoria aplicável a cada situação não significa confirmar nem se sobrecarregar com idéias preconcebidas. O bom observador tem que se encontrar sempre aberto para mudar as suas prováveis hipóteses e seus pontos de vista.

Para tanto, ficava algumas horas parado próximo aos pescadores observando as atividades perpetradas. Vez por outra, chamava a atenção de alguns pescadores que

se voltavam para conversar comigo. Como bem coloca Foote-White (1980, p. 81) é preciso encontrar o momento certo para as perguntas. Que pode ser escolhido pelo pesquisador ou ser pelo momento apanhado. No meu caso, muitas vezes fui surpreendido por uma situação que se forjava a partir da minha exagerada discrição. Em um trecho das minhas anotações, conto as impressões que isso me causava:

Minha camisa e meu chapéu de quadrilha [de São João] ajudaram um pouco. A conversa foi puxada por ele [pescador] vendo aquele ser estranho e inerte na sua frente, olhando, mas parecendo um poste, quase uma pedra no meio do caminho dele. O estranhamento não é uma via de mão única, este processo ocorre com ambos os lados envolvidos na pesquisa (pesquisador/pesquisado).

O processo de “estranhamento” estabelecido pela presença dos próprios pescadores e pela minha situação de total inabilidade em agir e locomover-me naquele espaço caracterizou-se por uma sensação de não reconhecimento. Muitas vezes, senti-me não como um “estrangeiro” que provoca a desconfiança dos “nativos”, mas como alguém que não desperta atenção, já que tentava desesperadamente ser ignorado pelos pescadores, procurando com essa atitude uma fantasmagórica condição de imparcialidade para as minhas observações.

Antes de ser mera retórica cristalizada nos textos acadêmicos, isso ocorria quase todos os dias, levando-me a adotar, por um bom tempo, como recurso metodológico, conversas informais que eram anotadas apressadamente no meu caderninho, enquanto eles realizavam suas atividades. Quando não estavam pescando, preparavam seus instrumentos e suas armadilhas, ou descamavam peixes para comer com baião-de-dois ou, ainda, conversavam sobre qualquer assunto.

Esse “estranhamento” foi cedendo lugar a certa “familiaridade” que me permitiu, posteriormente, sentar com os pescadores para beber cachaça e comer alguns pedaços de peixe. Numa das primeiras oportunidades, sentei-me com um grupo formado por cinco homens. Eles tinham entre trinta e cinquenta anos. Todos tinham chegado de bicicleta. Acordaram cinco horas da manhã para vir à lagoa. Eles já vinham combinando esse passeio há mais de quinze dias. Fazia algum tempo que não pescavam. Dois deles estavam somente de cuecas. Justamente aqueles que eu tinha visto jogando tarrafas durante uma caminhada despresticiosa ao redor da lagoa da Parangaba, na companhia de “seu” José. Os outros três estavam com bermudas e sem camisa, cortando galhos para reacender a fogueira que estava apagada. Uma panela velha estava bem próxima ao

litro de cachaça, alguns copos de plástico espalhados pelo chão assim como uma faca de cortar pão e um litro de óleo de cozinha.

Enquanto procurava compreender toda a cena na qual eu estava envolvido, o asco que sentia daquele peixe banhado em um óleo escuro e mal cheiroso, turvava minha visão e paralisava todos os meus pensamentos. A cachaça bastante quente descia com um amargo bastante peculiar ao aliviar o gosto rançoso que o peixe deixava na boca. Tudo isso se passava enquanto os pescadores elogiavam o tamanho, a cor e o sabor do peixe e lambiam os beiços depois de tomar um gole de cachaça. Ao término do encontro sentia-me como um sobrevivente que passou por várias provações. Seria esse o sentimento diário desses pescadores? Ao se dirigirem para a lagoa da Parangaba, não estariam eles procurando viver em meio aos risos, às gargalhadas, ao trabalho, aos conflitos e aos amores que povoam esse espaço?

Nesse caso, Gilberto Velho (1999) observa que a “familiaridade” com que o pesquisador vê e pensa os problemas da sociedade da qual faz parte envolve dificuldades inerentes e diferentes daquelas vivenciadas em grupos ou sociedades distantes geográfica e lingüisticamente. Uma dessas dificuldades diz respeito ao caráter dessa familiaridade que pauta a aproximação dos indivíduos por gostos, preferências e peculiaridades. Nesse caso, a aproximação não antecipa a construção do conhecimento. Por outro lado, a distância provocada pela falta de familiaridade não inviabiliza alcançar a visão de mundo dos pesquisados. Portanto, a metodologia que preconiza o “estranhamento” como meio para alcançar a objetividade não obriga a negação dos valores e da história do pesquisador e nem estabelece, necessariamente, uma identificação imparcial com a intenção de pensar ou viver como o “outro”, no caso que trato, o pescador artesanal.

Cabe ressaltar que a Antropologia, como disciplina científica que introduz no mundo ocidental uma descentralização do olhar, ao propor como *episteme* fundante a existência e o reconhecimento da cultura do “outro”, “nativo” e “primitivo”, tem como problema político e epistemológico, a separação dos olhares dos dois sujeitos que foram apartados pelo e no exercício antropológico: o olhar do etnógrafo (civilizado), portador de um olhar racional e objetivo e o olhar do nativo (primitivo) e natural (CARVALHO, 1999).

A partir desse momento inicial, Carvalho (1999) identifica três modos de olhar que ainda estão presentes nos marcos metodológicos e teóricos da disciplina. O primeiro estilo de olhar é aquele que marcou as pesquisas etnográficas realizadas por Franz Boas entre os índios canadenses e americanos. Esse olhar valoriza e respeita a cultura do “outro”, mas preocupa-se demasiadamente em objetificá-la, sem tecer considerações sobre o efeito da cultura alheia na maneira de pensar e agir do etnógrafo. O segundo modo de olhar ficou marcado pelo distanciamento e pela cientificidade com que se tentava apreender as instituições sociais. Tal modo de olhar é fruto da obra antropológica de Lévi-Strauss. O terceiro é marcado pelo questionamento do lugar privilegiado de poder e saber que o autor/ antropólogo assume diante dos sujeitos etnografados. Essa reviravolta consolidou-se na antropologia norte-americana.

No Brasil, para o autor, essa discussão teve como benefício, ainda que limitado¹⁴, trazer à tona a trama do relacionamento, a empatia, e a simpatia entre os dois sujeitos da disciplina. Também propiciou uma mudança na ordem do posicionamento do pesquisador diante dos fatos observados: do cientista social que chega ao “campo” com um olhar “domesticado”¹⁵ para ver objetivamente os fenômenos sociais, passando por aquele que afirma a sua bagagem cultural e procura *relativizá-la*, com o objetivo de ver os “nativos” como realmente “são” e encarar a sociedade ou grupo social sem etnocentrismos, chegamos ao pesquisador que constrói com o pesquisado um espaço de conflito, de negociação e de ação no qual emerge um discurso estranho, distante, contundente e transformador da realidade.

Para tanto, procurei não somente valorizar a visão de mundo dos pescadores como também “agarrei no ar” comentários sobre eles, que, muitas vezes, procuravam consciente ou inconscientemente abalar algumas das minhas convicções. O efeito da dúvida também reforçou a idéia de que a pesca artesanal tinha muito mais a dizer.

Logo que iniciei a pesquisa exploratória, algumas pessoas alertaram-me para o fato de que os pescadores poderiam ser somente “papudinhos”¹⁶ bebendo a sua

¹⁴ Segundo Carvalho (1999, p. 6),... *a assimilação no Brasil* [do terceiro modo de olhar] *se deu mais no exercício da introdução da subjetividade, do que na discussão epistemológica da reflexividade. Ou seja, aquilo que foi basicamente um questionamento radical da autoridade tida como incontestável do etnógrafo, transformou-se numa discussão sobre como incorporar a saga biográfica do autor no texto etnográfico e na sua interpretação.*

¹⁵ Expressão utilizada por OLIVEIRA, 1998.

¹⁶ Essa é uma denominação muito corrente no Ceará usada para identificar as pessoas que bebem muita cachaça.

cachaça diária. Outros disseram que se tratavam de vagabundos, desocupados. Diante disso, não foi difícil perceber que essas interpretações podem ser algumas das mais constantes, presentes numa certa ordem de categoria cultural e econômica que não concebe uma possível relação entre essa atividade e o desenvolvimento histórico da cidade, a sua situação social e econômica.

Como salientei na introdução, lançar sobre o “outro” pescador o estigma negativo do “vagabundo” ou do “bêbado”, inviabiliza o conhecimento e a aproximação com esse sujeito também humano. A estratégia adia ou elimina por completo o encontro com a alteridade e, conseqüentemente, nega os problemas sociais vividos pelos pescadores. Não é apenas uma questão de metodologia objetiva e prática, é também questão de percepção, de sentido e de vivência.

Deve-se estar consciente de que dificilmente alcançaremos o conhecimento neutro e “objetivo” dos fenômenos estudados. Eles não são meros “objetos” inanimados. Ao contrário, são sujeitos sociais que também apresentam toda a carga subjetiva presente na vida de todos nós. Nessa interlocução de subjetividades entre o pesquisador e seus interlocutores, a realidade observada não passa por uma alteração, ela é criada e recriada. Não existe uma realidade *a priori*, como um pote de ouro pelo qual o pesquisador sai desenfreadamente em busca.

A realidade é negociada e constitui um campo minado no qual os passos são minuciosamente dados na procura de experimentar as vivências do “outro”. Muito provavelmente esse aspecto deixa de ser percebido quando o pesquisador e o “nativo” naturalizam os processos de negociação, diminuindo as fronteiras reais e imaginárias entre ambos. Ainda assim, continuará o pesquisador como um “estrangeiro” que tenta vivenciar as experiências e procura sentir o que “eles” sentem.

Então, ao me agarrar, durante algum tempo, a esse posto de observação meio escondido, algumas vezes buscando uma invisibilidade entre os pescadores, nada mais fiz do que me distanciar dos meus objetivos iniciais: procurar saber quem eram aqueles homens, por que estavam ali, o que comiam, o que bebiam, o que conversavam e o que discutiam. Eu precisava me deixar tocar, abrir o espaço da negociação, enfim, afirmar a minha presença.

Ao construir uma interpretação desse fenômeno social, recusei procurar a “verdade” e saí catando histórias – enquanto a faca escamava os peixes, a fogueira

queimava palhas e pedaços de pau, crianças nos rodeavam pedindo peixes e minhocas; braços iam e voltavam arremessando as varas repletas de iscas ou subiam e desciam com copos vazios ou cheios da cachaça colocada num cantinho do chão. O que poderia ser visto como adversidade transformou-se em alteridade, conduzindo-me por um caminho em que as diferenças não precisam ser negadas, mas afirmadas.

Algumas vezes, essas histórias foram registradas pela caneta de tinta azul em cadernos surrados e úmidos por causa das chuvas que caíram nos momentos mais intensos do trabalho de campo.¹⁷ As conversas informais também muito ajudaram na orientação das escolhas dos entrevistados. Nessa etapa da pesquisa, o gravador foi um instrumento imprescindível para realizar as entrevistas formais.

Embora essa última técnica também apresente as suas limitações, levando em conta a presença de um gravador que altera circunstancialmente o momento da entrevista, ela permite uma maior apreensão da fala do pesquisado. Ambos os métodos, as entrevistas e as conversas informais em conjunto com as observações feitas no campo, a meu ver, complementam-se, permitindo a percepção de nuances que outrora se perderam.

Como todas as entrevistas foram realizadas *in loco*, o gravador também capturou diálogos travados por pescadores que interrompiam, ou melhor, acrescentavam informações valiosas. Posteriormente percebi que as interferências serviam tanto para dar maior fluidez à narrativa quanto se mostravam adequadas a alguns dos meus objetivos, a saber, apreender nos fatos ordinários do cotidiano como os pescadores estruturam as atividades e o conteúdo das conversas. Ainda que notassem o gravador, não se intimidavam com a sua presença. Desculpavam-se e saíam só depois de obter o que procuravam. Tal atitude encorajou-me a deixar, mesmo nessas condições, o gravador ligado.

Pode-se objetar que não é uma atitude ética para a pesquisa sociológica. Entretanto, nesse caso, os meus interlocutores eram informados ou me questionavam despreocupadamente se eu havia gravado tamanha “bobagem”. Prontamente afirmava que numa pesquisa nada é mais ou menos importante. Aprendia, concomitantemente,

¹⁷ As idas ao campo aconteceram de forma mais sistematizada no primeiro semestre de 2007, antes da qualificação do projeto de dissertação. Período marcado por intensas chuvas na cidade de Fortaleza e em todo o Estado do Ceará. Após a qualificação, voltei à lagoa em outras ocasiões, na medida em que achei necessário observar mais, conversar mais, gravar mais, anotar mais, enfim, experimentar, sentir, cheirar, escutar mais.

que tudo aquilo que é colhido no campo constitui material para compor o quadro maior do fato social.

Não estou apregoando e nem foi meu objetivo capturar a totalidade do fenômeno social. Ao contrário, ao cercar-me dessas técnicas, procurei convergir os dados da memória com os acontecimentos recentes a fim de construir uma narrativa que contemplasse o movimento dinâmico e intrínseco ao espaço urbano, que modifica a paisagem e acarreta a constante renovação dos usos e imagens.¹⁸

Antes de assumir uma posição “neutra”, a metodologia empregada acaba por envolver o pesquisador. Morador da cidade na qual pesquisa, faz da sua vivência algo que não deve ser posto de lado. Rememorar essa vivência significa, antes de qualquer coisa, assumir uma posição singular e não subjetivista diante da questão abordada. O que justifica metodologicamente a minha inserção teimosa e, as vezes, romântica ao longo de todo o trabalho. Mas não se deve tratar essa inserção do autor e das suas memórias como algo saudosista. É apenas e, tão somente, evocação.

Com efeito, como lembra Pamuk (2007), ao evocar suas lembranças na cidade de Istambul, se os olhares das “pessoas de fora” se interessam mais pelas características exóticas e pitorescas da cidade, as “pessoas de dentro” também correm o risco de ver sob a névoa das primeiras luzes da manhã as paisagens que não estão presentes nos seus trajetos rotineiros. Antes é a memória que, como pára-brisas, faz as conexões.

De fato, muitas vezes minha memória foi resgatada ou reconstruída a partir de fatos recolhidos de alguns velhos jornais e nas páginas amareladas de livros catados meio aleatoriamente nas bibliotecas da cidade, levando-me, ou melhor, trazendo-me de volta para lagoas dantes navegadas. Percorrendo as páginas de cronistas e memorialistas da cidade, procurei as lagoas que existem e surpreendi-me ao descobrir que outras tantas desapareceram.

Essa procura através de fontes atualmente tão pouco habituais no trabalho sociológico fez-se necessária não por motivos ilustrativos ou justificados pela ambiência de uma história. Ao contrário, como material de pesquisa, esses “documentos

¹⁸ Para uma discussão dessa característica do espaço urbano no mundo contemporâneo ver BERMAN, 1990 e GONDIM, 2006. Ambos os autores trabalham exemplos concretos dessas transformações que redirecionam conflituosamente os usos, as imagens e as funções - morar, trabalhar, circular, recrear-se – dos *pedaços da cidade*.

incomuns” – cartas pessoais, diários, matérias jornalísticas –, já utilizados pela Escola de Chicago, contribuem para avaliar o grau de recorrência do fenômeno. Isso permite conhecer a sua dinâmica em relação às mudanças ou às recorrências de suas configurações sociais e econômicas.

Especificamente escrevendo sobre os pescadores de lagoas, os jornais e as crônicas ajudaram-me a não cair na armadilha de vê-los isoladamente como expressão individual e restrita, artificialmente delimitada por um espaço geográfico sem recorrência e sem eco numa ordem social maior.

Com feito, essa posição tem implicações metodológicas que vão ao encontro da minha maneira de ver dada expressão social. É fato corrente nas Ciências Sociais o caráter construtivo das perguntas que orientam as inquietações sociológicas. O pesquisador do mundo social elege questionamentos conforme interesses de variados matizes que alimentam sua curiosidade. Nota-se, via de regra, que muitos dos problemas que detêm a atenção dos pesquisadores têm a cidade como lócus geográfico.

Entretanto, não articulam, necessariamente, uma relação da análise em questão com outras questões envolvidas no contexto citadino. É evidente que essa relação não deve ser sempre estabelecida. Os interesses que orientam uma pesquisa são a ignição de um longo percurso que cruza com outras rotas. Segui-las nem sempre será uma escolha, mas uma imposição do trajeto.

Foi esse trajeto que me levou a ver que não poderia falar dos pescadores sem levar em consideração a trama maior de Fortaleza, as contradições e particularidades que a singularizam. A relação que estabelecem com as lagoas da cidade jamais poderia ser esclarecida, caso não assumisse a estreita relação desse fato social com os problemas e anseios que povoam os indivíduos que nesses espaços sobrevivem.

Olhar para trás permitiu-me, então, desconstruir a aparente fugacidade com que se vêem os pescadores como fazer algumas considerações que estão assentadas em muitos anos de história. História escrita, história contada, história vivida e história inventada. Todas têm algo a dizer e a esconder. Cabe, a nós, também personagens, trazê-las à tona.

Nessa tarefa, nos deparamos também fazendo parte da história. Descobrimos que nem sempre olhamos e vemos ou muitas vezes vimos e vivenciamos algo que depois foi parar numa caixinha da memória, esperando o dia em que refaremos a ponte,

acionada por um encontro, por um acaso ou por uma pergunta, a princípio sem muita ambição, mas que ganha outras implicações quando se trata de falar da cidade que pertence a todos que contribuem para forjá-la objetiva e/ou subjetivamente.

Se as perguntas reacendiam a memória, as letras, e as histórias contadas pelos pescadores me aproximavam das experiências não compartilhadas, dos homens e mulheres de outrora, que me faziam tocar plantas e peixes de diversas lagoas, sentir o cheiro que antes exalava ao cair as águas das chuvas e pisar nas areias de várias pegadas apagadas, esquecidas e removidas:

- Comecei a andar nessa lagoa [lagoa da Parangaba] quando eu tinha o que... oito ano, nove ano. Essa água aqui era da cor de um carvão. Preta. Ce se lembra, né?
- Era.
- Tinha um cacimbão aqui.
- É, tem um cacimbão bem aqui.
- A gente tomava banho nela. A gente pulava e subia pela escada.
- Meu pai disse, ele faleceu agora, que em 38[1938] quando os americano veio pra cá, pegava o barro preto pra fazer telha e tijolo. Meu pai disse que esse cacimbão aqui, eles fazia sabe o quê? Meu pai disse que eles botavam os refrigerante lá dentro, quando puxava... Os refrigerante passava dois dias, três dias os refrigerante era super gelado. O pai disse pra mim, em 38.
- Eu num era nem nascido eu. Isso aqui rapaz antigamente, isso aqui era só mato. Aqui só água. Pra chegar aqui, a água batia aqui assim [indica a cintura dele como referência], no meio do mato, no meio da lama. [diálogo gravado entre dois pescadores – fevereiro, 2007]

Como quem escava um buraco, escavei na memória outras lagoas da cidade com as quais eu tivesse tido qualquer tipo de contato. Procurei resgatar a memória presente nas lagoas como espaços que se compõem *tanto de camadas de lembranças quanto de estrato de rochas*. (SCHAMA, 1996, p. 17). Lembranças evocadas das águas escuras para as águas fétidas, através dos cheiros que *são o nosso liame mais forte com o passado, o nosso companheiro mais próximo para uma viagem para o futuro* (ROBBINS, 1987, p. 237) e das árvores cortadas ou centenárias, aquelas que fornecem sombra e acolhem histórias. Esse foi o percurso até chegar à lagoa do Mel de onde parti em busca de outras lagoas que existiram, que existem e que buscam sobreviver na cidade de Fortaleza.

Utilizando essas fontes e percorrendo essas memórias pude obter mais informações sobre a Lagoa da Parangaba, a lagoa do Mel e tantas outras lagoas presentes na cidade, que não foram selecionadas aleatoriamente. Representam, cada

uma a sua maneira, a longa relação entre natureza e cultura que se expressa, nesses casos, nas disputas e nas afirmações dos usos e apropriações do espaço, nos conflitos e dramas cotidianos que não obedecem a uma cronologia linear.

II

Configuração estética e espacial de Fortaleza

A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar; cada uma merece um nome diferente.¹⁹

Italo Calvino

Uma lagoa no oceano da memória

A cidade de Fortaleza, capital do Ceará, é bastante conhecida e visitada por causa das belas praias, das garrafinhas de areia colorida, da água de coco, do caranguejo com leite de coco, do peixe frito e da carne do sol com baião-de-dois. Não podemos esquecer, é claro, as belas jangadas que embelezam ainda mais a paisagem do seu extenso litoral. Ainda que tenha sido idéia dos pernambucanos de outrora²⁰, foi aqui nesses mares bravios do Ceará que a fama dessas embarcações correu mundo, chegando aos ouvidos do famoso cineasta Orson Welles (1915-1985), que para cá veio contar a história de um não tão famoso jangadeiro, Manuel Jacaré²¹. Sim, como jangadeiros é que esses pescadores de além-mar são conhecidos. Mas essa é outra história.

¹⁹ CALVINO, 2005, p. 115.

²⁰ Raimundo Girão, dissertando sobre as atividades econômicas dos nossos primeiros colonos, fala sobre o surgimento das jangadas: *O mais vinha das atividades extrativas, da caça e da pesca, que exigiam preparo de redes e armadilhas de variados tipos. As redes e certas partes das armadilhas eram feitas, totalmente ou em parte, com fios de algodão, saídos dos fusos tangidos pelos dedos das mulheres. A pesca no mar reclamava balsas, que logo se foram transformando em jangadas, de começo por merceneiros vindos de Pernambuco, mas sem demora utilizados pelas mãos hábeis dos filhos da terra.* (GIRÃO, 1979, p. 32-33).

²¹ O jangadeiro fortalezense Manuel Olímpio Moura, “Jacaré” liderou com mais três companheiros de pesca uma viagem que partiu do Estado do Ceará, em 14 de setembro de 1941, até o Rio de Janeiro, então capital da República. Jacaré queria melhores condições de trabalho para a categoria. Tal feito foi acompanhado com muito entusiasmo pela mídia nacional e teve também repercussões na mídia internacional. O cineasta norte-americano Orson Welles, que já se preparava para vir ao Brasil, se interessa pela história e decide rodar um filme sobre essa saga que se chamaria: “It’s All True”. Mas durante as filmagens Jacaré morre afogado e Welles volta para os Estados Unidos sem concluir o projeto. Para mais detalhe ver: HOLANDA (2001) e o filme de Firmino Holanda e Petrus Cariry intitulado “Cidadão Jacaré”.

Podemos ainda destacar as pranchas de surfe que serpenteiam as águas como bailarinas num grande palco, ritmadas pelos sons de um vento que teima em deixar a cidade arejada, apesar do forte sol que já firmou endereço permanente nessas paragens e da grande quantidade de prédios que formam uma barreira quase intransponível à ventilação numa extensa área litorânea da cidade.

Como habitante dessa cidade, posso afirmar que o mar, apesar de possuir um mistério encantador e temeroso, jamais constituiu para mim um lugar de todo desconhecido. Explico melhor. Nasci e fui criado bem próximo a ele. Bem sei que em meados dos anos 1980, o bairro do Pirambu, localizado na zona oeste da cidade, já não mais nos brindava com suas dunas brancas e suas águas limpas. O crescimento urbano desordenado fazia-se presente e com ele todas as conseqüências negativas de tal processo.

Antiga área marítima da cidade, ocupada inicialmente por pescadores, o Pirambu serviu como campo de concentração para os migrantes vindo do interior por ocasião da seca de 1958. Tal escolha visava estrategicamente manter os migrantes sujos e maltrapilhos longe da beleza dos bangalôs modernos. A antiga colônia de pescadores passa, então, a abrigar migrantes, lavadeiras, engomadeiras e trabalhadores assalariados, constituindo-se numa das primeiras favelas da cidade em expansão. (BARREIRA, 1992; JUCÁ, 2000).

No entanto, a praia estava ali. O mar era o limite para quem corresse na sua direção. O cheiro das algas impregnava o ar das ruas próximas, enquanto a areia ganhava outra fisionomia com os obstáculos que ficavam no vai-e-vem das algas marinhas. As jangadas também estavam presentes. Lembro-me de colegas que vendiam os peixes pescados de manhã cedo pelos pais. Acordar às nove horas da manhã para brincar era sinônimo de ver as jangadas retornando cheias de peixes, assim como ao meio-dia ainda podíamos ser surpreendidos com o forte cheiro de peixe frito que tomava conta das casas mais pobres vizinhas à praia.

Sair para passear era também ir à praia. Assim, muitos daqueles que moravam no bairro iam, nos finais de semana, tomar sol e banho de mar na praia da Barra do Ceará que, naquele tempo, não era tão poluída quanto a praia do Arpoador. Os barcos para chegar ao mar atulhavam-se nas margens do rio Ceará, proporcionando um momento raro de beleza e prazer. É na década de 1980 que são construídos os pólos de

lazer das praias da Barra do Ceará e do Futuro, visando responder às demandas de lazer das classes menos abastadas – o que não passou de praças com bancos e quiosques que não perduraram.

Atravessar o rio em barquinhos proporcionava uma visão do escondido mangue e das salinas que lá funcionavam. Esse ambiente forma uma outra geografia que somente conheci um pouco mais tarde, entre os dez e doze anos. Chegando ao outro lado, podia-se ver com mais perfeição o encontro do rio com o mar. Nesse tempo o nível do rio não estava ainda tão seco como hoje.

No percurso de ir e voltar da Barra do Ceará, também não era raro ver, através das janelas do ônibus, várias hortas que constituíam o cenário do trajeto. Ambos os lados do estreito trecho da Avenida Leste-Oeste estavam repletos de pequenas propriedades que cultivavam frutas e verduras, como maracujá e alfaces. Algumas localidades do bairro chegavam ao ponto de ser mais conhecidas por conta do nome do proprietário das hortas do que pela sua denominação “oficial”. Por exemplo, era bastante comum ouvir as pessoas falando que iam lá para os lados da horta do seu “João”.

A Avenida Presidente Castelo Branco, construída nos anos 1970, visava ampliar as vias de circulação e integração no sentido leste-oeste da cidade e, ao fazê-lo, erradicar a favela do Arraial Moura Brasil, localizada próximo ao centro da cidade. Com a construção da avenida, toda a favela foi destruída, restando apenas uma grande ladeira, bastante íngreme, em frente ao calçadão litorâneo, onde ainda podemos encontrar algumas residências. Chegando ao Pirambu, a avenida deixa de ser litorânea para adentrar no bairro.

Como estratégia de diferenciação social, a própria população do local reorienta simbolicamente o espaço, restringindo a denominação Pirambu somente para a localidade do lado do mar. O outro lado da avenida procurou diferenciar-se dos estereótipos e estigmas negativos de zona de prostituição e de vendas de drogas presentes na favela. As hortas passaram a margear toda avenida conferindo-lhe um ar bucólico, com pastagens ocasionais e a presença de chafarizes. (DANTAS, 2002).

No entanto, nem só de horta e mar era constituída a paisagem do bairro. Bem próximo à casa da minha avó, existia uma pequena lagoa que durante muito tempo foi para mim um lugar misterioso e proibido. Localizada no quadrilátero formado pelas

ruas Camélia e Tomás Gonzaga, Avenida Leste-Oeste e a travessa Jacobina, a Lagoa do Mel encontrava-se à vista das pessoas somente pelo lado da Avenida, nos outros trechos estava como que cercada por casas e sobrados. Essas residências foram erguidas e vendidas por pequenos negociantes em terreno aterrado da lagoa.

Aliás, a construção da Avenida Presidente Castelo Branco (Leste-Oeste) dividiu a lagoa ao meio com um aterro que diminuiu consideravelmente sua extensão e aumentou simultaneamente os problemas. Grande parte dos quintais das casas tinha as águas como limite de expansão. Lembro que minha mãe dizia que a lagoa estava cheia de detritos jogados pela população, e que o esgoto do Hospital Infantil, situado na Avenida Francisco Sá, era para lá despejado, o que provocava um cheiro insuportável.

Além do mau cheiro, os chafarizes que abasteciam a população residente próximo à lagoa forneciam água poluída, conhecida pelos moradores como “água sabão”. A grande quantidade de espuma tornava o seu uso doméstico totalmente impróprio. No entanto, resguardando os segredos de uma natureza que forja vidas de formas tão diversas e curiosas, cebolas verdes, alfaces e tomates cresciam imponentes às margens da lagoa. Os cultivadores não viam nenhum problema na ingestão dos seus produtos.²²

Não demoraram a aparecer graves problemas estruturais provocados pela agressão ao meio ambiente. Eram recorrentes os alagamentos das residências que margeavam a lagoa em decorrência dos aterros dos canais de escoamento. Com a construção de um conjunto habitacional, a lagoa foi toda cercada por um muro, prejudicando o escoamento da água nos dias de chuva e as plantações que nela cresciam. Essa ação trouxe várias conseqüências negativas, como casas com paredes rachadas e ruas cheias de lama, completamente intransitáveis.²³

A Lagoa do Mel jamais teve sequer um anteprojeto de preservação, urbanização ou uso e ocupação do seu entorno. Até meados de 1985, a lagoa não constituía um assunto de primeira ordem entre as autoridades fortalezenses. Somente então foi realizado um convênio entre a prefeitura e nove empresas para a realização de obras de drenagem.²⁴ Ainda assim, tratava-se de medidas paliativas. Apesar de amenizar os alagamentos nos períodos chuvosos, não impediam a relação predatória da

²² Fortaleza, *Diário do Nordeste*, 19 de fevereiro de 1982.

²³ Fortaleza, *Diário do Nordeste*, 07 de março de 1984 e 01 de julho de 1984.

²⁴ Fortaleza, *O Povo*, 05 de fevereiro de 1985.

especulação imobiliária e, conseqüentemente, a contínua degradação desse espaço de lazer e de cultivo.

Apesar de toda a má fama, a lagoa ainda atraía nos anos 1980 alguns pescadores e toda a criançada da vizinhança que para lá corria para tomar banho. Quando andava perto dela, ou para pegar o ônibus ou para comprar alguma coisa na bodega do seu “Manéu”, dava de frente com vários meninos molhadinhos e com sacos cheios de peixes. Alguns eram utilizados em brincadeiras, outros podiam ser encontrados em sacos plásticos com água pela metade e fechadinhos nas feiras do bairro para onde iam os meninos, ainda molhados, em busca de uns trocados. Ficava curioso e desejando também ir para a lagoa, mas a autoridade materna impedia e inculcava na cabeça da criança que aquele lugar era perigoso.

Assim se passaram alguns anos da minha infância. O interesse em tomar banho e pegar peixe desapareceu junto com a lagoa. O constante fluxo de lixo e entulhos provenientes das residências próximas e da última obra de alargamento da Avenida Leste-Oeste, no fim dos anos 1990, acelerou o processo de assoreamento²⁵. Como se não bastasse, um muro em toda a extensão ao lado da avenida deixou-a totalmente imperceptível.

Hoje conjuntos habitacionais de baixa renda ocupam o lugar da lagoa e das hortas que a circundavam. Essas moradias foram construídas para receber famílias desalojadas das casas localizadas onde atualmente se constrói uma nova avenida à beira-mar, o Projeto Costa Oeste²⁶. O desejo da construção de um pólo de lazer em torno da lagoa ficou no papel.

Depois da curiosidade do olhar, do ver e do sentir, veio, então, uma espécie de total desinteresse por esse espaço e, conseqüentemente, a idéia de que lagoas eram

²⁵ *Diz-se de processos geomórficos de deposição de sedimentos, ex. fluvial, eólico, marinho. [Sedimento é o] material originado pela destruição de rochas pré-existentes, susceptível de ser transportado e depositado.* (GUERRA, 1987).

²⁶ O projeto consiste na remoção de mais de 2.400 famílias que residem numa extensão de mais ou menos 5 km no litoral oeste de Fortaleza para a construção de uma via costeira com o objetivo de ampliar a faixa do litoral voltada para a expansão do turismo. A via costeira terá uma extensão total de 5,36 km, partindo do Pólo de Lazer da Barra do Ceará até os limites do bairro do Pirambu. Projeto preconizado pelo Governo do Estado do Ceará há 10 anos, já foi suspenso 3 vezes por falta de licenciamento ambiental, utilização de areia da praia, entre outras irregularidades. Ainda podemos apontar os dramas pessoais vividos pela população local que tem sua história interrompida para dar passagem a uma nova “era”. Apesar dos embargos, no ano de 2006 a Prefeitura de Fortaleza em parceria com o Governo do Estado acordaram terminar o projeto. Para mais detalhes ver: <http://www25.ceara.gov.br/noticias>; <http://www.georgemlima.xpg.com.br/costaoste.doc>; acessos em 24 de Outubro de 2007 e o jornal *O Povo*, 24 de Junho de 2006.

raras em Fortaleza. Ledo engano. Ainda podemos encontrar várias ou o que restaram delas sitiadas entre prédios e avenidas da capital, como palco de diversas atividades cotidianas.

Fortaleza: de costas para o mar e de olhos vendados para as lagoas

Como muitas cidades, Fortaleza nasceu às margens de um rio²⁷. Mas teve o privilégio de nascer e renascer às margens de dois rios diferentes. Primeiramente, na Barra do rio Ceará, foi edificado pelos portugueses o primeiro forte da cidade. A oeste de onde se localizaria Fortaleza, o forte de São Tiago foi erguido em 1603, por Pero Coelho, com o intuito de defender a localidade das conquistas estrangeiras e da gana dos piratas. Ao lado da edificação surgiu uma pequena povoação composta de soldados e índios, conhecida como Nova Lisboa. Era nesse tempo uma simples fortificação, quando em 1612, Martim Soares Moreno ergueu, no mesmo local, o forte de São Sebastião.

Atacado pelos holandeses e incendiado pelos índios, o forte foi totalmente abandonado pelos holandeses que não concordavam em construir uma fortificação naquela localidade. Para Matias Beck, o rio Pajeú apresentava melhor condição de navegação e se localizava num ótimo sítio de defesa: *nenhum sítio mais próprio e melhor do aquele em que temos assentado o nosso quartel, assim por ter próximo um rio d'água fresca e doce, que do monte ou fortificação pode ser defendido...* (apud GIRÃO, 1985, p. 89).

Nos tempos coloniais, o rio Pajeú – rio do Pajé –, anteriormente conhecido por rio Marajaíç ou “rio das Palmeiras”, estava localizado entre duas importantes colinas. A da esquerda era conhecida por Marajaituba ou Marajaitiba – lugar de muitas palmeiras. Nela construiu-se o forte Shoonenborch, atualmente denominado Fortaleza

²⁷ Nesse caso, não é coincidência o fato de algumas das primeiras cidades que se tem registro nasçam às margens de um rio. Ur e Jericó, por exemplo, foram criadas às margens do rio Jordão, na Palestina (SOUZA, 2003).

de Nossa Senhora da Assunção. A colina da direita era chamada de Outeiro da Prainha sobre a qual, posteriormente, veio se instalar uma igreja.

O rio era abundante em peixes que alimentavam a pequena população que residia na vila em formação. Dele também era tirada a água para beber, para lavar roupas, para a agricultura de subsistência e pequenas pastagens. Além de fornecer água doce para a população, tinha boas condições de abastecer os poucos navios que visitavam o povoado para fazer aguada.

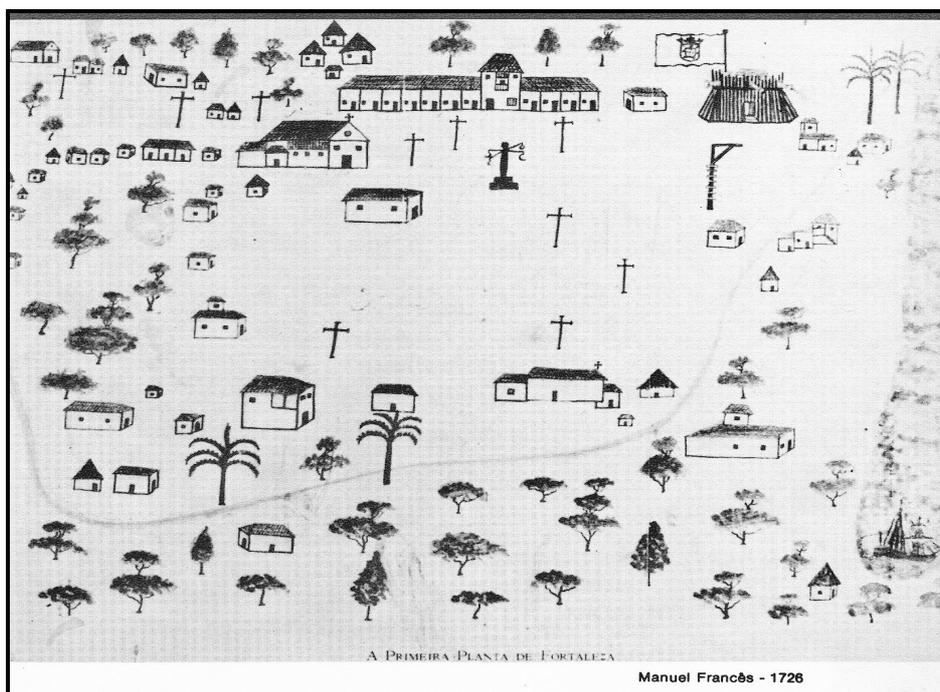


Figura 1: Desenho da incipiente vila de Fortaleza feito pelo Capitão-mor Manuel Francês em 1726. Nele podemos ver o rio Pajeú serpenteando casas e coqueirais.

Assim o Pajeú permaneceu por longos anos, enquanto a vila aos poucos ganhava um ar urbano de capital de província. O que não foi fácil, muito menos rápido. As limitações de vias marítimas e terrestres para o interior da província dificultavam o crescimento da vila, pois impediam que o excedente econômico se materializasse em infra-estrutura adequada.

Com a atividade criatória extensiva do gado, surgem as primeiras vilas da província com uma incipiente infra-estrutura urbana. Ainda que a produção da carne salgada, a comercialização do couro e peles tenha favorecido um maior excedente econômico e a consolidação de novos canais de comercialização com o fortalecimento

de cidades como Aracati, Sobral e Icó, Fortaleza permaneceu como uma vila com insignificante comércio e sem a expressão econômica das demais. Somente com a expansão da produção e comercialização do algodão no século XIX é que Fortaleza surge como uma cidade que concentra a produção para o mercado externo, escoando a matéria-prima de várias outras cidades. (LEMENHE, 1991).

Nessas condições, fazia-se necessário a construção de vias terrestres que escoassem a produção para Fortaleza a fim de romper com a influência da vila de Aracati sobre as áreas produtivas e consumidoras no interior do Ceará. A cidade também requeria um porto adequado, ruas iluminadas e pavimentadas, com melhores condições de tráfego, equipamentos bem localizados e instalações como o prédio da Tesouraria da Fazenda. Todos esses fatores acrescidos a uma centralização política com a criação de uma pequena Câmara Municipal favoreceriam a expansão de dividendos e, por extensão, o crescimento da cidade. (LEMENHE, 1991).

Fortaleza desenvolveu-se a partir de um quadrilátero formado por avenidas próximas ao litoral. Apesar disso, não foi suficiente para despertar o interesse imediato da elite local ligada ao poder público. O plano xadrez do engenheiro lusitano Antônio José da Silva Paulet, aprovado pelo Conselho Municipal, em 1824, concebeu e orientou o desenvolvimento urbano de Fortaleza no sentido norte-sul, partindo do mar e dirigindo-se para o sertão.

Posteriormente, em 1875, Adolfo Herbster elaborou o Esquema Topográfico da Cidade de Fortaleza. Baseado no modelo de planejamento urbano da capital francesa, o documento reafirma as características do projeto de Silva Paulet com a abertura de três bulevares (atualmente as avenidas Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel) dos quais dois deles estavam voltados para o sentido sertão de expansão da cidade. Embora, nesse caso, o embelezamento e o controle social da cidade por meio de uma geometria alinhada em forma xadrez tenha sido a pauta mais destacada do projeto, havia também uma preocupação em reforçar a centralidade de Fortaleza em relação à sua periferia e sua posição na rede urbana de produção e escoamento do Ceará. (DANTAS, 2002).

Para Linhares (1992, p. 190), essa proposta marcou a morfologia citadina que passou longos anos apartada do litoral, inviabilizando a ocupação e reforçando a discriminação e suspeita por parte daqueles que não freqüentavam o litoral:

Ele [Adolfo Herbster] não considerou de maneira alguma Fortaleza como uma cidade marítima, que tinha seu litoral passível de ocupação e urbanização. [...] Herbster só considerou o mar como local de porto, de trabalho. De fato, a proposta de expansão urbana efetuada por Herbster privilegiou notadamente o centro e a zona oeste da cidade, ignorando a possibilidade de realizar um pacto entre natureza e razão.

Fazia-se presente na elaboração desses projetos de estruturação do espaço urbano a preocupação em construir vias para o interior. Todo um imaginário interiorano estava presente no pensamento de uma parcela da população, que advinda do sertão, compunha a elite local.

Nesse caso, a palavra *imaginário* tem vinculações com as representações coletivas durkheimianas. Elas expressam, através da linguagem, dos conceitos, dos ritos e símbolos, uma dada realidade coletiva situada num tempo e num espaço. Para Durkheim essa dimensão simbólica da realidade *é que lhe dá sua significação verdadeira*. (DURKHEIM, 1989, p. 30). Posteriormente, Cornelius Castoriadis, em *L' institution imaginaire de la société* (1975), retoma a estreita relação entre símbolo e imaginário. Para o autor o imaginário é uma coisa *inventada, deslizamento ou deslocamento* de sentido, *onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não suas significações normais*. (CASTORIADIS, 1986, p. 154). Trata-se de um recurso pelo qual a imagem deixa de ser virtual para ser algo mais. O imaginário existe no simbólico como evocação de imagens e representações. Dessa forma, adquire forma e conteúdo. Assim sendo, falar de um imaginário interiorano significa revelar os deslocamentos, as evocações, e os objetos que, por fim, sintetizam as representações como orquestração do social.

Eduardo Campos (1988, p. 90), dissertando sobre a nomenclatura das ruas da incipiente cidade, apresenta a idéia de que a cidade possui estreita relação com esse imaginário interiorano. Segundo o escritor:

Figuram aí, com nomenclatura antiga e saborosa, ruas e travessas referendadas por suas legítimas origens populares, quais as travessas das Hortas, das Flores, do Cajueiro, do Pocinho, da Cacimba, da Bica, em que se evidencia mais uma vez a formalização de nossos antecedentes rurais, e, indisfarçável, o entrelaçamento das relações do “sertão” com a cidade, e não com o mar, não obstante a proximidade imediata deste.

O conteúdo dessa afirmativa pode ser visto na configuração da cidade expressa na localização e na direção da sua rede viária, mas também por meio da

literatura e outras produções simbólicas. Dissertando sobre esse tema, Gustavo Barroso, em *Alma Sertaneja* (1979), descreve uma residência do Sítio de Sabiaguaba, nas proximidades de Messejana, com lampião, casa de farinha, bolandeira e um primitivo engenho de açúcar que são, segundo o autor, elementos tipicamente presentes em residências sertanejas.

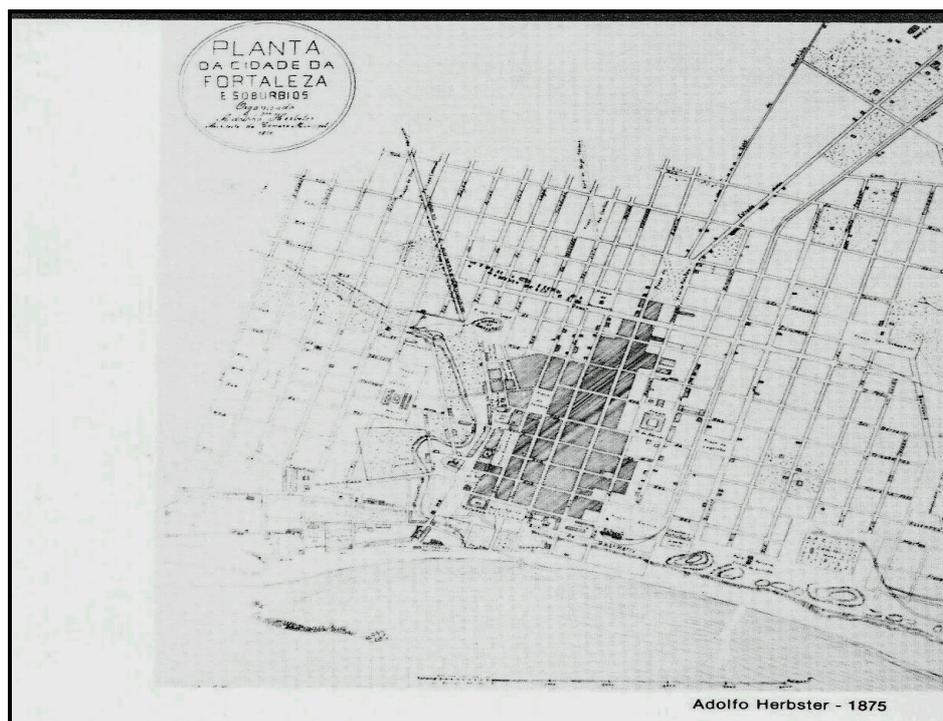


Figura 2: Planta da cidade de Fortaleza. Nela podemos ver a direção das ruas como também o limite de expansão da cidade.

É bom salientar que a preocupação com as vias de comunicação para as áreas rurais em conjunto com a situação de dependência do capitalismo comercial externo são fatores que orientam a configuração espacial e estética de Fortaleza. De acordo com Marques:

O crescimento rarefeito, as pequenas dimensões da área urbana edificada, a desarticulação da malha urbana nas proximidades do riacho Pajeú e o posicionamento da cidade em relação ao mar [e] a situação de dependência capitalista comercial externa contribui decisivamente para a configuração espacial assumida por Fortaleza no início do século XX. (MARQUES, 1984, p. 88).

Essa direção dada à expansão de Fortaleza propiciou a incorporação das lagoas que não constituíam uma paisagem presente no cotidiano da população. Apesar de existirem algumas próximas ao litoral, podemos afirmar que um número significativo delas está localizado distante da área litorânea, ou seja, no sentido sertão (ver figura 3). Embora elas já estivessem presentes no cotidiano da população menos abastada como espaço de lazer e uso doméstico, ainda não tinham sido alvos do crescimento urbano e populacional. Somente com a abertura das novas avenidas, a expansão da cidade, o desenvolvimento das estradas, a chegada do automóvel e o incremento da construção civil é que elas passaram a fazer parte do espaço urbano da capital.

O historiador Raimundo Girão comentando as limitações das transformações urbanas na metade do século XIX, descreveu minuciosamente o quanto era distante e desgastante chegar à lagoa do Garrote localizada no centro de Fortaleza, mais precisamente no Parque das Crianças²⁸:

É evidente o contraste entre a cidade antiga, tipicamente topográfica (espontaneamente topográfica) e a cidade nova, que aumentava obediente à geometria, ao traçado ortogonal retangular. Flagrante maior tem-se, observando a primeira planta de Herbster, datada de abril de 1859, mês em que falecia o boticário Ferreira. Planta exata da capital do Ceará é, em verdade, o excelente retrato da cidade sem maiores vãos. Evidencia-se, por esse exame, que o conjunto urbano não pudera vencer as areias que o cercavam. O núcleo edificado, para oeste, não ia além da atual Rua Senador Pompeu. A casa de residência desse ilustre homem público, localizada na esquina em que, por muitos anos, esteve a Padaria Palmeira e onde hoje se levanta um novo prédio demorava, dizia-se então – em “lugar um tanto ermo e perigoso”. Para o sul morriam as ruas já bastante rarefeitas, na atual Pedro Pereira. Distante, na praça Clóvis Beviláqua dos dias atuais, achava-se o matadouro. Somente através de caminhada suarenta, era possível chegar à lagoa do Garrote, que um dia se havia de transformar no Parque da Liberdade (Cidade da Criança). Ao lado direito do parque, nenhum progresso apreciável (GIRÃO, 1979, p. 79).

Nessa lagoa não era raro encontrar rapazes tomando banhos nus após a longa caminhada despendida. O clima paradisíaco e a bela paisagem formavam o convite perfeito para passar as horas vagas, conversando, tomando banho e namorando sob a luz da lua. Naqueles tempos, eram bastante comuns os banhos paradisíacos nas lagoas, lagos e riachos da pequena cidade de Fortaleza. No entanto, a Câmara Municipal, no dia 11 de maio de 1849, coloca em vigência o Art. 70, do Código de Posturas, proibindo o banho público de qualquer pessoa despida *das seis da manhã às 6 horas tarde*.

²⁸ Atualmente o espaço com o seu conjunto arquitetônico são ocupados pela FUNCI - Fundação da Criança e da Família Cidadã, fundação ligada à prefeitura de Fortaleza.

(CAMPOS, 1988, p. 78). Essa medida fazia parte de um amplo arsenal de restrições e proibições visando a disciplinarização das condutas, sua adequação a uma nova ordem urbana de racionalização e embelezamento da cidade.²⁹

Alguns anos mais tarde, o cronista cearense Otacílio de Azevedo conta-nos na crônica intitulada *A Lagoa do Garrote*, como ele e mais alguns rapazes empreenderam uma aventura que tinha como objetivo pular o muro que cercava toda aquela região. Conseguindo, então, superar esse obstáculo, os amigos se *depararam no centro do ensombrado terreno, [com] uma minúscula ilha rodeada por uma lagoa [...]. Contentamo-nos com a contemplação da ilha recoberta de salsas, flores silvestres e plantas exóticas.* (AZEVEDO, 1992, p. 83). O ano era 1913. Somente três anos depois é que se construiu uma porta para a passagem das crianças e dos adultos curiosos. Em 1922, enfim, transformou-se o local no antigo Parque da Independência.

Continuando o percurso pelo atual centro de Fortaleza, vamos para a Praça da Lagoinha. Caminhando pela Rua Tristão Gonçalves, no sentido sertão-litoral, chegamos à praça pelo lado onde se encontra, apesar de bastante reduzida, a “feira dos malandros”³⁰. Depois das sucessivas reformas, encontramos algumas árvores, a lagoa desapareceu, restando só areia. Essa imagem certamente não remete à uma paisagem bucólica. Nesse local existia uma pequena lagoa, há muito desaparecida. Muitos escravos abasteciam os potes com sua água, que foi perdendo espaço com o aterro provocado pelas sucessivas construções ao redor e a grande quantidade de lixo acumulado nas proximidades.

Em 1850, foi cavado no que restou da lagoa uma cacimba que fornecia água para a população. Ao longo dos anos esse poço passou por alguns momentos de abandono e de uso. Quem mais se beneficiou com a cacimba foi a Estrada de Ferro de Baturité que a utilizava como caixa d’água para abastecer as locomotivas a vapor. Com a transferência da linha, foi totalmente esquecida. Em 1930, por cima do reservatório desativado foi construído um pequeno coreto que também já não mais existe. (NIREZ, 1991).

Curioso é que apesar de a praça não ter nenhum vestígio da lagoa e nem do riacho que dela nascia, indo atingir o Pajeú nas proximidades da Praça da Sé, ela continua sendo conhecida como a Praça da Lagoinha. Em 1930, foi urbanizada, passou

²⁹ Para uma discussão detalhada desse processo de disciplinarização ver PONTE (1993).

³⁰ Essa feira é famosa na cidade por vender produtos sem notas fiscais e provenientes de ações escusas.

a ser chamada oficialmente de Praça Comendador Teodorico. Atualmente é Praça Capistrano de Abreu, em homenagem ao historiador cearense. Se conseguirmos passar pelo labirinto de bancos, podemos visualizar a sua estátua entre as árvores que ainda fornecem uma sombra agradável naquele espaço extremamente tumultuado pela presença de vendedores ambulantes.

Continuando o nosso passeio, vamos agora fazer uma longa viagem ao “sertão” do Ceará. O nosso destino é Messejana. Parece estranho falar de sertão quando atualmente Messejana é um grande e populoso bairro de Fortaleza com um centro comercial bastante freqüentado pela população local. Contudo, nem sempre foi assim. Até 1923, era apenas um distrito distante de Fortaleza. Assim como o sítio de Sabiaguaba, as lagoas da Precabura, Porangaba (posteriormente ela passa a ser chamada de Parangaba com “a”), Maraponga, Mondubim e Messejana faziam parte desse imaginário interiorano que tanto se fez presente na constituição da cidade, tal qual conhecemos hoje.

Essas localidades constituíam a zona rural de uma cidade que se esforçava para construir uma infra-estrutura que a ligasse a seus postos de abastecimento. Chegar até elas era percorrer um caminho que almejava vãos maiores, rumo a localidades mais distantes. Segundo Lemenhe (1991), somente no final da gestão de José Martiniano de Alencar, na segunda metade de 1830, foi aberta uma estrada precária, com uma ponte sobre o rio Cocó, em direção à Messejana, Aracati, Icó e Crato.³¹ Anteriormente, o trajeto era feito por caminhos e veredas tortuosas até chegar ao rio Cocó onde as travessias eram feitas em pranchas improvisadas, velhas canoas ou a nado.

Como falávamos páginas atrás, essa preocupação da elite fortalezense em construir vias de acesso para o interior não coincidiu com uma melhoria na infra-estrutura das estradas e pontes da cidade. Durante muito tempo, chegar a essas localidades ou partir delas para Fortaleza era empreender uma viagem bastante penosa. Para chegar à grande lagoa da Maraponga, sítio pertencente ao distrito da Porangaba, por exemplo, os visitantes tinham que percorrer uma estrada carroçável ou de piçarra.

³¹ Como escreveu Lemenhe (1991, p. 35): *A expansão da pecuária correspondeu à criação de vilas em diferentes pontos da capitania: Icó (1738), Aracati (1748), Messejana, Caucaia e Parangaba (1758), Baturité e Crato (1764), Sobral (1773) e Quixeramobim (1789). Excetuando-se Baturité, Viçosa, Crato e as três criadas em 1758, todas as demais fazem parte do circuito da atividade criatória.*

Uma viagem que era recompensada com um banho na formosa lagoa cheia de árvores em todas as margens.

O distrito da Porangaba, por sua vez, antiga aldeia indígena dos potyguaras, lugarejo fundado pelos jesuítas às margens da lagoa com o nome de Arronches, também possuía uma única estrada de terra batida até o ano de 1929. A estrada Fortaleza-Porangaba somente melhorou no governo de Washington Luiz, quando da construção de uma estrada de concreto. Durante muito tempo foi a única via de ligação entre as duas localidades. (NIREZ, 1991).

Com o crescimento da cidade, iniciou-se um longo período de intensas lutas e debates para a incorporação dos municípios de Parangaba e Messejana. Após elaboração de várias leis que provocaram a incorporação e depois a desanexação desses municípios a Fortaleza, a anexação definitiva ocorreu no governo de Justiniano de Serpa, em 31 de outubro de 1921. No entanto, somente em março de 1923 foram extintos os dois municípios. (RIBEIRO, 1982).

Não era apenas ampliar a extensão da cidade que impulsionava a administração pública nessa disputa pela incorporação dos municípios. Parangaba possuía uma estação ferroviária e recebia uma quantidade muito expressiva de retirantes que fugiam das secas que assolavam o interior do Estado. Nesse tempo, sua população ultrapassava os 20.000 habitantes. (MENEZES, 2007). Mais uma vez a questão da arrecadação e da centralização político-administrativa impulsionava as iniciativas que permitiriam maior controle sobre a massa retirante.

Antes mesmo de sua incorporação, a lagoa da Messejana já era escolhida pela população para a prática de um esporte bastante em voga naquele tempo: a natação. Nas manhãs de domingo, várias pessoas iam nadar e tomar banho nas águas da lagoa que permanecia sempre cheia em decorrência de chuvas regulares. A constante prática dessa atividade fez com que, em 1960, a prefeitura melhorasse a estrutura física que atendia os frequentadores. A criação de um balneário com banheiros, restaurantes, bares, parque infantil, passeios de bote e corridas de lanchas motorizadas fomentou provas náuticas com grande repercussão na cidade. Todo esse investimento da prefeitura visava à consolidação daquela área num ponto turístico em Fortaleza. (RIBEIRO, 1982).

aterradas para dar origem a loteamentos e empreendimentos imobiliários. É o caso da extinta lagoa dos Patos, que cedeu lugar a loteamentos que hoje formam o bairro Cidade 2000. Nem um apelo proferido por um vereador na Câmara Municipal de Fortaleza contra a ação de empresas imobiliárias livrou o terreno da especulação. Os pescadores, que dela tiravam o seu sustento e nela passavam algumas horas do tempo livre, ficaram sem trabalho e lazer.

O vereador Marcus Fernandes afirmou que *os antigos moradores, que eram posseiros e que ali viviam há muitos anos usando as terras e lagoas, cultivando e pescando, foram obrigados a baterem em retirada*, se fixando em favelas próximo às lagoas, esperando o momento apropriado para o retorno a terra que, segundo os pescadores e agricultores, é de quem nela trabalha e produz. Quando retornam são surpreendidos por capangas armados e dispostos a defender a propriedade que pertenceria ao Estado.³²

A lagoa do Murici, nas proximidades da lagoa do Papicu, foi soterrada para dar lugar a mansões. A mesma ação teve como alvo a lagoa do Gengibre, localizada nas imediações desse espaço. Consequentemente, a lagoa sofre com o processo de assoreamento. Apesar das sucessivas limpezas e escavações para estimular o acúmulo de água, ela permanece pouco tempo cheia e volta a secar novamente.

Em 1986, a comunidade localizada às margens da lagoa do Jacaré denunciou a construção de um muro com base de concreto e pedra ao redor de toda a área. O dono do terreno pretendia murar e depois aterrar a lagoa. Até o término daquele ano, o proprietário já havia desmatado e construído os alicerces do muro.

De um lado, o discurso do progresso em benefício da cidade e dos moradores da região, que ganhariam em troca novas casas, e por extensão, uma vida mais saudável; do outro, a recusa dos pescadores a essas iniciativas. Procuravam sensibilizar o poder público com mutirões de limpeza e plantação de frutas e legumes nas margens das lagoas. Quando assim não ocorria, as lagoas eram alvo de carros-pipa que retiravam indiscriminadamente suas águas para a construção civil.

As lagoas da Messejana, do Opaia e da Parangaba tiveram seu volume bastante reduzido em algumas épocas devido à ação das construtoras ou por causa de aterros clandestinos.

³² Fortaleza, *O Povo*, 18 de abril de 1983.

Roberto, pescador assíduo da lagoa da Parangaba, que caminha para os 50 anos, lembrou-se, numa conversa informal, que com oito anos de idade, a água da lagoa tinha uma tonalidade mais viva. Era escura como o barro das margens. *Essa água aqui era da cor de um carvão, preta*, comentou. O barro que era retirado das encostas *tinha mais substância* ³³.

Morador do bairro Montese, onde cresceu e residiu por todo o tempo em que esteve em Fortaleza – trabalhou como caminhoneiro em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Roraima – disse que já pescou em todas as lagoas da cidade. Muitas nem existem mais, foram totalmente aterradas. Tem lembranças de algumas pequenas lagoas que existiam no seu bairro nas quais brincava com os colegas. Confessou que pescar é bom para distrair, esquecer os problemas de casa e recordar os bons tempos. Diz que a sua mulher fica perguntando se viu passarinho verde quando ele chega da lagoa. Chega feliz, contente, cantando “alegre”.

O jornal *Diário do Nordeste*, de 05 de abril de 1987, apresentou uma matéria sobre as condições de 60 lagoas que existiam no perímetro urbano de Fortaleza. Número já bastante reduzido e difícil de precisar. O paulatino desaparecimento dessas áreas altera a configuração espacial e estética da cidade, impedindo que se saiba que elas existiram um dia. Chamou atenção para as atividades industriais e águas residuais das residências urbanas que poluem os rios e lagoas. Ainda destacou as ações da especulação imobiliária e as reivindicações da sociedade civil organizada e do movimento ecológico.

Uma recente reportagem do jornal *O Povo* destacou a perda da memória da população do bairro Álvaro Weyne, que não mais sabia da existência de uma lagoa nas imediações. ³⁴ Tendo em vista que, hoje, não passa de uma poça de água suja, coberta por um matagal e denominada recentemente de lagoa do Urubu, tal fato não acarreta muita surpresa. Contudo, para aqueles que utilizam as lagoas no dia-a-dia, essa alteração traz várias mudanças em suas vidas e na relação com a cidade.

³³ Raimundo Girão (1979, p. 29-30) dissertando sobre as lagoas da cidade, escreveu sobre a qualidade das suas areias: *Tais lagoas como as de Messejana, Parangaba, São Jorge, Porangabuçu, Mondubim, Sapiranga, Paupina, Maraponga, Paçaré, Jenibaú, Pedras, Pajuçara, Mingau, Jibóia, Maracanaú, Jaçanaú, Jandragoeiras, Cápuá, Jenipapu [...] acumulavam, quase sempre, no seu leito, fartos depósitos de argila preta e humosa, contendo diatomita, os quais, com certa dose de argila, têm sido explorados desde os tempos primitivos para a fabricação de excelente tijolo branco, leve, poroso e – como qualidade preciosa – mau condutor de calor.*

³⁴ Fortaleza, *O Povo*, 31 de outubro de 2006.

Observando o mapa feito em 1993 (figura 3), vemos que esse número não sofreu grandes alterações embora as lagoas de pequeno porte nem sempre apareçam nos registros cartográficos. Isso acontece por que algumas são temporárias e existem somente no período das chuvas. Ainda assim, a escolha de um mapa não atualizado se justifica para que sejam visualizadas as lagoas das quais estamos falando e que não mais existem.

III

Cidade e natureza

Infelizmente, a tradição colocou a cidade contra a natureza, e a natureza contra a cidade. A crença de que a cidade é uma entidade separada da natureza, e até contrária a ela, dominou a maneira como a cidade é percebida e continua a afetar o modo como é construída.³⁵

Anne Spirn

Uma breve história de encontros e desencontros

Para Rolnik (1995) a cidade como construção humana constitui-se uma segunda natureza. Modificando ou adaptando-se a uma natureza primeira, ela é a construção de um espaço que privilegia o contato entre os homens e a vida em sociedade. A autora não questiona a existência de uma natureza primeira, ressalta, porém, a peculiaridade de um habitat visto como natural e naturalizado, mas que é uma construção que satisfaz as necessidades humanas na medida em que dialoga com o natural.

Surgindo espontaneamente ou de forma planejada, ou ainda fruto de eventos históricos e políticos, possui uma história de desenvolvimento e mudanças significativas. Lefebvre (2001) fala de uma cidade oriental ligada ao modo de produção asiático; outra arcaica ligada à posse de escravos; uma medieval caracterizada pelas relações feudais e posteriormente a cidade industrial marcada pelo capitalismo concorrencial.

Essas denominações antes de querer suscitar a existência de estágios de evolução, marcam as diferentes relações que o homem estabeleceu com a cidade. De uma que pertencia aos cidadãos, nesse caso somente aos homens adultos, passando pelo

³⁵ SPIRN, 1995, p. 21.

sistema de vassalagem até uma outra de excedente, a organização econômica e espacial da cidade é causa e consequência das relações humanas. Na perspectiva filosófica e marxista lefebvriana, o que a caracteriza, então, possibilitando o seu desenvolvimento, é a divisão do trabalho intelectual e manual ou material. Tal divisão, centrada também na oposição entre o espiritual e o cultivo das letras, por um lado, e as imagens da natureza, do selvagem e do primitivo, do outro lado, fomentaram o surgimento da filosofia e, por conseguinte, a própria organização da cidade como espaço da racionalidade, do logos, da dominação do ser natural, por fim, da civilização. Natureza domada e domesticada, não deixa de ter relações com o mundo rural, mediado pelo excedente que chegava às bancas dos comerciantes de outrora e aos modernos supermercados de hoje em dia. Para Rolnik (1995, p. 16):

O excedente é, ao mesmo tempo, a possibilidade de existência da cidade – na medida em que seus moradores não são produtores agrícolas – e seu resultado – na medida em que é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada.

Louis Wirth, no texto clássico *O urbanismo como modo de vida*, já escrevia sobre o afastamento da humanidade da natureza como característica dessa sociedade urbana emergente, e por extensão, espaço de empregados, comerciantes, bancários e burocratas. Esse texto, apesar de datado, sua publicação data do fim da década de 1930, se insere no contexto da “Escola de Chicago” e tem como objeto de análise verificar o que seria a forma de vida especificamente urbana, em contraposição a uma vida forjada no mundo rural.

Embora com forte apelo darwinista, o texto de Wirth (1973) aponta com muito bom senso e perspicácia o que caracterizaria essa forma de associação entre os indivíduos. Antes de fazê-lo, descarta a suposição de que o urbanismo ligado ao modo de vida dos homens estaria restrito ao espaço físico da cidade e muito menos que a densidade populacional desse espaço influenciaria decisivamente na orientação do novo estilo de vida. Ao fazer essas considerações, o autor alerta o leitor para não associar o surgimento da cidade à industrialização e capitalismo moderno. As cidades não são entidades monolíticas, mas espaços em constante transformação que fomentam relações humanas. Nesse sentido, mais uma vez, são a divisão do trabalho e a heterogeneidade dos indivíduos as características fundamentais da cidade urbanizada.

Ora, de acordo com Lefebvre (2001), a industrialização é, de fato, o fenômeno que forja uma sociedade urbana. Por outro lado, não se deve esquecer que a cidade pré-existe à industrialização. A cidade como espaço de aglutinação humana favorece a indústria e seu desenvolvimento, e não o contrário. Todavia, esse processo de industrialização radicaliza as intervenções urbanísticas iniciadas, segundo Le Goff, no século XII, visando a conformação do espaço urbano e sua distância do mundo rural: *Sim, os regulamentos de higiene e urbanismo multiplicam-se nas cidades, a partir do século XII [...]. O senso crescente de ordem e de limpeza, visível no espaço urbano, estranho ao campo, faz progredir o urbanismo.* (LE GOFF, 1998, p. 113-114).

Esse senso de limpeza consistia num afastamento daquilo que estaria ligado ao mundo da natureza. Le Goff (1998, p. 113) conta que as primeiras intervenções no espaço propunham a proibição da circulação de animais, como porcos, nas ruas da cidade parisiense. Vias usadas em passeios que sofriam com o estado precário de pavimentação. Nesse sentido, não é apenas outra ordem racional, mas também uma nova percepção estética que direciona as intervenções reais.

Nas belas palavras de Le Goff, a *Idade Média não sente a beleza da natureza, ela cria a beleza artística urbana* (op. cit., p. 115). Ao criá-la, recusa a beleza natural como espaço positivo e o inverte simbolicamente. Passa, então, a ser o avesso da beleza urbana, ou seja, o feio, o sujo, etc. Ainda, segundo o autor, na Antiguidade, sobretudo em Roma, a forte oposição entre cidade e campo (natureza) se consolida. Aquela como lugar da educação, da cultura, dos bons costumes e da elegância. Esse sede do bárbaro e do rústico. Nesse tempo, a cidade era procurada por ter ar mais puro, limpo dos inconvenientes naturais, era um bom lugar para descansar.

Conquanto o que sintetize essas atitudes iniciais seja um afastamento do mundo rural e camponês, não podemos concluir apressadamente que essa relação estivesse radicalizada em dois pólos antagônicos. Primeiro, a distância física entre esses modos de vida não estava ainda delimitada. Os rios corriam limpos, enquanto os agricultores cultivavam a terra, ornando e abastecendo a cidade de jardins e hortas. Trata-se da função agrícola que com o passar do tempo muitas cidades foram perdendo, cedendo lugar à formação urbana hoje conhecida. Mesmo que Le Goff (1998) aponte como marco da “desruralização” da cidade o século XIX, ou seja, o clímax das transformações propiciadas pela industrialização, o próprio autor chama atenção para o

caráter absoluto, e por que não, arbitrário dessa afirmativa. No máximo podemos utilizá-la como referência para futuras argumentações, refutando-a ou acatando-a.

Nesse ponto, pode ser desconstruída a afirmação do início deste tópico. Ora, a divisão entre natureza e cidade, domínios que pertenceriam respectivamente a Deus e ao homem, constitui-se em discurso ideológico e precário que revela a artificialidade presente nessa ordem binária. Esquecemos, ou preferimos não lembrar, que se a divisão estabelecida é exclusivamente humana, a natureza também o é. (THOMAS, 1988).

A obliteração dessa relação propiciou a radical oposição dessas realidades, que se expressa por meio de dois conjuntos que, pensados como possuindo leis e dinâmicas próprias, justificariam as intervenções e o distanciamento do homem do mundo natural.

De fato, isso é um processo inerente ao surgimento de muitas cidades. Como vimos páginas atrás, as cidades, incluída Fortaleza, surgem, muitas vezes, às margens de um rio, lugar propício para a pesca, o implemento da agricultura, água para beber, cozinhar e lavar. As pastagens se confundem com as residências urbanas enquanto a higiene pessoal é realizada nos rios e lagos. O crescimento da população, o advento de técnicas industriais, os conflitos e problemas nas disputas do uso e ocupação do solo urbano e a comercialização de produtos reconfiguram a espacialidade urbana, modificando as representações da cidade.

Essa relação se complexifica ainda mais com o advento da industrialização que passa a reorientar toda uma morfologia social e espacial. Nesse caso, quando falo de uma reorientação não estou querendo sugerir que tal processo histórico tenha ocorrido segundo planos ou estratégias bem delimitadas, nem querendo reduzir as formas urbanas unicamente aos marcos econômicos. Apenas sublinho o fato de que as intervenções urbanas que ocorrem nesse período marcam uma outra maneira de viver e ver a cidade. Sobre isso Giddens (1991, p. 16) escreve que *o urbanismo moderno é ordenado segundo princípios completamente diferentes dos que estabeleceram a cidade pré-moderna em relação ao campo em períodos anteriores.*

Continuando nessa perspectiva histórica, Benevolo (1963), pensando a formação do urbanismo moderno, salienta que a formação da cidade industrial na Europa ocorreu de forma improvisada e seu crescimento foi desmesurado. Com isso, as residências das famílias advindas do campo foram alocadas em locais sem preparo e

nenhuma condição de higiene, onde proliferou várias doenças e epidemias. A circulação dessas pessoas era feita em ruas apinhadas e sujas. As construções residenciais e industriais deixaram rastros de entulhos pelo caminho. Os rios próximos às fábricas serviam como depósitos dos seus detritos bem como dos dejetos da população residente nas proximidades. No clássico livro de Engels (1986, p. 62), o autor disserta sobre as condições sócio-ambientais das cidades nos primórdios da revolução industrial:

Em baixo [da ponte] corre, ou antes, estagna o Irk, delgado curso de água, escuro como o breu e de cheiro nauseabundo, cheio de imundícies e de detritos que deposita na margem direita que é a mais baixa; com tempo seco subsistem nesta margem toda uma série de charcos lamacentos, fétidos, de um verde escuro, do fundo dos quais sobem bolhas de gás meffítico emanando um cheiro que, mesmo do alto da ponte, 12 a 15 metros acima da água, é insuportável... Acima da ponte vêem-se grandes curtumes, mais longe ainda tinturarias, fábricas de artigos de osso e fábricas de gás cujas águas usadas e detritos vão todos parar no Irk que, além disso, recolhe o conteúdo dos esgotos e dos banheiros que nele desembocam.

Esta citação dá idéia do que o autor quer passar para os leitores acerca da situação caótica na qual se encontravam a Inglaterra e a França industrial. Por outro lado, evidencia a relação que se construiu com o ambiente natural a partir das transformações econômicas, políticas e urbanas. Para Benevolo (1963) é a partir desses problemas que surgem preocupações e iniciativas urbanísticas de teor ideológico com fins a resolvê-los. Resoluções que chegam com a revolução de 1848, sob pressão da população em permanente descontentamento. Concentradas na questão do saneamento, da drenagem, no abastecimento de água, na limpeza e pavimentação das ruas, essas deliberações visavam não somente a melhoria da qualidade de vida da população como também a manutenção e relação com espaços verdes da cidade. Na verdade, as propostas de melhoria não significaram melhores condições na vida dos operários, mas melhores condições para a produção e a cidade industrial.

A América do Norte também pode ser incluída nessas circunstâncias. Cidades como Chicago e Nova York também sofriam os inconvenientes da revolução industrial quando passaram a se preocupar com construções de parques urbanos. Essas iniciativas tinham como objetivo privilegiar não somente a estética da cidade, mas mudanças urbanas de outra ordem, *como um antídoto necessário para a cidade agitada e hostil*. (RYBCZYNSKI, 1996, p. 112). Dessa forma os parques trouxeram o verde para mais perto da população urbana, racionalizando o espaço e fomentando novos

lugares para as construções residenciais. Os lagos e as margens dos rios passaram por uma revalorização. Um espaço transformado em valor de troca de altíssimo preço, pois há a valorização dos aspectos naturais da moradia em contraposição ao turbilhão da cidade industrial.

Não obstante essa reaproximação, marcada por uma nostalgia mistificadora dos espaços naturais expressos nos jardins, nos parques e nos animais de estimação presentes nas casas de campo, o que ainda caracteriza a cidade é a racionalização ou a criação desses espaços. Sublinha o desejo dos “mandantes” de colocar nos devidos lugares indivíduos e grupos sociais tão inoportunos quanto alguns animais que trafegam descabidamente pelas ruas. Na trama e no drama citadino, quase sempre as “boas” intenções carregam um quê de ambigüidade.

Como não é objetivo do trabalho avaliar essa questão a fundo, basta lembrar que a reforma em Paris, que compreende o período em que o barão de Haussmann foi prefeito do Sena, de 1853 a 1869, uma das mais importantes ocorrida naqueles tempos, sob a autoridade de Napoleão III, privilegiou mais a cidade do que os pobres que nela habitavam. A abertura dos *bulevares, com calçadas extravagantemente amplas, juncadas de bancos e luxuriosamente arborizadas* (BERMAN, 1986, p. 147) e a ordem geométrica imposta às vias da cidade correspondiam aos interesses de uma estética burguesa com uma funcionalidade específica para o capital na organização do espaço. As ruas iluminadas com seus cafés adornados de cores e guloseimas conviviam lado a lado com os escombros de antigos bairros demolidos para dar passagem às charretes. As praças e calçadas abundantemente arborizadas convidavam a população mais abastada para passeios agradáveis.

Contudo, como sugere Berman (1986), as luzes do progresso haussmanniano trouxeram à tona a população pobre e maltrapilha que a reforma urbana tanto negligenciou. Nas suas belas palavras, *os bulevares de Haussmann transformaram o exótico no imediato; a miséria que foi um dia mistério é agora um fato*. (BERMAN, 1986, p. 149). Diante desse fato, a convivência tolerante permitia que ambos, ricos e pobres, se vissem. Ou melhor, as reformas urbanas tiraram as famílias de casas escuras e sujas e as transferiram para longe, e quando perto, podiam ser melhores vigiadas. No mundo que se construía valorizando as aparências e as imagens, bastava fingir que tudo estava bem.

Esse modelo urbano logo despertou a atenção das elites de cidades emergentes ou que procuravam emergir em todo o mundo. Ora, havia sido encontrada uma maneira de resolver o incômodo problema da pobreza na cidade bem como minimizar as incômodas manifestações da classe operária. *Por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno. Como tal, logo passaram a ser reproduzidos em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo, de Santiago a Saigon.* (BERMAN, 1990, p. 147).

Em Fortaleza...

Aldeia, aldeota, estou batendo na porta
Pra lhe aperrear...

Ednardo

No Brasil, muitas cidades aderem a esse novo modelo de progresso, como Rio de Janeiro, Recife, Belém, entre outras, transformando-se em canteiros de obras. Dentre elas, cabe destacar Fortaleza, foco do trabalho. Como dito anteriormente, além da abertura de avenidas e demolições de casas que não se enquadravam na ordem xadrez de planejamento urbano, outras reformas paisagísticas foram feitas nas praças da cidade e a construção de edifícios públicos e privados em estilo eclético marcaram a paisagem da época³⁶.

Mas não só de beleza viveu esse período. Com as constantes secas que assolavam o interior do Estado, muitos “retirantes” chegavam à capital em busca de água e lugar para morar. Vagando pela cidade, pediam esmolas como meio de sobrevivência. Em uma carta de Gustavo Barroso, datada de 25 de março de 1958 e endereçada para a pesquisadora cearense Maria da Conceição Souza, o escritor relembra o seu primeiro contato com esses “retirantes”:

³⁶ Aqui chamo atenção para o que Linhares (1992) denomina de haussmanização doce. Para o autor as reformas de Herbster não foram tão radicais e nem expressaram uma ruptura ao manterem o traçado urbano proposto por Silva Paulet e por se voltarem menos para as possíveis revoltas populares do que para a circulação de produtos e matérias-primas.

Em 1898, tinha eu dez anos e vi a primeira seca. Indo com meu pai à tarde ao nosso sítio do Benfica, encontramos os cajueiros pejados de redes sujas de retirantes. [...] – Meu filho, nunca pensei depois de 1877 ver mais estas cenas! Elas continuam pelo tempo além. (BARROSO, 1979, p. 20)

Como parte das tentativas de preservar o embelezamento da cidade, alguns “retirantes” eram mantidos longe do centro urbano em terrenos não valorizados pela elite local. Terrenos que, muitas vezes, se localizavam próximo às áreas litorâneas, onde já existiam comunidades de pescadores. É o caso, por exemplo, da formação da favela do grande Pirambu. Outras vezes, localizavam-se nas margens dos rios e lagoas da cidade. Entre os anos de 1930 e 1950 destacam-se outras ocupações que formaram as favelas do Lagamar, situada no entorno do Rio Cocó³⁷, onde sobreviviam *os pegadores de tainhas do Cocó* (BARROSO, 1979, p. 5) e do Morro do Ouro, situada entre o açude João Lopes e o atual bairro de Monte Castelo. Uma extensa faixa de terra localizada à beira de um lago salgado no bairro da Aerolândia próximo ao Lagamar abrigava cerca de mil casebres até 1950. (JUCÁ, 2000)

Nesse caso, mais uma vez é bom notar que o mar ainda não despertava interesse das classes abastadas. Quando isso ocorre, entre 1940 e 1970, mais uma vez pescadores e população local são expulsas para ceder o espaço para a construção de casas de veraneio, deixando o local “limpo” e “asseado” para o banho de mar e para as caminhadas dos novos habitantes. É o que ocorre na antiga praia do Peixe, atual praia do Meireles, e na praia de Iracema. (DANTAS, 2002)

Quando não íam para longe da zona central, alguns “retirantes” acabavam confinados no Lazareto da Lagoa Funda, distando cerca de 7 km do centro da cidade. Constituindo a primeira experiência concreta de medicina urbana e preventiva, o lazareto, construído entre 1856 e 1857, tinha como finalidade abrigar os doentes acometidos pela cólera e outras moléstias. No entanto, abrigou também parcela dos mendigos que vagavam pelas ruas em condições deploráveis. (PONTE, 1993)

Note-se que o nome que o nome dado ao lazareto corresponde à sua localização próxima à lagoa. E isso não é mera coincidência. Se o mar não despertava

³⁷ O Rio Cocó é o maior da cidade de Fortaleza. Nasce na serra da Aratanha, no município de Pacatuba, e percorre 45 quilômetros passando também pelo município de Maracanaú e desaguando no Oceano Atlântico, nos limites das praias do Caça e Pesca e Sabiaguaba. O rio ainda serpenteia 18 bairros da cidade e tem 13 quilômetros de extensão dentro do parque Ecológico do Cocó, que constitui uma área importante de proteção e diversidade ambiental. Ainda existem populações ribeirinhas que pescam e se divertem em suas águas.

interesse da elite, as lagoas da cidade constituíam espaços invisíveis em que a população pobre se fixava em busca de água, ou simplesmente, é bom que se diga, cenários que apresentavam riscos para os moradores abastados da cidade:

A água da Lagoinha, e ainda mais, a de Jacarecanga inspiravam desconfiança aos moradores da cidade, a primeira por provir de acumulação em cavidades do terreno a descoberto, com riscos de estagnação e, a segunda, por ser originária de um sítio onde funcionava um lazareto e não muito distante onde se construía o cemitério. (NOBRE, 1981, p. 27)

Essa idéia perdurou durante todo o século XX em que a cidade se expandiu para outras localidades com o mesmo desinteresse de outrora pelas lagoas que cruzavam o seu caminho rumo ao “progresso”. Nesse momento, surge uma questão problemática: ora, se a cidade realmente possuía fortes relações com o sertão, como foi mostrado, por que o desinteresse pelas lagoas, paisagem característica daquilo que poderíamos chamar de “imaginário interiorano”? Embora este imaginário se fizesse presente, a idéia de progresso avançando em avenidas rumo ao interior do Estado, visava sobretudo o acesso a localidades produtoras de matéria-prima, sobretudo o algodão, para enriquecer os comerciantes da cidade. O que se almejava no fim dessa estrada era a riqueza, os ares sadios de um sertão verde e úmido.

Contudo, não veio somente riqueza; por essas estradas do progresso chegou um sertão não de todo desconhecido, mas repugnante, pobre, feio e mal cheiroso. Em busca do pote de ouro, os retirantes invadiram a cena para ganhar algumas moedas caídas do céu. O pote já tinha dono, a quantia estava sendo repartida entre os mais abastados e os trocados não vinham de um céu azul, mas das mãos dos generosos que acudiam os pedintes.

Mas as luzes conquistadas não podiam ser ofuscadas com o aspecto decrépito dos migrantes. Então foram em busca de refúgio em áreas esquecidas da cidade. Como em um quebra-cabeça, buscavam uma peça que se encaixasse em suas reais condições de existência. Nas margens das lagoas ou nas imediações instalaram alguns barracos que foram crescendo e se multiplicando por toda uma outra cidade que não se aproximou à sonhada Paris de Haussmann.

Ao contrário, revelou tanto lá quanto cá, a contradição inerente do projeto de civilização e progresso em que se pautava – ou ainda se pauta? – na frágil oposição

entre natureza e cultura. Em Fortaleza, isso é marcadamente exemplificado nas condições dos seus mananciais e de suas lagoas. Para Silva (2001, p. 41):

Aqui a natureza parece ser um grande incômodo. Modernizar significa destruir. O que restará da nossa natureza? [...] É aqui onde a sanha destrutiva se realiza. Rios são dizimados, lagoas aterradas, dunas desmontadas, bairros inteiros arrasados.

A interpretação que venho tecendo ao longo do capítulo privilegia a relação que existe entre a ocupação das margens de rios e lagoas da cidade e a migração. Por outro lado, essa não é uma relação absoluta. Primeiro, não são somente os pobres que migram para os centros metropolitanos; e, segundo, a população dessas áreas não é composta exclusivamente de migrantes. Quando penso essa relação, quero evidenciar como essas localidades vêm se configurando na trama cidadina, como se constituem por meio dos diversos interesses, desejos e conflitos de homens e mulheres, crianças e idosos, pobres e ricos, poder público e população.

Para se ter uma idéia, segundo Olinda Marques, presidente da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), existem entre 10.000 e 15.000 famílias morando atualmente de forma irregular na beira dos rios e lagoas da cidade que constituem áreas de preservação ambiental.³⁸ O que não é uma surpresa. De acordo com Maricato (2002), Davis (2006) e Gondim (2006), os pobres nos países de industrialização tardia são os povoadores pioneiros de pântanos, várzeas sujeitas a inundações, encostas de vulcões, morros instáveis, montanhas de lixo, depósitos de lixo químico, beiras de estradas e orlas de deserto. Ou seja, áreas escondidas, mas não totalmente esquecidas pelo poder público, já que são espécies de depósitos da “banda podre” das cidades que os garantem contra as tentativas de despejo.

Somente na capital, moram nas margens do rio Maranguapinho aproximadamente sete mil famílias. Rio que nasce na serra de Maranguape, passa pelos municípios de Maracanaú e Caucaia antes de se encontrar com o rio Ceará, em Fortaleza. Coincidentemente o rio percorre alguns dos bairros mais populosos da capital como Autran Nunes e Canindezinho, servindo como depósito dos esgotos domésticos, de matadouros e de fábricas da região industrial do município de Maracanaú. Muitos são os problemas de saúde causados por tamanho descaso. Nos dias de chuva, a

³⁸ Entrevista concedida ao jornal O Povo. Fortaleza, *O Povo*, 31 de outubro de 2006.

população ribeirinha não somente é surpreendida pela água adentrando nas casas, como também pelo lixo orgânico e industrial que bóia na água fétida.

De fato, muitas lagoas da cidade serviam (e servem) como bons reservatórios dos dejetos de fábricas, hospitais, comércios e residências ao seu redor. Ou tinham suas águas roubadas indiscriminadamente pela indústria e construção civil, componente indispensável para a cidade que se constituiu metrópole sem perder de vista o “progresso”, o “embelezamento” e até a “justiça social para os pobres”.³⁹ O Barão de Haussmann não morreu!

Usos (táticas) e discursos (estratégias) sobre as lagoas de Fortaleza

O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada.

Michel de Certeau

As águas da lagoa da Messejana, durante algum tempo, quase desapareceram surrupiadas por carros-pipas de empresas construtoras.⁴⁰ A lagoa da Parangaba também esteve ameaçada pela poluição exacerbada. A lagoa do Porangabuçu, por sua vez, sofre com os resíduos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal do Ceará.

Essa é a situação de muitas lagoas na cidade. As limpezas ocasionais nos espelhos d'água não são suficientes para amenizar os constantes despejos sanitários e industriais direto nas lagoas⁴¹. A lagoa do Álvaro Weyne, conhecida também como

³⁹ Para uma discussão da modernidade e pós-modernidade na cidade de Fortaleza ver Gondim, 2006.

⁴⁰ Fortaleza, *Diário do Nordeste*, 03 de janeiro de 1984.

⁴¹ Ermínia Maricato (2002) comenta as estatísticas: *Nas grandes e médias cidades, os rios, riachos, lagos, mangues e praias tornaram-se canais ou destino dos esgotos domésticos. O esgotamento sanitário atinge 54% dos domicílios em todo o Brasil, mas apenas 10% do esgoto coletado é tratado. O restante permanece na rede hídrica. Quanto ao lixo, 29% do montante coletado é tratado. Isso fica evidente na paisagem de qualquer estrada que deixa as metrópoles ou grandes cidades, as quais são acompanhadas durante quilômetros pelo lixo não recolhido.*

lagoa do Urubu, por exemplo, tem o espelho d'água coberto por matagal e lixo. Quem não mora nas proximidades desconfia até da sua existência.

Pensando em cidades ricas e pobres, capitalistas e “socialistas”, a relação construída com os dejetos humanos e industriais ainda assume uma importância significativa no desenvolvimento das cidades que não adotam o desafio de pensar um problema que há tempos afligem a humanidade, a saber, como se livrar dos excrementos. (DAVIS, 2006)

Como lembra o autor, essa preocupação é simplesmente abandonada por gestores e população e transformada numa moeda de troca de favores ou resolvida de modo que faça crer que não existe problema nenhum. Assim sendo, resolve-se uma questão camuflando as suas causas e desdobramentos.

Primeiramente, edifica-se uma cidade com sistema de esgoto e água encanada e uma outra para onde os dejetos da primeira serão despejados. O mais importante é que eles não fiquem à mostra para não estragar a imagem da cidade bela, que elege *lugares* naturais que constituem sua paisagem. Depois, a outra cidade, que surge exatamente nos *espaços* e meandros não eleitos, acolherá homens, mulheres e crianças que aquela cidade não elegeu como seus habitantes. Não necessariamente nessa ordem, a equação pode ser resumida da seguinte maneira: como não se sabe o que fazer com os dejetos e nem lidar com as populações mais pobres, ambos passam a conviver direta ou indiretamente nas sinuosidades da cidade.

As ocupações desconsideram qualquer legislação urbanística de uso e ocupação do solo ou reforçam a falta dela quando se trata de legislar e acompanhar, por meio de políticas públicas e recursos técnicos, as construções que são orientadas pela necessidade em áreas públicas e de proteção ambiental. Dessa forma, convivem no espaço urbano, fruto da lógica urbanística funcional, uma “cidade legal”, racionalizada, com equipamentos e serviços urbanos, em conflito com a “cidade real”, “irracional”.

De fato, as políticas públicas ainda carecem de uma ação integrada para que o meio ambiente – parques, rios, riachos, lagoas e mares – e cidade não sejam consideradas instâncias de ordens opostas. Ao contrário, o cidadão também faz parte de certo ambiente natural e com ele se relaciona a partir dos desejos, dos recursos, dos objetivos materiais e imateriais. Portanto, a relação do homem com o meio ambiente é

mediada pelo desemprego, pela migração, pela falta de moradia e pela carência de políticas educacionais e sanitárias convincentes.

Nesse caso, emergem dois discursos que constantemente estão estampados nos jornais locais. De um lado, atribuem responsabilidades “negativas” e “danosas” àqueles que moram nas margens das lagoas e de outro, eximem, através da *estratégia* do esquecimento, industriais e empresários das mesmas atribuições. Não se resolve a equação acusando os próprios usuários de poluir as lagoas com os seus dejetos jogados *in natura*. Ou ainda afirmar que as ocupações nos seus entornos aumentam a poluição como também aceleram o processo de eutrofização que desfigura e mata aos poucos as lagoas da cidade. Ao contrário, sem outra opção mais plausível, os usuários das lagoas de Fortaleza inventam formas de sociabilidade e sobrevivência.

É o que ocorre nos rios e lagoas da cidade de Fortaleza. Nas margens do rio Maranguapinho, mais precisamente no bairro do Genibaú, um catador retira diariamente, há mais de 17 anos, material reciclável do rio. Ganhando em torno de 10 a 12 reais por dia, é o dinheiro que o ajuda viver juntamente com o pai desempregado.⁴² Moradores das proximidades procuram-no também para praticar a pesca de subsistência e proporcionar lazer às crianças.

As lavadeiras lavavam as roupas domésticas e de seus patrões. Como o dinheiro era e continua pouco, aproveitavam as lagoas para tirar a mistura do feijão e se distrair dos aborrecimentos. Acompanhados com a vara artesanal, alguns outros apetrechos e a cachacinha⁴³ com limão, os pescadores passavam boa parte da manhã e início da tarde pescando. O jornal *Diário do Nordeste* noticiava em 14 de fevereiro de 1985:

Nas lagoas de Messejana, Parangaba e Maraponga e Tabapuá o quadro já é típico de inverno. Nesses locais retornam velhos hábitos: a pesca de subsistência, o banho de lagoa e os momentos de lazer acompanhados de um aperitivo. [...] ontem à tarde, foram à lagoa de Messejana, além de vários pescadores profissionais, pessoas interessadas na pesca por esporte, acompanhada de um papo informal ou de uma ‘caninha’. Como explicou Evandro Lima da silva, tomar cana com limão, pescando ou vendo o pôr do sol naquele local é uma boa opção para quem deseja se distrair e esquecer os aborrecimentos.

⁴² Fortaleza, *O Povo*, 16 de julho de 2007.

⁴³ Assim é conhecida a aguardente de cana-de-açúcar.

Esta cena ainda pode ser vista em muitas lagoas. Não raro, nos dias que fui à lagoa da Parangaba me deparei com grupos de pescadores que se sentavam ao redor de um litro de cachaça e conversavam, enquanto os peixes eram torrados numa panela perto da roda.

Num sábado ensolarado, eu caminhava juntamente com seu José em volta da lagoa. Logo nos primeiros passos, observo vários entulhos espalhados por um resto de calçada que ainda persiste no meio de tantos pedregulhos e lixos. Segundo seu José, são restos de material de obras começadas, porém nunca concluídas. Caminhando, ele não cansa de apontar as belezas e as mazelas desse trecho da lagoa.

Os manguezais provocam contentamento. Fico maravilhado. Bastante grandes e robustos, proporcionam uma sombra e uma brisa singular naquele recanto ainda tão primitivo e com cheiro de mato úmido e fruta podre. Podemos notar ainda as várias trilhas construídas no meio do mato até a água. Certamente são indícios de que por ali sempre há algum pescador. Algumas pedras enormes enfeitadas com escamas também são indícios de que aquela área é utilizada como ponto de encontro e pescaria.

Seguindo a caminhada logo avistamos uma fogueira enorme e pescadores tarrafeiros⁴⁴ jogando as redes. Nesse momento prefiro não parar e prosseguimos. Seu José conta que “nessas bandas” ocorrem muitos encontros amorosos. A grande quantidade de arbustos e árvores proporciona mais reserva para os frequentadores da lagoa e adjacências. Aliás, enquanto caminhávamos, tornava-se evidente que as margens da lagoa iam ficando cada vez mais baixas por causa do aterro e muro construídos como alicerces do calçada. Isso também certamente facilita os encontros e as atividades proibidas. Por outro lado, essa região da lagoa é a preferida por aqueles que desejam ficar mais à vontade nos seus banhos de água doce como também com seus amigos.

⁴⁴ Tarrafeiros são pescadores que pescam em bóias artesanais feitas a partir de câmara de ar de pneus de caminhão e tem consigo uma rede de pesca de forma circular própria para pegar os carás da lagoa. Segundo Luís da Câmara Cascudo, a rede de pescar *feita de fibra vegetal, sisal ou fio de náilon, é utilizada de várias maneiras, a rede tem formatos e tamanhos diversos, dependendo da região, do tipo de peixe que se vai pegar e se a pesca é de mar ou de rio. Há redes retangulares, como as de arrasto ou arrastão, de espera ou de cerco; as de espinhel e armadilha não têm formato definido, enquanto a tarrafa e o saco, para camarão, têm a forma circular. Para tecê-la basta uma agulha e um malheiro, pequena régua de madeira que serve para dar a dimensão desejada à malha, que varia de tamanho (grande, pequeno ou médio), dependendo da região onde se pesca, da época do ano em que essa pesca é realizada [...] e do peixe ou crustáceo que se vai pegar.* (CASCUDO, 2001).

Um pouco mais a diante, bem próximo ao ponto onde o calçadão se interrompe para continuar um pouco mais à frente, encontramos um grupo numeroso num espaçoso descampado, com baião-de-dois, farofa, cachaça, muita cachaça, e alguns peixes já pescados. Fomos até lá e nos cumprimentamos. Bastante exaltados e alegres, travamos um diálogo sobre a lagoa e seus freqüentadores. Um pescador comentou que *aqui [na lagoa] num falta gente não, macho. É todo dia. Quem num vem pescar, vem tomar cachaça. Quando a gente vem, a gente traz a farinha, o óleo, o sal e o litro. Aí é pescando peixe e assando.* [fevereiro, 2007].

Então, resolvemos voltar e verificar se os pescadores tarrafeiros tinham voltado com os peixes. Realmente, dois deles estavam preparando os camarões para comer. Eles tinham entre trinta e cinquenta anos. Todos tinham chegado de bicicleta. Acordaram cinco horas da manhã para vir à lagoa. O encontro surgiu meio por acaso, com a ajuda de um telefonema:

Eu tava dormindo lá em casa, assistindo a televisãozinha, assistindo o Barra Pesada, aí eu pego o telefone e ligo pro “rato” né?
- Alô?
- Acabou de sair daqui o Haroldo e o Gildo...
- Foi mesmo? To chegando aí!
- Tu não chamou o Roberto não?
- Chamei macho! Cinco horas da manhã quase derrubo o portão dele.
[diálogo entre dois pescadores na lagoa da Parangaba – março, 2007]

Fazia algum tempo que não vinham à lagoa. Dois deles usavam apenas cuecas. Eram justamente aqueles que tínhamos visto jogando tarrafas durante a caminhada. Os outros três estavam com bermudas e sem camisa, cortando galhos para reacender a fogueira. Alguns copos de plásticos espalhados pelo chão assim como uma faca de cortar pão e óleo de cozinha. O peixe demorava, eles já haviam puxado a rede duas vezes e nada, então decidiram preparar a pequena quantidade de camarão pescada.

Numa velha vasilha de leite em pó colocaram a água da lagoa e puseram-na para ferver. No entanto, tinham esquecido o sal. Primeiramente cozinha-se o camarão com sal, depois é passado no óleo. Permaneceram um tempo por ali discutindo e brincando com o episódio até que um deles decidiu resolver o impasse. Caminhou em direção a um rapaz que também bebia cachaça e preparava camarão ali pertinho e perguntou, com uma voz estridente, se ele não teria um punhado de sal. O rapaz respondeu afirmativamente com a cabeça e um deles levou um copo plástico para pegar

um pouco do sal. Quando voltou, largou-o no chão e preparou uma dose para beber. Bebeu e resolveu ver como estava a tarrafa. Foram ele e um outro. Demoraram um tempinho lá e voltaram com seis carás bastante pequenos. Foi uma animação geral. Tomaram mais cachaça e resolveram “tratar” os peixes para tira-gosto.

Numa pequena pedra, um deles colocou um peixe por vez para escamá-los e tirar as vísceras. Nessa ocasião houve uma breve discussão sobre a retirada ou não das guelras dos peixes. Ficou decidido que não, segundo o argumento de que essa parte do peixe estando bem salgada e frita é bastante deliciosa. Aqui ocorreu um fato interessante. Aquele que queria ver as guelras dos peixes jogadas no chão foi taxado de inexperiente na arte da pescaria. A frase unanimemente pronunciada foi: *ah! Esse aí num é pescador não.* [março, 2008]

A frase revela o quanto há de minúcias criadas e articuladas com a experiência e a visão de mundo desses pescadores. Não se trata de uma atividade aleatória, descompromissada com um *modus operandi*. Ela possui, ao contrário, toda uma peculiaridade, um *como* e um *por quê* fazer calcado num saber prático apreendido através da experimentação. Nesse caso, é melhor falar como eles que têm a língua como a mediadora do sabor amargo, doce e saboroso que envolve essa arte que não prescinde da habilidade manual, olfativa e gustativa.

Depois da brincadeira, levaram os peixes ao fogo. Como a panela era pequena, colocaram dois peixes por vez. Enquanto o peixe esquentava, eles conversavam os assuntos mais variados. Desde sexo, passando por George W. Bush, até Bin Laden e Lula, nada escapava aos seus comentários. Quando alguma mulher passava pelo calçadão prontamente causava alvoroço entre eles. Ficavam assobiando, exclamando elogios e também obscenidades caso não estivessem acompanhadas. Entre eles as brincadeiras também giravam em torno da sexualidade. Assim como não foi surpresa ver que algumas se relacionavam à presença do jacaré na lagoa: *Ei, por que tu tem medo do jacaré? O dente dele é afiado?.* [março, 2007]

A manhã passada com os pescadores resume o que continuamente vi nos dias e meses posteriores. A lagoa, como lócus de lazer, fomenta encontros e desencontros. Nela, os atores sociais criam esconderijos ou *espaços* para praticar atividades que são formas criativas e ativas de não se deixarem ficar a mercê das fatalidades sócio-econômicas que os cercam.

Esses sujeitos reorientam geográfica e simbolicamente os itinerários e espaços de lazer da cidade aberta e aventureira. Para os frequentadores, tanto a passagem do ônibus quanto a “cervejinha” são bastante caros impossibilitando um passeio para as praias. Esse tipo de diversão é barata e “rendosa” já que *se come sem gastar um real com peixe, só com a cachaça*. Segundo Diana, *a falta de dinheiro tá grande, né? Aí não tem lugar pra ir, então a gente vem pra cá*. [esposa de um pescador – junho, 2004].

Embora se perceba – e talvez até exista - certo rancor nas palavras de Diana, o importante é apreender esse espaço como um *locus* que faz dos restos e da incompletude do projeto racional e urbanístico material manipulável para a concretização de diversas atividades. É a efetivação da multiplicidade de práticas que representa a busca por diversão, prazer, trabalho, sobrevivência e, finalmente, por uma vida que abre caminhos nas situações sofridas, *possibilidades de vivê-las reintroduzindo dentro delas a mobilidade plural de interesses e prazeres, uma arte de manipular e comprazer-se*. (CERTEAU, 1994, p. 50-51).

Falou-me um zelador que *se não fosse a lagoa muita gente morria de fome*. Desempregado, pesca nas lagoas da Parangaba, Opaia, Maraponga e Taperuoba. Arrematou que o peixe é melhor que o ovo e ainda é de graça, dado pela natureza. Outro pescador confirma:

A gente come peixe todo dia, almoço e janta. Quando aparece um dinheirozinho por fora compra uma galinha, compra uma carne... a gente vareia de vez em quando. Quando eu tava trabalhando mesmo, eu ia no mercantil comprava carne, comprava outras variedades. (pescador da lagoa da Parangaba – março, 2008).

Com efeito, os pescadores usam as lagoas como *tática* para suprir a carência de lazer e de carne. A *tática* para De Certeau (1994) consiste em movimentos heterogêneos em *espaços* ainda não circunscritos como *lugares* de poder. Ela remete a contra-poderes, a uma micropolítica do cotidiano, são *formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática, bricoladora dos grupos ou dos indivíduos*. (CERTEAU, 1994, p. 41). Ao contrário das *estratégias*, que visam, a partir de um *lugar* de poder, *gerir relações com uma exterioridade de alvos e ameaças* (Ibid, p.98),

traçando limites e possibilidades, racionalizando, disciplinando e reduzindo as ações, as *táticas* promovem usos e reapropriações inesperadas por parte dos indivíduos.⁴⁵

Para Deleuze (1998) a cidade constituiu-se como um *espaço estriado*, espaço instituído pelo aparelho de Estado, que demarca, esquadrinha e atribui funcionalidades. A divisão entre campo e cidade (polis, urbe) é fruto dessa lógica funcional que procura demarcar fronteiras e submeter os elementos constituintes dessas paisagens a um poder sedentário (poder feudal, poder estatal, poder militar). Dessa forma, o *espaço liso*, espaço nômade, não demarcado, aquele que antecede o espaço urbano, exemplificado pelo campo pré-urbano, pelas montanhas, platôs, estepes, mares, rios e lagoas, é estriado por meio dos valores e usos que fornecem as respectivas imagens desses espaços. São dois os pares opostos e excludentes: o campo-agricultura e a cidade- cultura.

Entretanto, Deleuze (1998) assegura que essa divisão está sujeita a processos descontínuos. Há uma força que transforma os espaços lisos em estriados e os espaços estriados em lisos. Esse movimento caracteriza a complexidade e o devir presente nos fenômenos sociais. De fato, a cidade não é apenas o espaço do poder, mas também do contra-poder. Se podemos afirmar com o autor que também há um campo-cultura, existe também uma cidade-agricultora. É a cidade que viabiliza a heterogeneidade dos usos e atribuições que não estão sujeitos às dicotomias, antes servem-se delas. Mistura, reordenação. Deleuze (1998, p. 188-189) afirma:

A cidade libera espaços lisos, que já não são da organização mundial, mas de um revide que combina o liso e o esburacado, voltando-se contra a cidade: imensas favelas móveis, temporárias, nômades e trogloditas, restos de metal e tecido, *patchwork*, que já nem sequer são afetadas pelas estriagens do dinheiro, do trabalho, ou da habitação.

⁴⁵ De Certeau (1994) faz uma distinção entre *espaço* e *lugar*. Para o autor, o lugar *é uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade* (p. 201). Podemos assim, arrematar que o lugar se configura um *espaço estriado onde as linhas, os trajetos têm tendência a ficar subordinado aos pontos: vai-se de um ponto a outro* (DELEUZE & GUATARRI, 1997, p. 184). O *espaço*, por sua vez, se caracteriza pelo movimento, *é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (...). O espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres.* (CERTEAU, 1994, p. 202). No entanto, Leite (2004) e Augé (2001) salientaram muito oportunamente que o *lugar* não é de todo despossuído de práticas e significações simbólicas, entretanto, essas significações passam por seleções e tendem à cristalização. Finalmente, o próprio De Certeau afirma que os *lugares* são transformados em *espaços* e os *espaços* transformados em *lugares*. O que poderia ser traduzido na linguagem deleuziana: o *espaço liso* [ou simplesmente *espaço* para De Certeau], *não pára de ser traduzido, transvertido num espaço estriado*[lugares]; *o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso.* (DELEUZE & GUATARRI, 1997, p. 180).

Trata-se da instabilidade da moradia, dos homens que redescobrem a força da cidade- agricultora. Cultivar o espaço aparentemente abandonado, estriá-lo, demarcá-lo com o intuito de resgatar a força que contém. Transformá-lo em *máquina de guerra*⁴⁶ contra as instâncias políticas e sociais dominantes. São outra as armas utilizadas. Não sucumbem diante da falta de tudo, a falta transforma-se em abundância perigosa. Fruto das iniciativas particulares, passam a ser combatidas e inviabilizadas por meio da posse e do terror.

É o caso, por exemplo, do que ocorreu nas lagoas do Gengibre e Papicu em meados dos anos 1980. Nesse tempo se intensificou o clamor da população residente no entorno contra os loteamentos que visavam construir grandes mansões e condomínios em trechos aterrados. Por meio de capangas armados e violentos, as construtoras ameaçavam a população, os moradores e pescadores.⁴⁷

No mesmo período se consolidavam nos centros urbanos os movimentos sociais com a formação de associações e líderes comunitários que reivindicavam mais participação nas decisões políticas que envolviam a parcela mais pobre da população. Desconfiado do Estado paternalista, que agia muitas vezes em favor das elites, ou ainda receoso da atuação de uma esquerda associada a um autoritarismo partidário, esse movimento rechaçava a verticalidade das decisões tomadas pelo poder público. (GONDIM, 2006).

Herdeiras de movimentos trabalhistas e político-partidários de meados da década de 1960, essas organizações expressavam as contradições emergentes de uma cidade que apresentava – e ainda apresenta – graves problemas de moradia, transporte, educação. Ainda que descontínuos, sua ação se pautava na reivindicação e no protesto como linguagem de comunicação. (BARREIRA, 1992; 1993).

Em meio ao surgimento dos movimentos sociais urbanos, apareceu também, com forte caráter contestatório, o movimento ambientalista, que tem seu germe na fundação da SOCEMA – Sociedade Cearense de Defesa da Cultura. No final dos anos 1970, mais exatamente em 1976, professores universitários, estudantes e artistas se reuniram com o objetivo de combater o programa municipal de capinação química para eliminar a tiririca e o capim de boi que nasce no meio fio e defender a permanência dos coqueirais da Beira Mar. Sua atuação nasce nesse contexto, se estendendo até meados

⁴⁶ Cf. DELEUZE, 1998.

⁴⁷ Fortaleza, *Diário do Nordeste*, 18 de abril de 1983.

dos anos 1990, quando os seus membros se dispersam, surgindo outras organizações não-governamentais.

Articulado a outros grupos sociais, a SOCEMA denunciava também a privatização do espaço público, o processo de degradação ambiental, empreendimentos imobiliários e comerciais que comprometiam as áreas de preservação de rios, manguezais e lagoas, reclamavam maior atenção para o planejamento urbano e a relação com os espaços naturais.

Embora a ação do movimento tenha conquistado grandes vitórias, com a criação do parque ecológico do Cocó, a criação das APAs (Áreas de Preservação Ambiental) do Rio Ceará e do Rio Cocó, ele não superou alguns dos principais desafios que se impunham e ainda são postos para a construção de uma cidade menos injusta social e ecologicamente. Mas certamente conseguiu transformar uma ação inicialmente composta por membros esclarecidos da população como arquitetos, professores universitários e profissionais liberais em um debate político mais amplo que englobou estudantes, políticos, organizações não-governamentais e associações de moradores. (NOTTINGHAM, 2006).

De fato, essas ações viabilizaram novas formas de atuação da população que realmente vivenciavam os problemas e as contradições da cidade e começavam a apreender e a ver o espaço urbano como uma expressão viva das desigualdades sociais. Por meio de piqueniques ecológicos, passeatas, manifestações públicas e eventos comemorativos, procuravam-se sensibilizar a opinião pública.

Tratando-se dos moradores das comunidades próximas às lagoas, as reivindicações denunciavam as privatizações mediante aterros e construções imobiliárias com a condescendência dos órgãos públicos. Nesse caso, a disputa evidenciava uma incipiente preocupação com o debate sócio-ambiental, que se revelava, sobretudo, no agudo medo da iminente perda da moradia.

Na década de 1980, fortes foram os protestos da população residente próximo à Lagoa da Parangaba contra os aterros e as construções irregulares nas margens. De fato, nesse tempo, cresce o clamor dos pescadores e agricultores que nas margens das lagoas plantavam milho, batata, macaxeira, cheiro-verde, arroz e feijão. Em dado momento foram proibidos de exercer suas atividades na lagoa do Gengibre e Papicu para que fosse favorecida a especulação imobiliária. Com o apoio de

representantes do poder público, empresas lotearam também parte das lagoas do Jacaré e Murici, pertencentes ao conjunto de lagoas da Praia do Futuro. Mediante indenizações ínfimas, a população mais uma vez foi retirada para a construção de novos *lugares*.⁴⁸

Nesse caso, a falta de saneamento básico e legislação urbanística que regulamentam as ocupações “indevidas” emergem como justificativa das desapropriações. Esses critérios são a condição do programa de reformas que algumas vezes tem êxito, mas que também encontra fortes resistências. Ora, essas iniciativas são vistas com desconfiança já que na prática não acarretam melhorias nas condições de vida desses grupos sociais.

A urbanização das lagoas passa a ser, dessa forma, o discurso preferido para transformar os usos e apropriações dessas áreas. A idéia de um espaço ainda não urbanizado, “indomado”, isto é, que não está inserido na cidade e no contexto da “civildade”, confere legitimidade às ações despóticas praticadas pelo poder público ou pela sanha lucrativa dos empreendimentos imobiliários. Em benefício de uma elite urbana que vê com desconfiança a presença dessas comunidades, abrem-se ruas para racionalizar o espaço em transformação. O caminho mais curto para a retirada dos moradores e a implementação de reformas que visam atender um público mais “elitizado”, encontra nas indenizações a barganha para obter ruas e calçadas que são uma maquiagem dos motivos que a propiciaram:

Logo quando eu cheguei, tinha umas quatro casinhas, aí foi chegando gente, foi se apossano, e foi aumentano, né. Hoje em dia já tem um bocado. Mas logo quando eu cheguei só tinha umas quatro casinha. É portanto que quando eu morava... eu morava do lado de cá... Aí foi preciso passar a rua, né. Morava num barraquinho de madeira, já tinha o meu material pra construir a minha casinha, mas como chegou o papel pra sair, então, eu digo não, a vista de sair eu não vou levantar de tijolo. Eu vou esperar ver o que é que vem. Aí quando veio, todo mundo sair daqui. Quem fez casa vai ser indenizado e tal pra sair. Aí na hora de... A moça veio e disse:

- Seu José, o senhor é barraquinho de madeira, né?

Eu digo:

- É.

Aí ela disse:

- Só que o senhor vai receber uma michariazinha véia.

Quer dizer, o que eu recebi foi 600 reais. Lá na hora que eu fui receber, a moça disse:

- Seu José, o senhor não pode comprar terreno em área da prefeitura porque se você comprar você perde.

Eu digo:

⁴⁸ Fortaleza, *Diário do Nordeste*, 28 de março de 1987.

- Moça, eu vou só desocupar a terra pro pessoal trabalhar, mas se surgir um canto, se sobrar um cantinho eu volto de novo porque esse 600 reais já é pra pagar seis mês de aluguel que eu já aluguei. Justamente eu já tinha alugado a casa só pra tirar as minhas coisinhas aqui do canto e... Enquanto eles trabalhavam. Aí surgiu, ficou um cantinho justamente onde eu moro agora. Voltei pro cantinho. Não tem quintal, num tem nada, só a casinha mesmo. Eu sei que eu tô por aqui. (seu José, morador do entorno da lagoa da Parangaba – fevereiro, 2007).

Com efeito, essa iniciativa “racional” de remoção acaba por ter um prazo de validade bastante curto, propiciando mais uma vez a aglomeração da parcela pobre da população nessas lacunas do espaço urbano. Lacunas que, não raro, se confundem com uma natureza “indomada” e “selvagem”, que apresenta aparentemente desvantagens e nenhuma utilidade para a cidade dos investidores que visam lucros.

Ora, nesse caso, a expulsão mesmo que indenizada, não é uma total surpresa para esses indivíduos. A afirmação: *vou esperar ver o que é que vem* sintetiza uma imprevisibilidade e uma dada fatalidade urbana que cerca a vida de quem sobrevive na incerteza de ter o pão, a chuva, o calor, o feijão, a farinha e a moradia do dia seguinte. O homem que saiu de sua terra natal, procurando fugir da fatalidade da seca e da fome, na cidade se depara com uma outra não menos contundente. O que vem pode vir lentamente, bruscamente ou pode até demorar, mas um dia chega. Por outro lado, essa espera também assevera que desse lado não encontramos indivíduos desprevenidos. A tática depende do tempo, vigiando para “*captar no vôo*” possibilidades de ganho (CERTEAU, 1994, p. 47). Ao contrário, eles enfrentam e reorganizam formas singulares de vida que não se confundem com o “*jeitinho brasileiro*”. São antes, movimentos de resistência, práticas criativas e imperativas que não se esquivam do conflito, mas procuram novas armas de combate calcadas numa inteligência que é *indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula*. (CERTEAU, 1994, p. 47).

Configuram-se na teimosia, na recusa em acatar decisões arbitrárias, na bricolagem cotidiana, na transformação do lixo em vida e do poder em antidisciplina, no sonho que alimenta e adoça a vida: *...se Deus me ajudar aqui e possa conseguir uma fezinha no jogo né, uma fezinha boa, compro um terreno bom pra mim no interior e vou embora*. [abril/2008]. Depoimento de um pescador da Lagoa da Parangaba propondo uma alternativa que não é menos válida quando o real parece ser mais arrebatador e dramático do que se supunha.

Essas lutas permanecem, assim como os pescadores não deixaram de pescar nas lagoas que ainda existem na cidade. Embora as ações de denúncia permaneçam, os conflitos persistem, mas com novas configurações, próprias da mudança na maneira de pensar e viver o meio ambiente. Como veremos adiante, a lagoa da Parangaba não é somente palco de disputas numa ordem macro-política, na busca e na criação do fazer valer os direitos básicos de trabalho, comida, moradia e lazer da vida social. Numa ordem micro-política, apresenta os conflitos cotidianos que se insinuam na maneira de usar a lagoa, de preservá-la, no cuidado que uns pescadores apresentam e outros não, no conflito de gerações que negociam a aprendizagem e, por fim, constroem regras sociais que regem as atividades daquele espaço para diversos fins. Os conflitos são muitos e apresentam uma heterogeneidade de motivos e histórias que faz com que nos aproximemos com mais vagar e afinco dessas histórias a fim de esmiuçar as táticas que seus protagonistas se valem para inventar a vida.

IV

Na lagoa da Parangaba

Porangaba, Porangaba,
Quanto és formosa e louçã
[...]

Juvenal Galeno

A geografia

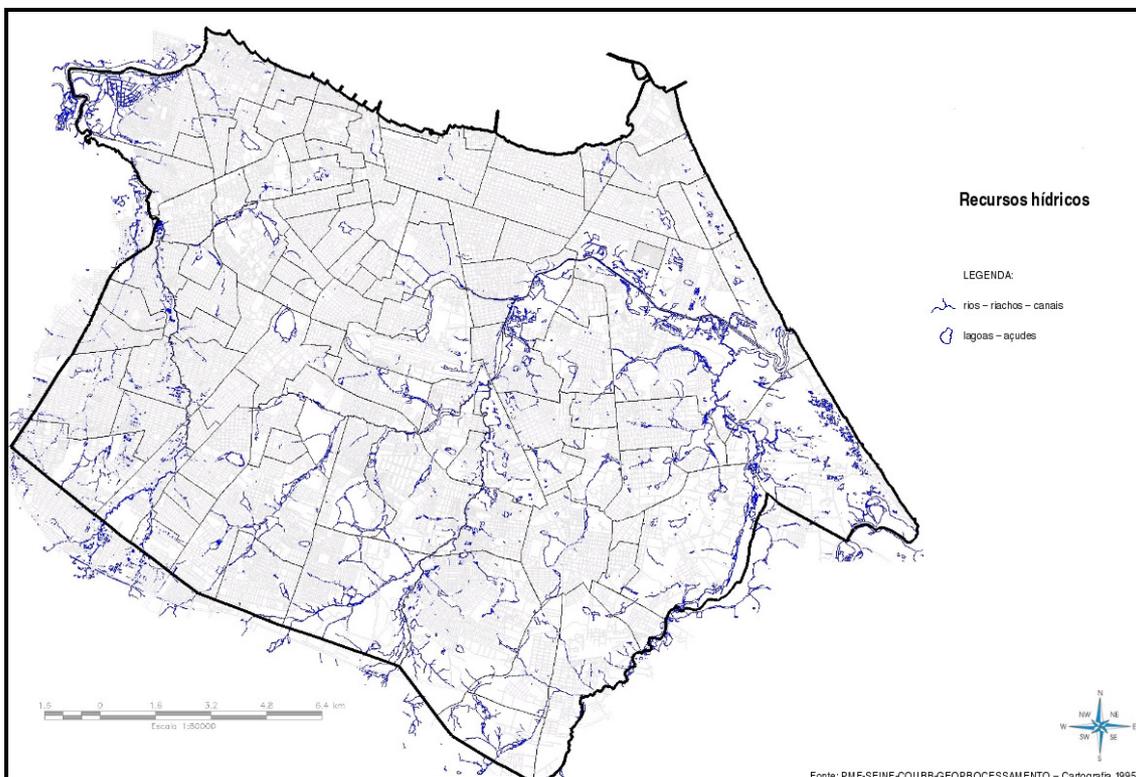


Figura 4: Mapa hidrográfico da cidade de Fortaleza. Disponível em <http://www.sepla.fortaleza.ce.gov.br/planodiretor>. Acesso: 26-06-2007.

A cidade de Fortaleza possui duas importantes bacias⁴⁹ hidrográficas que atendem as necessidades da população. A bacia do rio Cocó é a mais significativa em número de lagoas. A bacia do rio Maranguapinho possui apenas três lagoas. A da

⁴⁹ *Bacia é uma depressão de forma variada ou conjunto de terras pouco inclinadas, podendo ser ocupada ou não com rios, lagos, lagoas, etc. esta forma de relevo se opõe aos maciços, cadeias de montanhas, planaltos.* (GUERRA, 1987).

Parangaba, do Mondubim e Sítio Urubu, além dos rios Maranguapinho, Ceará e açude Santo Anastácio que complementam sua formação. Esta bacia corresponde a 28,7% de área do total deste município.

Com perímetro um pouco acima de 2.000m, a lagoa da Parangaba apresenta uma das maiores dimensões, perdendo somente para a lagoa da Sapiranga que apresenta um perímetro superior aos 4.000m. Com profundidade média de 2,77m, só perde em grau de profundidade para a lagoa da Messejana que possui a profundidade média mais elevada com 2,86m, atingindo uma máxima de 4,92m, com um volume aquífero de 1.190.000m³.

As águas da Lagoa não apresentam qualidade físico-química e bacteriológica adequada por possuir grande quantidade de efluentes das redes de saneamento, esgoto e efluentes pluviais. Ela ainda se estende por um riacho que tem cerca de 2,62km de extensão, com parte do curso canalizado a céu aberto e uma outra correndo naturalmente. O riacho alimenta o açude Santo Anastácio localizado no campus da Universidade Federal do Ceará.



Figura 5: Foto de satélite da lagoa da Parangaba e entorno. Disponível em www.semamfortaleza.ce.gov.br Acesso em: 26-06-2007.

Entre duas movimentadas avenidas que ligam o centro à região sul da cidade de Fortaleza, a lagoa da Parangaba faz parte da região administrada pela Secretaria Executiva Regional IV⁵⁰, que apresenta uma grande concentração de lagoas. Entre as avenidas João Pessoa e Augusto dos Anjos, ela emerge por entre prédios e comércios nos convidando para um passeio às suas margens num calçadão bastante deteriorado, onde estão instalados alguns bares, casas, prédios, mercearias e casas de espetáculos.

Não raro, os dejetos de prédios, fábricas e lojas da proximidade são diretamente despejados na lagoa sem nenhum tratamento prévio. Nos canais abertos corre toda espécie de detrito, deixando a cor da água escura, uma mistura marrom com verde musgo. Quando a poluição está acentuada é percebida pela grande quantidade de aguapés ou orelhas de onça (*Eichornia crassipes*)⁵¹ ou peixes mortos em suas margens.

Contudo, apesar dos problemas que afligem a lagoa, ainda pode ser observada a presença de diversos tipos de aves como o marreco (galinha d'água), garça, coruja, entre outras. Encontramos peixes como o cará, a tilápia, a traíra, além do camarão pequeno. Ainda temos também a presença de alface d'água (*Pistia stratiotes*) e tabubas (*Typha spp.*).

Do lado oposto ao da Avenida Augusto dos Anjos (lado direito da figura 5), há ainda uma trilha que acaba no pequeno cais de madeira cercado por um denso matagal. À direita, velhas e robustas mangueiras (as manchas mais escuras da figura 5) adornam esse lado mais escondido da lagoa.

O comprimento do cais é menor que a sua largura. Apesar de velho, é ponto de encontro e saída dos pescadores para tomar banho e pescar. Além dele, identificamos dois outros pontos de aglomeração nas margens da lagoa. Um mais escondido sob as sombras de enormes mangueirais e outro perto de um canal, na outra extremidade. Se observados com atenção, os três pontos de pesca, sentidos norte, sul e leste formam uma meia lua, dividindo imaginariamente a lagoa ao meio.

⁵⁰ A cidade de Fortaleza está administrativamente dividida em seis regionais ou secretárias de atuação dos órgãos públicos que organizam os serviços prestados à comunidade tais como postos de saúde, delegacias entre outros respectivos as suas regionais.

⁵¹ Esse vegetal apresenta tanto benefícios quanto malefícios aos recursos hídricos. Resultante da fertilização da água através de nutrientes como nitrogênio, fósforo e potássio provenientes do lançamento de efluentes domiciliares e industriais, é um indicador de poluição. Entretanto, pequenas quantidades dessa vegetação inibem a poluição ao absorver esses nutrientes. Mas ao absorvê-los, procria-se. Uma grande quantidade de aguapés deteriora a qualidade da água, encobrendo todo o espelho d'água, impedindo a penetração da luz e impossibilitando a fotossíntese nas camadas mais profundas. Esse processo esgota o oxigênio necessário para os peixes sobreviverem. Fonte: <http://www.jardimdeflores.com.br/CURIOSIDADES/A24aguap%E9.htm> Acessado em 02/06/2008.

Com os pescadores da lagoa da Parangaba: o reencontro

Logo que sai de casa, fiquei pensando nas possibilidades de reencontrar os freqüentadores da lagoa que entrevistei há dois anos, quando da realização do trabalho de campo, no final do semestre de 2004. A ansiedade e o medo de tê-los perdido afligiam-me. Como se os fatos sociais desaparecessem num passe de mágica e todo o processo social se perdesse tal qual um líquido que escorre por entre os dedos enquanto as mãos se esforçam para agarrá-lo, ansiosas para transformá-lo em texto legível e coerente. Que estranha tarefa escrever coerentemente tantas incoerências da realidade!

Ia sentado no ônibus pensando nesse dilema e torcendo para ver algum entrevistado. Desci no terminal da Parangaba, próximo à lagoa de mesmo nome. Resolvi, então, ir andando pelo calçadão até o ponto onde fica uma velha ponte, ponto de encontro dos pescadores. Logo que iniciei a caminhada, notei que a lagoa estava bastante cheia e vigorosa. Apesar disso, não conseguia identificar nenhum pescador flutuando nas suas águas ou pescando nas margens. A calma que logo apaziguou o meu espírito inquieto e duvidoso transformou-se repentinamente num empecilho. Seria um mau indício?

Ao longo da caminhada fui observando pequenas casas situadas nas margens. As de alvenaria não possuíam mais que dois cômodos, com os quintais e banheiros voltados para a lagoa. De vez em quando era surpreendido por vários buracos nos quais o meus pés vacilavam ante o obstáculo a ser transposto. Assim, continuei pensando ser aquele mais um dia perdido, tão comum no trabalho do pesquisador que adentra na vida do “outro” sem pedir licença nem ter dia marcado. Uma chuva fina caía para piorar a situação. Era mês de março, meado do primeiro semestre de 2006 e as chuvas ainda persistiam.

Quando já estava perto da ponte, observei que havia um homem, com chapéu escuro, sem camisa, vestindo bermuda azul e calçando sapatilhas, trabalhando em alguma peça mecânica. Não podia ser, pensei. Era Seu José, um morador da vizinhança e meu entrevistado daquele tempo. Minha surpresa, ou melhor, alívio, foi tão grande que segui rumo à velha ponte fingindo nada ver e pensando como abordá-lo. Bem, não ia perder essa chance. Então, o melhor era pensar menos e fazer alguma coisa. Caminhei até um portal de madeira que serve de entrada para a sua pequena propriedade

temporária. Ele se encontrava de cabeça baixa, concentrado na desfiação do cobre de um velho motor. Entrei, cumprimentei-o, rerepresentei-me e falei um pouco sobre os meus objetivos, sobre a pesquisa que pretendia dar continuidade depois de algum tempo e ainda sobre as mudanças ocorridas na minha vida durante esse intervalo.

Isso durou alguns poucos minutos, porque seu José presenteou-me com a sua velha e saudosa simpatia e já foi tomando conta da situação, falando sobre diversos temas relacionados à lagoa. Pareceu-me que ele estava aborrecido com alguma coisa que fizeram com a lagoa. Nesse dia recebeu a visita de um outro assíduo pescador. Chegou numa bicicleta colorida como quem não quer nada e ficou observando o diálogo que eu travava com seu José. Perguntei o seu nome. Ele falou que se chamava Beto. Ficou um tempo por ali e depois foi para a lagoa onde dois jovens estavam pescando com anzóis e armadilhas para camarão.

Voltei muitas outras vezes para falar com seu José e com outros pescadores. Sempre gastava um tempinho junto ao seu roçado. Esse espaço sempre propiciou boas conversas e algumas entrevistas que giravam em torno de perguntas básicas que tentavam apreender informações sobre a idade, o lugar de nascimento, o tempo que freqüentam a lagoa e o bairro em que residem.

No roçado de seu José sempre aparecem muitos pescadores para conversar ou obter algum material para fogueira. Alguns improvisam bancos e descansam as pernas enquanto os braços permanecem estirados esperando o peixe. Muitos já são conhecidos, outros visitantes esporádicos.

Todos sabem quem é quem, embora nem sempre sejam amigos. Conhecem-se de vista, por intermédio de alguém, por meio de trocas de objetos, de empréstimo de utensílios domésticos, como faca para tratar o peixe ou pregos e martelo para construir os furos que servem como peneiras nas armadilhas para agarrar os pequenos camarões de água doce.

Os trajés: do chapéu de palha ao boné dos Yankees

Independentemente do dia, eles chegam vestidos de forma muito semelhante. Quando falamos em pesca, parece-me que, instantaneamente, nos lembramos de um homem de barba, uma camisa com botões abertos, peito ao vento, calça no meio das

pernas e um chapéu de palha. Não sei até que ponto esses ainda existem. Na verdade, o que eu quero dizer é que os pescadores e pescadoras da lagoa da Parangaba não se vestem assim.

Ainda que possamos encontrar os chapéus de palha, as variações nos trajes não são muitas. Quando estão flutuando na lagoa, se apresentam apenas com calção curto, acima dos joelhos, velhos bonés ou chapéus de palha ou couro e os instrumentos à mão. Às vezes a camisa está amarrada na cabeça, outras caídas aos ombros cobrindo metade das costas. Quando estão nas margens, pescando ou comendo, eles acrescentam o chinelo e a camiseta cavada e desbotada pelo sol e a água da lagoa. Nesse caso, estando com a roupa seca, tiram-na caso queiram tomar banho. Mergulham na água doce somente de cueca desbotada e com elásticos quase sem força para que ela fique firme. Muitas vezes as mãos estão a segurar ou a puxar a peça para cima.

Os meninos não diferem muito dos homens. Somente com bermudas e sem camisa, chegam também com varas artesanais ou com as armadilhas dos camarões e prontamente começam a pescar. Alguns se jogam na água com os trajes que chegaram, outros mergulham apenas de cueca.

As mulheres, jovens e adultas, que freqüentam a lagoa vestem “shortinhos”, nesse caso bem acima dos joelhos, com camisas que tendem a ficar amarradas acima do umbigo e bem coladas aos seios. Quando estão de biquínis, tiram a camisa logo que chegam à lagoa permanecendo somente com o “shortinho”. Mas raramente ficam de biquíni. Outras nem tiram a roupa para tomar banho. As roupas secam no corpo, ajudadas pelo calor do sol e das fogueiras nas quais os peixes são assados. As peças também são gastas como as dos homens. Em alguns casos, bem transparentes em decorrência do excessivo uso. Transparência que aumenta depois de molhadas, atizando a curiosidade ou a libido dos homens que instantaneamente passam a cochichar e observar com mais vagar as silhuetas das mulheres.

A condição liminar dos pescadores lacustres

De alguma maneira, os pescadores que se encontram nas lagoas da cidade estão envolvidos numa rede de trajetórias que os faz convergir para um espaço carregado de significado, selecionando quem faz parte dele. Pescadores e moradores

com os quais conversei e entrevistei vêm de cidades do interior do Ceará, como Acarape, Boa Viagem e Canindé. Chegaram à cidade em busca de melhores condições de vida:

Lá no meu interior eu trabalhava com gado, né. Aí como o patrão num tinha aquela diária suficiente que desse pra dá de comê a minha família, aí eu saí mais um colega meu.

- Rapaz, se tu arranjar um trabalho em Fortaleza lá aí eu vou.

Aí ele disse:

- Tu vai mesmo?

- Vou.

- Vá que você não vai, você é acostumado aqui, no interior. Cê vai pra trabalhar em Fortaleza?

- Vou, se você arranjar, eu vou.

Quando foi na outra semana ele chegou com a proposta:

- José, eu arranjei trabalho pra ti.

- Arranjou mesmo?

- Arranjei e é pra você ir segunda-feira.

Aí eu digo:

- Vou.

Aí eu cheguei na fazenda e disse:

- Ô meu patrão, é o seguinte, de hoje por diante eu não trabalho pro seu gado. Segunda-feira tô indo pra Fortaleza trabalhar lá.

- Rapaz não me diga isso!

- Eu digo, tô indo. Porque o ordenado aqui é muito pouco e eu vou ver se eu ganho mais lá fora.

Aí ele foi, né, ficou sentido, né. Porque eu abandonei de repente, né. Aí vim. Vim trabalhar aqui. Já tô com vinte e três anos aqui. Aí eu vim pra trabalhar de servente, né, dei um duro danado. Porque trabalho de servente é duro, num é moleza não, é duro, é dureza, só agüenta quem tem coragem mesmo. Aí eu passei dois anos e seis mês na construção civil. Aí passei pra porteiro. Justamente desse período pra cá, de porteiro já tô com 22 anos de porteiro. Só de portaria [em um edifício de um bairro nobre de Fortaleza, a Aldeota]. Aí vim morar aqui no beijo da lagoa. Fazer um cantinho aqui e morar aqui. E aqui me dou muito bem. (Seu José, natural da Acarape – fevereiro/ 2007)

Como Fabiano e Sinhá Vitória, de *Vidas Secas* (Ramos, 1989:126), em algum momento de suas vidas esses indivíduos pensaram que as condições materiais de existência melhorariam na metrópole que cresce demesuradamente, vendendo sonhos e alugando mão-de-obra barata com custo-benefício bastante oneroso para metrópole e migrante:

Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. Repetia docilmente as palavras de Sinhá Vitória, as palavras que Sinhá Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a

mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos.

Quando não são migrantes, os usuários da lagoa a freqüentam desde pequeno, incentivados por parentes que, não por acaso, pescavam em outras cidades do Ceará. Segundo um outro pescador, *a gente tomava banho nela. A gente pulava e subia pela escada do cacimbão*. As cacimbas foram construídas faz muitos anos para garantir água nos meses de estiagem. Outros vêm de bairros mais distantes como Granja Lisboa, Bom Jardim, Henrique Jorge e Bonsucesso:

Eu aprendi com um primo meu que era de Camocim. Ele já faleceu. Ele chegou aqui, eu num sabia jogar [tarrafa] aí ele disse: “vai ter que aprender”. Aprendi na marra mas aprendi. Desde os doze anos de idade [freqüenta a lagoa da Parangaba]. Ainda era fechado aqui. Assim era cercado. Aqui era tipo uma fazenda antigamente. Aí com doze ou treze ano depois é que abriram o espaço pro público vim pescar aqui. Eu morava no Montese aí me mudei pro Bonsucesso. Eu morava de aluguel aí houve uma invasão lá...aí eu fui. Eu nasci e me criei no Montese, até os dezoito ano aí me casei...nunca parei de pescar... (Antonio, pescador – março/2008)

Esses não somente freqüentam a lagoa da Parangaba como também a da Maraponga e a do Mondubim. Os pescadores que moram na vizinhança da lagoa da Parangaba raramente saem para pescar em outras paragens. Isso se justifica tanto pela proximidade física quanto pela falta de condições financeiras. De certa forma o lugar – lagoa – passa a ser usado por pessoas que compartilham de um mesmo sentimento de pertença e/ou de situação.

Alguns ainda desenvolvem outras atividades nas margens, como a plantação de frutas e legumes. É o caso de seu José que, além de um jacaré, cuida também de uma pequena roça onde cultiva maracujá, acerola, cana-de-açúcar, feijão, quiabo e coqueiros. Não foram raras as vezes que ele afirmou categoricamente ser um agricultor. Gosta mesmo é de cultivar. *Enquanto num aparecer ninguém eu tô cultivando, eu tô limpando, porque o meu negócio é limpar, o meu negócio é trabalhar*. Cultivar a lagoa para ele é sinônimo de alegria e bem-estar.

De fato, observando vagarosamente sua pequena roça, nota-se como ela é cuidada com afinho e prazer. Apesar de trabalhar como porteiro durante toda a noite e madrugada, até 5 horas da manhã, em um edifício residencial na Aldeota, bairro nobre da capital, ele está pontualmente às 7 horas na sua pequena roça. Lá permanece até mais ou menos 11 horas quando se encaminha para a sua casa para almoçar e “tirar” um

cochilo até às 17 horas. Quando acorda, ainda vai até a roça para terminar os últimos afazeres do dia antes de ir trabalhar. Segundo ele, a sua mulher *vive perguntando o que ele tanto faz lá naquele lugar*. Simplesmente gosta da natureza, do verde, da lagoa, dos bichos, dos peixes, da roça, do cavalo Jorge e dos amigos que sempre entram pelo seu portal da simpatia.

Figura 6: Exemplos de maracujás que nascem no roçado de seu José, enredados nos arames e paus que juntos formam uma cerca nas margens da lagoa da Parangaba.
Foto: Hélio Monteiro, 2008.



Tal procedimento é característico e parte da mesma lógica de quem planta nas vazantes. O seu maior interesse é se apossar do pedaço de terra onde ficam seu cavalo e as suas “34 covas de feijão”. Acredita que ao cultivar a lagoa, está ajudando a preservar a fauna e flora e garantindo o seu lugar de lazer e trabalho. Mesmo que não venda as frutas e legumes que planta, esses são usados na alimentação do dia-a-dia. Seu José comercializa o capim que brota nas margens da lagoa com pequenos criadores de animais da região. Esse comércio se baseia mais na troca de favores do que no velho papel moeda.

Recolhe também o lixo que é jogado ou esquecido nas margens da lagoa. Se olharmos com atenção, veremos que num cantinho da sua pequena roça, há um acumulado de pedaços de pau, galhos, borrachas e garrafas plásticas que ele coleta. De vez em quando alguns homens pedem um pouquinho de madeira para fazer a fogueira onde os peixes serão assados. Além do mais, o próprio roçado já foi erguido a partir do acúmulo desse “lixo” sem utilidade. Nas mãos dos pescadores, ganham formas e utilidades específicas. Mas isso é assunto para o próximo capítulo.

Figura 7: Uma variedade de objetos catados, colhidos e acumulados por seu José e utilizados por alguns pescadores. Ao fundo o seu roçado e uma pequena habitação de alvenaria. Foto: Hélio Monteiro, 2008.



Arnold Van Gennep em *Les Rites de Passage* (1909) foi o primeiro autor que observou diversos ritos em diferentes sociedades com o objetivo de demonstrar a sua importância objetiva e subjetiva para os grupos humanos. No estudo em questão demonstra, portanto, que há um padrão recorrente de desenvolvimento dos ritos de passagem que envolvem as fases da vida social de mudança de lugar, *status* social e de idade que segue as seguintes etapas: a separação, a margem, que é também a etapa liminar, ambígua e a agregação.

A primeira fase consiste no afastamento do indivíduo de um grupo ou de uma posição/estado social e cultural; posteriormente, passa por um período *limiar*, no qual se encontra *deslocado* e inseguro, pois os liames sociais e culturais que o atavam ao grupo cedem lugar a outras regras e exigências; na última fase, o indivíduo se reagrega à sociedade/grupo modificado e apto a vivenciar as novas obrigações e conquistas objetivas e simbólicas.

Segundo Van Gennep (1978), pensar em margem é lembrar de um lugar de transição, um lugar de passagem no qual o indivíduo permanece por algum tempo. Para Turner (1974) a *liminaridade* é uma categoria temporal, espacial e simbólica em que sobressai a ambigüidade que envolve certos estados e fenômenos sociais. Segundo Turner (1974, p. 117):

As entidades liminares não se situam nem aqui e nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial. [...] Assim a liminaridade frequentemente é comparada à morte, ao estar no útero, à *invisibilidade* (grifo nosso), à escuridão, à bissexualidade, às regiões selvagens e a um eclipse do sol ou da lua.

Em outro momento, Turner (1974, p. 152-153) chama atenção para a dimensão econômica que também envolve a fase liminar. Enumera algumas características dos fenômenos sociais ou dos indivíduos liminares: (1) *se situam nos interstícios da estrutura social*, (2) *estão à margem dela*, ou (3) *ocupam os degraus mais baixos*. Cita como exemplo São Francisco de Assis e sua pregação do voto de pobreza durante toda a vida como estado permanente de liminaridade.

Então, pensando nas histórias desses indivíduos, observo que, como Fabiano, eles supunham que iriam viver um período de transição até alcançar o sonho esperado. Ao se separarem do local de origem, esperavam com o tempo ter as condições necessárias para se incluírem na vida da grande cidade, usufruindo de todos os benefícios que ela dizia oferecer ou acumular algumas reservas para voltar à terra natal: *Fortaleza é só passagem, não é pra vida inteira, não!*

Fortaleza é passagem para o sonho não concretizado, o desejo não realizado e a busca não finalizada. A frustração compartilhada transforma a cidade numa infinita experiência transitória. A constatação de que a cidade “não é pra vida inteira” não viabiliza o retorno à “origem” e ao ambiente familiar que ficou esperando a volta do ente querido.

Permanecem aprisionados numa infinita liminaridade geográfica, econômica e social que não forneceu as insígnias para sair do anonimato e da luta diária pela sobrevivência. O que não é “privilegio” dos migrantes e pescadores artesanais. Outros tipos sociais como o mulato, o mameluco, o cafuzo, a(o) amante, o “pistolão”, também estão numa condição fronteira, revelando o caráter definitivo e central do *intermezzo* no cotidiano da sociedade brasileira. (DAMATTA, 2000).

O parêntese liminar seria o tempo necessário para se agregarem à cidade, procurando juntar os parcos “vis metais”. Contudo, a caminhada ao paraíso parece não ter um fim. Nesse grande ritual da vida, os pescadores ainda procuram a agregação. Esses homens, mulheres e crianças são “invisíveis”. Vivem numa longa *liminaridade*

em que alguns sobrevivem separados dos lugares de origem, outros já nascem excluídos⁵² ou ambos os casos.

O desejo de pertencer à cidade não se concretiza plenamente. Embora a barreira geográfica das fronteiras municipais tenham sido transpostas, as fronteiras simbólicas continuam fazendo-se presentes através das sanções econômicas que os limitam no direito de ir e vir e das sanções sociais que inviabilizam o reconhecimento da condição de pescador, migrante e morador da Lagoa da Parangaba, Lagoa do Opaia, entre outras.

Chegando ou estando na *grande cidade, ilusora de pessoas e outros lugares*, se deparam com a proletarização, pauperização, falta de moradia e de lazer, discriminação e violência de ordem física e psicológica. As perspectivas de melhoria de vida se desvanecem em meio aos problemas que os afligem. Um deles é a instabilidade da moradia. Depois de construir espaços cheios de lembranças e características do tempo de outrora, são obrigados a deixá-los como destroços que atrapalham o caminho do desenvolvimento:

Eu morava aqui [nas margens da lagoa da Parangaba] num barraquinho eu criava... Eu tinha quintal, eu criava. Hoje em dia, onde eu moro [em outra casa um pouco mais distante da lagoa. A primeira casa foi demolida visando a sua urbanização] eu num crio nem cachorro porque num tem quintal. É só a casinha mesmo. Mas se tivesse quintal, eu ia mostrar a ruma de galinha que tinha lá em casa. Eu gosto de criar. A pessoa todo dia apanhar dois ou três ovo [...] É bom demais. (pescador e morador do entorno da lagoa da Parangaba – março/2007)

Como falávamos no encerramento do capítulo anterior, muitas dessas moradias se apresentavam como única alternativa segura contra o despejo e contra a fome. Na prática, essa garantia tem prazo de validade vencido. A situação de instabilidade se faz presente no cotidiano desses moradores que ponderam sobre as conseqüências:

É, portanto que eu digo mesmo: no dia que a prefeitura tirar a gente daqui, disser assim nós vamos precisar do canto e vamos tirar, eu num deixo de vim aqui. Só porque o lugar é bom, a lagoa é uma maravilha. Dou valor aqui o lugar. Eu ainda venho fazer um piquenique que nem meu amigo vem, só porque a lagoa chama a atenção da gente, é bonita. E eu lhe digo: se todo

⁵²A palavra *excluídos* não está sendo usada como categoria analítica. Nesse caso, ela aparece como sinônima de uma condição liminar daqueles que já nascem, para usar uma expressão de Bourdieu, sem o capital simbólico valorizado e reafirmado pelo capital econômico.

mundo preservasse a lagoa, ajudasse a limpar, não custa ajudar a limpar. (Seu José – Fevereiro - 2007).

Para fazer piquenique ou somente pescar, os pescadores chegam à lagoa da Parangaba acompanhados de suas mulheres e filhos. Noutras ocasiões, chegam sozinhos em bicicletas com o único objetivo de pescar:

Raramente eu venho com os amigos, eu gosto de vim sozinho porque eu... sempre tem aquela perturbação porque eu num trago nada pra comer, eu passo o dia pescando aí, às vezes eu trago o pessoal... aí o pessoal quer ir embora cedo porque tá com fome e tal... aí eu num gosto não. (pescador – marco/2008).

Quando estão empregados, esperam as folgas ou os finais de semana para combinarem uma pescaria juntos. Os contatos são feitos através das batidas nas portas e portões das residências. Como moram próximos, não necessitam utilizar o telefone. Quando estão desempregados realizam “bicos”, trabalhando como pedreiro, jardineiro, ou pintor. Isso quando têm serviço. Quando não têm, vão para a lagoa pescar o alimento do dia-a-dia:

No momento, eu tô desempregado. Aí eu tô vindo dá uns treinozinho pra num perder o costume. Quando eu tava trabalhando, só no final de semana, todo final de semana eu vinha, sábado e domingo e feriado. Se tivesse feriado a semana todinha, eu vinha a semana todinha. (pescador- marco/2008).

Pode-se identificar, a partir das conversas e entrevistas, a complexa relação entre trabalho, lazer, folga e desemprego, orientando a construção de categorias sociais que não se excluem, mas demarcam diferenças quanto às circunstâncias que impelem os pescadores para a lagoa, como será visto a seguir.

A sociabilidade urbana: (des)construindo fronteiras

Os *pescadores sazonais* são aqueles que freqüentam a lagoa raramente. O que os impele é o desejo de aproveitar as horas de folga no meio e nos finais de semana. Pode-se destacar a presença de motoristas de ônibus, vans e vendedores ambulantes como representantes dessa categoria. Possuindo um poder aquisitivo um pouco maior, eles variam as atividades de lazer. Isso quer dizer que não são encontrados com freqüência nos dias livres da semana. Por outro lado, a relativa estabilidade econômica

não os impede de destacar o prazer de “curtir” uma folga pescando nas lagoas da cidade e ainda levando consigo alguns peixes para o dia-a-dia.

Há ainda os *pescadores domingueiros* que têm a rotina de ir à lagoa todos os finais de semana. Nesse caso, não é só o lazer que os impulsiona. Eles também procuram faturar um dinheirinho extra vendendo bebidas e quitutes às margens das lagoas da Parangaba e Maraponga. Aproveitam esses dias para almoçar na lagoa e garantir o peixe do dia seguinte. É uma alternativa de sobrevivência e lazer para aqueles que se encontram desempregados e um acréscimo na renda daqueles que estão realizando trabalhos esporádicos como pintores, pedreiros, vigilantes e carpinteiros.

Os *pescadores assíduos* são aqueles que diariamente freqüentam a lagoa. Estão desempregados e buscam sua alimentação diária. Alguns ganham a vida com os peixes pescados. Contudo, muitos peixes são de pequeno porte e têm pouco valor comercial. Ainda assim, alguns pescadores afirmam conseguir vendê-los na própria comunidade onde moram. Outra parte é comercializada na feira da Parangaba; lá são colocados e misturados com outros peixes e vendidos como se proviessem de outras paragens.

O importante é perceber como as três categorias problematizam a ambígua fronteira geográfica entre o lugar de trabalho (tempo de trabalho) e o lugar de lazer (tempo liberado após o trabalho e tempo liberado por falta de trabalho - desemprego), entre o público e o privado. (MAGNANI, 1996). Ao se apropriarem da lagoa, esses indivíduos subvertem tal distinção, reforçando o caráter social e ativo na construção dos espaços sociais que constituem o terreno das sociabilidades e das subversões.

Para Le Corbusier a cidade seria, antes, o espaço da funcionalidade, no qual somente a lógica predominaria na organização do espaço urbano. Dessa forma, seria necessário dividir e estabelecer divisas entre as atividades humanas de trabalho, lazer, culto e negócios, cada uma inserida num lugar determinado que serviria somente para a função que lhe foi estabelecida. O que se pretende com essa lógica arquitetônica é o predomínio da ordem sobre a desordem, o caos e a espontaneidade. (BAUMAN, 1999, p. 50).

Esse tipo de pensamento está, por sua vez, atrelado às mudanças pelas quais passaram as cidades européias, principalmente Londres e Paris com a explosão da revolução industrial e o aprimoramento da divisão social do trabalho. O trabalho

constituiu-se, a partir desse momento, numa atividade especializada, feita por indivíduos anônimos que amontoavam as ruas das cidades sem a segurança das insígnias familiares.

Sennett (1988) enumera outras mudanças concomitantes às que apartaram o ambiente de trabalho do domínio privado. Conforme a reviravolta populacional, o domínio público passou também a ser um espaço onde predominariam as relações formais de caráter impessoal. Exatamente por isso, as sociabilidades forjadas no espaço público estariam sujeitas às relações de laços afetivos frouxos e de pouca intimidade.

Consequentemente, o convívio íntimo e próximo entre o espaço público e o espaço doméstico que imperaria nas pequenas cidades, estaria condenado ao desaparecimento. Essa mudança, por sua vez, transformaria as relações estáveis e rígidas das cidades pequenas em uma relação de interdependência mútua gerada pela maior necessidade de re-apresentação exigida nas grandes cidades.

Nesse sentido, as interações construídas nas metrópoles estariam condenadas à teatralidade, principalmente nas classes menos abastadas, para quem apenas restaria imitar os bons modos e as formas de lazer dos mais favorecidos para obter o reconhecimento do “outro”.

Isso contribuiu para traçar duas falsas idéias acerca da população trabalhadora urbana⁵³: os seus prazeres seriam, sobretudo, passivos, ou por falta de opção ou por falta da energia consumida durante o trabalho. (RUSSEL, 1957). Contudo, o que se percebe é que as sociabilidades urbanas não estão condenadas a esse destino. Ao invés de imitar as classes mais abastadas, reinventam formas de sobrevivência e forjam interações emocionais e solidárias que superam as limitações outrora impostas pela instabilidade econômica, pela homogeneização, fragmentação e isolamento das experiências subjetivas.

Pesquisas no Brasil vêm, ao longo dos últimos anos, mostrando que as classes menos favorecidas não se constituem enquanto realidade homogênea, muito menos desprovidas de uma cultura particular⁵⁴. Mais precisamente nas grandes

⁵³ Para Russel (1957, p. 4) existem didaticamente duas espécies de trabalho, consequentemente, duas espécies de trabalhadores. A primeira espécie de trabalho *consiste em alterar a posição na terra...* A segunda em *dizer aos outros que façam assim*. A primeira, mal paga, cabe aos trabalhadores assalariados executarem; a segunda, bem remunerada, é exercida pelos proprietários dos meios de produção. Obviamente estou me referindo à primeira categoria.

⁵⁴ MANGNANI, 1998; MENEZES, 2007.

metrópoles, elas se transformam a partir de um intenso diálogo com a denominada cultura “popular”, “rural”, “sertaneja” e a cultura “urbana”. São essas convergências de experiências que invalidam todas as classificações e associações redundantes de lugares e pessoas. No espaço urbano brasileiro essas designações ganham outras propriedades, outras configurações e, por sua vez, outros sentidos.

Com efeito, os motivos que congregam os pescadores podem ser agrupados no reconhecimento de que nas lagoas é possível encontrar tortuosamente o que a cidade nega a todos: trabalho, lazer, casa e homens para conversar, conflitar e apaziguar. Ademais, é exatamente o espaço público, carente de atenção, que é ocupado e individualizado, não por meio da atenção ou preservação mas pelo uso que satisfaz às necessidades básicas da vida.

O cenário: as apropriações do espaço e a construção das relações de gênero

A configuração do cenário como conjunto de elementos onde se desenrola a pescaria na lagoa da Parangaba não deve ficar restrita somente ao aspecto físico, mas deve contemplar as relações construídas entre os indivíduos e as formas de apropriações estabelecidas por eles. Nesse caso, cabe adotar uma perspectiva teórico-metodológica que vislumbre as intersecções entre a constituição física e a apropriação subjetiva. Para tanto adoto a explicitação de Magnani (1996, p. 37-38) sobre o que seja um cenário:

O cenário não é, nesta perspectiva, um conjunto de elementos físicos, nem deve sugerir a idéia de um palco que os atores encontram já montados para o desempenho de seus papéis. Aqui, é entendido como produto de práticas sociais anteriores e em constante diálogo com as atuais – favorecendo-as, dificultando-as e sendo continuamente transformado por elas. Delimitar o cenário significa identificar marcos, reconhecer divisas, anotar pontos de intersecção – a partir não apenas da presença ou ausência de equipamentos e estrutura física, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou outra usam o espaço: os atores.

Percebe-se que os pescadores mantêm uma estreita relação com a lagoa como também a transformam num cenário criando marcos e divisas. Apropriando-se de histórias contadas e recontadas sobre jacarés e cobras ou atribuindo significado às

peculiaridades geográficas da lagoa, os agentes sociais constroem um cenário bastante complexo e dinâmico.

Oliveira Junior (2004), estudando a relação entre os índios Tremembé e o mar de Almofala, localizado no litoral oeste do Ceará, identifica também um esquadramento e organização do mar que o divide entre o “mar de terra”, situado próximo à praia e considerado como lugar seguro, e o “mar de fora”, situado longe da praia, lugar das águas profundas e da linha do horizonte. Para o autor, tal divisão social se insere na busca de estabelecer limites para a ação humana frente ao desconhecido. Ainda segundo Oliveira Junior (2004, p. 22):

Na luta contra uma natureza hostil e inimiga, o homem constrói uma complexa topologia, visando assegurar os lugares onde deverão ser realizadas suas atividades essenciais. Para além desse espaço humanizado, o homem encontra-se em perigo e entregue ao desconhecido.

Segundo Durkheim (1989), as categorias fundamentais do pensamento foram forjadas ao longo do tempo pela religião, através de uma classificação que é feita do mundo social de acordo com valores afetivos: *Todas essas distinções [esquerda e direita, alto e baixo, norte e sul...] derivam, evidentemente, do fato de valores afetivos diferentes terem sido atribuídos às regiões.* (DURKHEIM, 1989 p. 40). Ora, as classificações, de certa maneira, também contribuem para apreender aquilo que parece um caos já que está tudo “misturado”.

Voltando aos *flutuantes*, as divisões **centro/margem = margens escondidas/margens mais visualizadas = mais perigo/menos perigo** não somente ordenam o espaço da lagoa em todos os seus aspectos, isto é, terra e água, como também orquestram o grupo social considerando quem ocupa cada espaço esquadrihado.

São poucos os pescadores que se arriscam a chegar às *margens mais escondidas* da lagoa, por temer a presença do jacaré. De acordo com seu José, o réptil tem 1,30 m de comprimento, é grande e forte. Ele o acha muito bonito. Afirma que é manso, mas pode ficar valente com as brincadeiras. Segundo ele, os garotos da vizinhança jogam constantemente pedras no animal que ele cuida. O jacaré vive perto da “costa”, tomada por aguapés e por um grande matagal onde o bicho se esconde. Essas margens são caracterizadas pela presença de matagal, aguapés e,

consequentemente, pelo difícil acesso. Ou seja, lugar propício para o jacaré comer os peixes e “descansar” sem ser incomodado.

Aqueles que pescam nas margens o fazem com varas artesanais. Um dos pescadores asseverou-me que gosta de pescar somente de vara. Não confia deixar as pernas boiando na água como fazem os tarrafeiros. *Tem muita coisa debaixo da água da lagoa que a gente não sabe. Cobras, jacarés e bichos estranhos.*

Os flutuantes⁵⁵ da lagoa da Parangaba, por sua vez, traçam caminhos que, de acordo com eles, evitariam o encontro com o temido jacaré. Apesar dos vários pontos de pesca, existe aquele anteriormente citado acima que não é utilizado com frequência para tal tarefa.

Percebe-se, dessa forma, que através dessas ponderações, a lagoa se transforma num ambiente que, além de natural, também é social. Se antes era um todo desconhecido, passa a ser um espaço minimamente revelado, a partir do conhecimento relacional que o pescador mantém com o ambiente até então somente “natural”.

Nessa direção, a formação dos grupos de pescadores assume um caráter subjetivo que expressa a relação e a posição que cada um encontra na lagoa, o que interfere na forma de perceber e ser percebido. Aqueles que insistem em pescar na suposta morada do jacaré são tachados de “corajosos” ou vistos como “arruaceiros” por incomodar o animal, *tirando a comida da boca dele*. Ao contrário, o bom relacionamento com o réptil⁵⁶ é garantia de uma pescaria segura e tranqüila:

O jacaré é o seguinte: ele tem muita comida, ele não ataca, não. Ele pode até atacar se caso faltar comida ou ele tiver choco, aí ele pode atacar. Se ele tiver com um filhote novo aí pode até atacar. Mas o resto não. Tem muito pato, tem muita galinha-d'água, tem muito peixe, ele num tem pra onde ele faltar comida pra ele. Tem um pescador que pesca de tarrafa lá no mei, ele mesmo me contou:

- Fulano, rapaz, eu tava pescando e vi lá o bichão. O gaiato era grande. Tão grande que ele lá parecia uma jangada no meio d'água e eu tirava um carazim

⁵⁵ Essa categoria foi forjada por mim levando em consideração a singularidade desses pescadores de lagoas que permanecem sentados em bóias artesanais durante várias horas, movimentando apenas o tronco e os braços no lançamento das tarrafas ao balanço do vento. Oliveira Junior (2004, p. 21) observa essa característica entre os pescadores Tremembé de Almofala, que utilizam canoas ou paquetes para pescar em alto mar. A instabilidade da embarcação em conjunto com o perigo do mar constitui um cenário onde *Tudo ocorre como se durante as pescarias o pescador permanecesse suspenso no ar, sem nada para dar sustentação e sujeito a cair a qualquer momento.*

⁵⁶ Não é novidade a relação esquivada e ambígua que o homem mantém com o jacaré. São muitos os adágios que caracterizam o réptil como um animal cheio de malícia e perversidade. 1) Em rio de piranhas, jacaré nada de costa; 2) Jacaré comprou cadeira, mas não pode se sentar; 3) Abra o olho, senão o jacaré te abraça. (CASCUDO, 2001).

e matava e jogava lá onde ele tava. E ele só comendo. Eu rebolando e ele comendo.

- E eu digo: É mesmo? E ele num veio até onde tu tava não?

- Não, lá onde ele tava, lá ele ficou. Eu rebolei bem uns seis carás lá pra ele e lá ele comeu e ficou. Tem muito jacaré aqui dentro, muito jacaré grande. (Seu Beto – fevereiro/ 2007).

Os pescadores enumeram duas características principais que qualificam o centro da lagoa como bastante perigoso. Primeiramente, lá o pescador se encontra vulnerável ao perigo dos jacarés. A segunda explicação encontra sua argumentação na necessidade de força e destreza física empregada para manusear os instrumentos da pescaria enquanto estão flutuando em bóias artesanais bastante difíceis de ser controladas

As *margens mais visualizadas*, por sua vez, caracterizadas pela pouca presença de aguapés e que se apresentam como porto seguro e bom observatório dos jacarés, são menos perigosas. Configuram-se, por esses motivos, em lugares privilegiados para mulheres, idosos, crianças e para aqueles que não querem ou não se aventuram ir mais longe. Nessas margens, as mulheres podem ficar pescando com varas e ainda cuidando das crianças.

Por outro lado, algumas mulheres negam que esses sejam os principais motivos da divisão sexual dos lugares. Acreditam que essa demarcação está relacionada ao *machismo dos homens e das mulheres*. Segundo Antônia, 21 anos, homens e mulheres *falam mal dela* porque ela pesca e bebe com o seu marido. Essas atividades estariam restritas ao sexo masculino.

As divisões que são estabelecidas pelos pescadores tanto em terra quanto em água (salgada ou doce) apresentam também estreita relação com a orquestração social dos pescadores. Ora, ao longo das observações, percebi que tanto homens quanto mulheres possuem espaços, posições e funções diferentes nas atividades desenvolvidas na lagoa em seu conjunto, que representam e reafirmam os signos contrários do masculino e do feminino.

Existe o espaço *do perigo, do risco, da aventura sempre renovada* (CLASTRES, 2003, p. 122), propriamente masculino, o centro da lagoa; e o outro feminino, *marcado pela monotonia e pelas atividades fatigantes*, as margens. Como observou Clastres (2003, p. 122), entre os Guayki, a diferença de homens e mulheres repousa na oposição de um grupo de *produtores* e grupo de *consumidores*:

Existe entre os Guayki um espaço masculino e um espaço feminino, respectivamente definidos pela floresta onde os homens caçam e pelo acampamento onde reinam as mulheres [...] lugar de repouso onde se consome o alimento preparado pelas mulheres, ao passo que a floresta é o lugar do movimento especialmente destinado às incursões dos homens em busca de caça.

É visível o fato de não ser encontrada mulher ou criança flutuando no centro da lagoa. Com frequência, elas permanecem nas margens com varas artesanais, acompanhadas de suas crianças. No entanto, o mais corriqueiro é vê-las, nos finais de semana, limpando o peixe ou cozinhando o baião-de-dois:

Não porque umas... tem delas que é mais artistas... sabe... aquelas mais artistas que quer pegar na vara do anzol pra mode pescar, que quer pegar o peixe, ela tenta... Tem delas que vem e tenta mas é difícil. Mais é home, é mais o home que vem atrás de levar uma ajuda pra casa, a mistura do feijão. Aí eles vêm, pegam o camarão, bota no anzol e pega o peixe pra levar pra mistura do feijão em casa. Quer dizer, em lugar de a mulher vim mais ele, ele vem só. Já no domingo, não. A senhora vem fazer o piquenique mais o próprio marido dela, faz um foguinho lá, bota as panela no fogo, né. Faz o almoço completo, já sai jantado, né. Eu mesmo exclusivamente tô aqui. Dia de domingo por gosto deles [amigos e pescadores] é que eu almoce mais eles lá. São legal comigo. Eu tenho essa tabua aí, eu boto lá pra evitar o sol pra eles. Na barraquinha deles, uma barraquinha véia pra eles ficarem debaixo, pra cozinhar o feijãozinho deles e evitar sol demais, aí eles tomar a cachacinha deles. Eles chega e torra a carne, torra toicim, o peixe, faz, né, a diária do dia, né. Aí quando é cinco horas da tarde, cinco e meia, aí vão s'embora. (Seu José, Março – 2007)

Esse tipo de divisão sexual do trabalho foi observado por autores como Oliveira Junior (2003) e Silva (1989) que estudaram comunidades de pescadores. Ambos explicitam a idéia de que a divisão tem a função de manter o grupo unido (coesão) e permitir que cada indivíduo se insira nas atividades cotidianas.

Silva (1989) observou que entre os pescadores da Praia de Piratininga, em Niterói, as mulheres não mexiam nas canoas dos maridos, e se o faziam, era para auxiliá-los nos consertos das mesmas ou das redes danificadas. Quase sempre permaneciam em casa cuidando dos filhos ou vendendo salgados para os banhistas nos finais de semana. Nesse caso, a justificativa alegada pelos pescadores girava em torno da falta de coragem das mulheres para enfrentar o mar.

Oliveira Junior (2003), por sua vez, chama atenção para a divisão de tarefas em que homens de várias idades têm funções diferentes numa tripulação que sai “mar a fora”, enquanto as mulheres, em terra firme, cuidam dos afazeres domésticos. Essa

realidade aos poucos vem mudando, mas ainda se constitui numa tradicional divisão de tarefas na maioria das comunidades pesqueiras no Brasil.

Ou seja, a noção de perigo e medo envolve a noção de lugar, de gênero e a própria atividade pesqueira. O centro é perigoso para a mulher não porque ela seja “frágil” ou não tenha nenhuma destreza física para tal tarefa. Ao contrário, o centro é perigoso pelo seu duplo caráter representativo na atividade pesqueira: é o local privilegiado para pescar os peixes mais gordos e maiores, que valem mais socialmente, e também pelo prestígio social que envolve a participação nesse lócus aquático. Então, uma mulher no centro pode acarretar várias mudanças que envolvem todo o equilíbrio dessa atividade.

Algumas perguntas hipotéticas podem esclarecer o conteúdo dessa assertiva: Se a mulher fosse pescar distante das margens, quem faria o baião-de-dois? Mesmo que algum homem se dispusesse a fazê-lo, quais seriam as suas possibilidades de angariar confiança e amizade dos outros pescadores, mesmo que ele tenha pescado os melhores peixes que se encontram nas margens?

Embora, nesse caso específico, não se trate de uma comunidade de pescadores artesanais no sentido tradicional do termo, caracterizada por uma unidade geográfica e pelo uso quase exclusivamente econômico (para a venda) e doméstico (para uso pessoal), é possível falar de uma outra espécie de comunidade, na prática não tão diferente daquela pontuada acima, tendo em vista a semelhante divisão sexual do trabalho, mas inversa conceitualmente.

Para Turner (1974, p. 153), uma estrutura social é *caracterizada por uma combinação superogânica de partes ou de posições, a qual persiste, com modificações mais ou menos gradativas* há um sistema estruturado segundo aspectos hierárquico, político, jurídico e economicamente organizados, que estabelece a posição social e simbólica dominante do indivíduo na sociedade.

Entretanto, o autor também identificou outra forma de associação presente nas sociedades e que denominou de *communitas*. Numa *communitas* a estrutura social dominante está suspensa, mostrando que os “laços de comunhão” que unem os indivíduos estão assentados em outro aspecto social que pode estar relacionado à uma dada condição social de “inferioridade”, a um reconhecimento e partilha dessa condição.

Independentemente das classificações que o próprio autor enumera – para Turner (1974) existem basicamente três espécies de *communitas*: 1) a *communitas existencial* ou *espontânea* na qual impera total liberdade de normas e regras; 2) a *communitas normativa*, na qual, devido ao tempo transcorrido, exige uma organização social do grupo; e, por fim, 3) a *communitas ideológica* que se refere aos modelos utópicos de sociedade – todas elas se configuram, planejadas ou não, como alternativas viver em sociedade, o que acaba proporcionando outra dinâmica, um outro olhar sobre a estrutura social.

É exatamente nas frestas da estrutura social que irrompe a *communitas*, destacando, sobretudo, o caráter marginal ou *liminar* das atividades que são engendradas nesse estado. Sem esse estado social e simbolicamente definido, seria impossível a afirmação e a reafirmação de dada estrutura. Portanto, os pescadores provocam uma rasura na imagem da cidade que valoriza e vende o litoral, a noite das boates e casas de forró entre outras atividades de lazer, ressaltando aspectos de conduta e de valoração diferentes e complementares daqueles que orientam os indivíduos socialmente “elevados” da estrutura social.

Nesse caso, as atividades lúdicas e econômicas dos pescadores evidenciam a estrutura de uma cidade litorânea. Os encontros e a constituição de sociabilidades que podem e estão sendo engendradas nas lagoas ressaltam as precárias condições de vida de uma população que, paradoxalmente, forja caminhos para a construção de uma outra relação com os espaços naturais da cidade.

Para Turner (1974, p. 156) são as formas culturais liminares que proporcionam *reclassificações periódicas da realidade e do relacionamento do homem com a sociedade, a natureza, e a cultura*. Aqui reside o caráter mais importante de uma *communitas*, que não tem relação com a espontaneidade, normatização ou ideologização, mas com a sua força contestatória, social e filosófica.

As margens da lagoa: a ambigüidade fronteiriça

Pode-se afirmar ainda que o cenário não se configura apenas por meio das relações de gênero. No caso da cidade, as sociabilidades contribuem para a construção das configurações subjetivas dos diversos cenários que a constituem. Nesse processo de

significar ou ressignificar os usos e apropriações do espaço, as práticas sociais operam com muitos eixos: casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado e trabalho/lazer. (MAGNANI, 1996). Podendo ainda acrescentar-se o limpo/sujo; ordem/desordem; belo/feio e etc.

Nessa perspectiva, as dicotomias, que não se apresentam muito claras e marcadamente separadas, sinalizam para uma re-ordenação espacial. No caso em questão, os pescadores, especificamente os homens, acabam estabelecendo relações ambivalentes com as fronteiras. Elas que são a afirmação da existência dos conflitos que envolvem a vida social, provocam a separação, exclusão e colocam entre os atores sociais uma barreira imaginária, porém concreta e coercitiva para aqueles que a vivenciam.

O caráter ambíguo socialmente construído pelos *flutuantes* das margens da lagoa, como espaço propriamente feminino e temporariamente masculino, também interfere na percepção sobre os poucos pescadores que não freqüentam o seu centro. Isso se dá por meio de brincadeiras de teor sexual dirigidas àqueles que somente pescam nas margens ou que evitam adentrar nas águas da lagoa.

Brincadeiras que não são dirigidas aos mais velhos e crianças. Os primeiros são vistos como indivíduos que já não tem muita força física; os segundos ainda mostram muita imaturidade. Ora, as margens das lagoas são tanto o local das mulheres quanto também o local espacialmente e temporalmente marcado entre a cidade e a lagoa, ou ainda, entre “homem cidadão” e o *flutuante*, aquele que se aventura no centro da lagoa em busca dos melhores peixes.

Como *locus* significativo e passível de interpretação, as margens da lagoa da Parangaba, como as de tantas outras lagoas, demarcam as fronteiras de uma figuração maior. É a própria síntese constitutiva da cidade que opera objetiva e subjetivamente a partir de dualidades que representam a ordem e a desordem, a limpeza e a sujeira, o belo e o feio.

A lagoa é vista e percebida pelo segundo pólo. A figura do jacaré e do cavalo Jorge cumprem o papel de realçar tais aspectos, demarcando e reforçando as fronteiras entre a cidade “civilizada” e a cidade “hostil”, habitada por animais domésticos, selvagens e indivíduos pobres. Réptil feroz, da família dos dinossauros, das cobras, das

lagartixas, os jacarés são encontrados nas lagoas, nos canais ou nas galerias de esgoto da cidade⁵⁷, amedrontando pescadores e banhistas

A história do cavalo Jorge exemplifica a percepção subjetiva que se tem da fronteira que se articula à radical noção de alteridade que propõe revisar as relações humanas com a exterioridade social, animal, vegetal e cósmica, envolvendo os chamados três registros ecológicos: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana (GUATTARI, 1991, p. 8):

O Jorge era um cavalo de um colega meu. Todo dia ele vinha pra cá dar banho na lagoa, levava ele pra casa. Quando ele chegou na casa, ele meteu o pé no buraco e quebrou a perna, quebrou o pé. Aí ele mandou engessar e tudo, aí foi e viajou pro Maranhão e deixou o cavalo com um amigo dele, né. E eu acostumado a ver o cavalo, via o cavalo todo dia e tudo, aí deixou o cavalo com o amigo dele. Quando passou-se um mês, ele [o amigo] ligou pra ele [o proprietário do cavalo]:

- Ô Neto, o cavalo vai morrer, né?

- Pois, já que ele vai morrer, tu bota ele lá pra lagoa porque se ele morrer morre pra lá. Dei fé o menino soltar. Encostei o meu prato, aí vim e disse:

- Meu fio, vai soltar esse cavalo pra quê?

- Não, é porque ele vai morrer, aí se ele morrer morre aqui na lagoa.

Aí eu digo:

- Quem mandou?

- Foi o dono dele, o Neto.

Aí eu: tudo bem. Ele soltou o cavalo. Aí o bichim ficou por aqui. Ficou por aqui, por acolá, vinha ali pra frente lá de casa, ficava por ali, saía lá pra acolá, pras mangueira, voltava de novo. Aí um dia, a médica dos animais viu ele lá na lagoa, lá de frente da lagoa, né. Aí um menino rebolou uma pedinha nele, aí ele saiu puxando da perna. Ela mandou saber de mim de quem era o cavalo, que pegasse que ela vinha levar, se tivesse jeito mandava dá jeito e se não tivesse sacrificava. Aí eu fui e mandei telefonar pra ele, o rapaz que tinha ficado encarregado de ficar com o cavalo, eu digo:

- Ó cê diga ao Neto que pegue o cavalo que a moça vem olhar, a doutora, a advogada vem olhar. Se tiver jeito ela manda dá jeito, se não tiver, é sacrificado. Dez minuto tá morto. Mas cê diga a ele se ele não quiser me dê pra mim porque se tiver jeito eu mando dá jeito, se não tiver eu não deixo matar não.

A conversa foi essa. Aí ele foi, quando foi no outro dia ele já chegou com o recado: não, ele disse que podia ficar pra você. Eu peguei o cavalo amarrei ali, quando foi no outro dia a moça veio olhar. Ela veio e disse:

- Seu José não tem jeito, o nervo dele já encolheu, o jeito que tem é matar.

Mas eu digo:

- Eu num deixo não. Moça, me diga uma coisa quando a gente quebra um braço, a gente morre?

- Não.

⁵⁷ Não são raras as aparições de jacarés nas lagoas e canais de Fortaleza. Em 04 de Agosto de 1999, apareceu na lagoa da Parangaba um jacaré preso numa rede de pesca. Medindo cerca de 1,60m e pesando 80 quilos, o jacaré foi resgatado já morto pelos pescadores. Em 2001, outro jacaré apareceu na mesma lagoa. Dessa vez foi capturado por fiscais do Ibama e levado para o Zoológico Sargento Prata. Mais recentemente, em 20 de Agosto de 2007, foi encontrado um jacaré num canal no bairro Aeroporto. O réptil saiu do canal e correu em direção as casas do bairro sendo preso em seguida. Ver: *Jornal O Povo* de 04 de Agosto de 1999 e 20 de Agosto de 2007.

- Quando quebra uma perna, mata?
 - Não.
 - Pois então, eu não vou deixar matar ele não.
 - O senhor num vai deixar não seu José?
 - Deixo não. Mas seu José com a continuação do tempo ele vai urrar de dor.
 - Eu compro remédio e dô a ele mas num deixo matar.
 - Mas seu José, cavalo grande no jóquei clube, cavalo bonito, quando quebra uma pata a gente vai lá e sacrifica.
 - Mas minha senhora isso é gente que não quer ter trabalho, pois eu... ele num era meu não, mas o rapaz me deu pra mim, pois eu vou ficar com ele até ele morrer. Ele morre e eu cavo um buraco e enterro ele, mas num deixo matar não.
 - O senhor num deixa não?
 - Num deixo não.
 - Pois pega o número do meu telefone, aí qualquer coisa que ele sentir liga pra mim que eu venho dá ejeção nele.
- Até hoje... come, bebe... Aí eu fiz esse cercadinho pra ele aqui... Fiz essa casinha pra ele, né. Aí eu pranto daquele lado e a casinha aqui é dele, o cercadinho dele, tem o coxo dele, boto comida pra ele aqui no coxo, amarro ele no lado de fora, quando é de tardzinha... Dou dois banho nele por dia... Quando é tardzinha dou um banho nele, boto no coxo pra comê e taí bonzinho bem gordinho. (seu José – março/2007).

Essa pequena narrativa ilumina questões e articula duas visões de mundo que se contrapõem e expressam maneiras diferentes de encarar aquilo que constitui o reino animal e vegetal. De um lado, uma visão que associa o cavalo à lagoa a partir da inutilidade do animal para os fins a que servia *pois, já que ele vai morrer, tu bota ele lá pra lagoa porque se ele morrer morre pra lá*. Esta frase compartilha o mesmo conteúdo de outra: *cavalo grande no jóquei crube, cavalo bonito, quando quebra uma pata a gente vai lá e sacrifica*. Ambas demarcam formas de tratamento e de atitude com o animal que reforçam, por sua vez, as diferenças entre a civilização e o mundo natural.



Figura 8: o cavalo Jorge nas margens da lagoa da Parangaba. Foto: Helio Monteiro, março/2008.

Significativamente, é nas margens da lagoa que a outra visão se manifesta ao questionar essa diferença:

- Moça, me diga uma coisa: Quando a gente quebra um braço, a gente morre?
- Não. Quando quebra uma perna, mata?
- Não.
- Pois então, eu não vou deixar matar ele [o cavalo] não.

Seu José propõe uma reflexão que aponta para a aproximação desses mundos socialmente apartados. E propõe um questionamento que faz tremer toda uma tradição filosófica, religiosa e social que tece a superioridade humana e a justifica por meio da exaltação da racionalidade, do espírito humano e da cadeia evolutiva.

O que se percebe no discurso e na prática dos pescadores não é a defesa incondicional dos seres vivos. Tal idéia ainda está muito atrelada a uma concepção burguesa e profundamente marcada por uma radicalidade que apenas serve para conter os ânimos daqueles que se deparam ante as conseqüências ambientais e sociais dos seus excessos consumistas. Cabe, ironicamente, àqueles que estão excluídos desse consumo predatório, a proposição de outra relação que é fruto da aproximação e do reconhecimento da construção contínua da condição humana. Por sua vez, forja-se um espaço difuso e ambivalente no qual a interlocutora vê-se confrontada frente à insistência do homem:

Esse cavalo aí, ele é nossa vida. É a minha, é a sua. A vida dele é a nossa vida. Só que ele num fala. Nós falamos, nós pedimos e ele num fala. Mas é a mesma nossa vida. A dor que eu sinto, cê sente e ele sente. É a mesma coisa. Se a gente der uma pancada na perna dele, ele sente. É que nem na nossa. Se nós bater na nossa perna nós sente, né não? Do mesmo jeito na dele. (seu José – março/2007).

Podemos identificar outras evidências que revelam o caráter liminar (ver nota 53) das margens da lagoa. Está entre a cidade e a lagoa, é o *intermezzo*, demarca uma fronteira ambígua, que se constitui como lugar de moradia instável, de passagem transitória, também lugar da fogueira, do peixe frito, do baião-de-dois, das rodas de conversas prolongadas, quase intermináveis, e dos encontros amorosos.

Portanto, a margem ora pode ser *pedaço*, ora pode ser *mancha* (Mangani, 1996, 1998, 2002). O pedaço é o lugar intermediário entre a “casa” e a “rua” onde os indivíduos constroem uma sociabilidade mais ampla do que as existentes na família e

mais densa e significativa do que as que caracterizariam o espaço público das relações impessoais. A *mancha*, por sua vez, se caracteriza pela heterogeneidade social e pela diversidade sócio-psicológica dos indivíduos e grupos que a compõem. Eles constroem sociabilidades mais momentâneas, espontâneas e marcadamente esporádicas.

As margens também são o divisor entre as águas. Os pescadores que pescam dentro da lagoa entram em contato com a poluição que é evidente. Mas para quem permanece nas margens e para os que afirmam não comer os peixes pescados, um duplo aspecto pode ser estabelecido: eles temem a poluição da água e as doenças que esse contato pode acarretar.

Outro aspecto é a imprevisibilidade que envolve a lagoa. Que não fica longe daquele que cerca os mares bravios do litoral. Como afirmou-me um pescador: *a lagoa num tem cabelo não*. [março/2008]. Ou seja, está-se também sujeito às surpresas que envolve essa atividade, que requer cautela e coragem.

A poluição constitui mais um elemento a ser transposto para que a comunhão entre homem e natureza ocorra. Por outro lado, adentrar nas águas é sempre correr um risco e voltar às margens para afirmar com a boca que devora o peixe, a força e a necessária coragem diante da poluição.

Ora, como não pensar nas iniciativas de urbanização das lagoas da cidade que procuram limpar uma geografia onde crescem arbustos, tiriricas e aguapés, por meio da construção de calçadas e parques? Iniciativas que simbolizam os esforços de adequação desses espaços à formação urbana, como se a mera mudança da verde paisagem para o acinzentado das construções humanas eliminasse, com um passe de mágica, os elementos inconvenientes ao progresso. Não se trata de fazer uma crítica ligeira a essas intervenções, mas evidenciar a superficialidade ou o mascaramento dos reais problemas de poluição que acometem as lagoas, prejudicando pescadores e banhistas.

A relação do homem com a poluição tem se caracterizado pela complementaridade dos elementos simbólicos e conhecimentos científicos que estabelecem um sistema no qual a ordem e a desordem são os dois lados da mesma moeda.

Passando pelo campo e chegando à cidade, e na cidade se instalando nas residências urbanas, o homem procurou sempre distinguir e se distinguir por meio de

certa civilidade que abrange a noção de limpeza. Esta noção atrelada à higiene permite que ele coloque em ordem aspectos da realidade que parecem totalmente em desordem e ambíguo. Segundo Mary Douglas (1966, p. 12):

A higiene, por contraste, vem a ser uma excelente rota, desde que nós a possamos seguir com algum auto-conhecimento. Como se sabe, a sujeira é, essencialmente, desordem. Não há sujeira absoluta: ela existe aos olhos de quem a vê [...]. A sujeira ofende a ordem. Eliminá-la não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente.

Ao transpor a barreira da poluição os pescadores afirmam uma ordem sem, no entanto, negar a desordem. Se a poluição é um indício de que algo na cidade está desordenado, por outro lado, não é suficiente para impedir os banhos e a pescaria. Nem importa muito se o boletim de balneabilidade informa se as lagoas estão próprias ou impróprias para o banho. Mesmo porque essas informações não abrangem todas as lagoas da cidade e nem estão ao alcance de pescadores que apresentam pouca familiaridade com a informática.⁵⁸

Negar ou afirmar a poluição prescinde do conhecimento ou da ignorância de seus indícios. Negação e afirmação entram num jogo em que ambos os sentidos se anulam. A relação entre os termos já não mais serve para invalidar ou afirmar uma dada ação. São outras as questões que orientam as ações dos indivíduos: medo ou coragem; comer ou não comer; arriscar ou permanecer na dúvida; ter o que comer no dia seguinte ou não; se divertir ou permanecer desolado; trabalhar ou tornar-se improdutivo.

⁵⁸ A Prefeitura de Fortaleza, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano - SEMAM, disponibiliza, na internet, um boletim semanal sobre as condições químicas das águas do Lago Jacareí, e das lagoas do Mondubim, Parangaba, Sapiranga, Messejana, Porangabussu, Opaia, Maraponga, Maria Vieira e Itaperaoba. Ver: www.semam.fortaleza.ce.gov.br

V

Tempo, espaço e movimento

Por que o tempo não deveria diminuir e parar ocasionalmente, ou mesmo retroceder?⁵⁹

Edmund Leach

Esperar, esperar e esperar

Há uma literatura antropológica⁶⁰ que salienta a peculiaridade temporal que envolve a pesca litorânea realizada nas jangadas, nos paquetes e em canoas em alto mar. Tal literatura chama atenção para os perigos do mar, a prudência dos pescadores envolvidos em atividades que exigem uma sabedoria em relação ao momento certo de sair para o mar, de se localizar e de regressar a terra, que envolve a *alternância do dia e da noite, do inverno e do verão, da maré cheia e da vazante, dos movimentos do vento, das fases da lua e dos ciclos reprodutivos e migratórios dos diversos tipos de peixe* (OLIVEIRA JUNIOR, 2003, p. 30). Nesse caso, a maneira mais recorrente de lidar com a “instabilidade” temporal é *esperar* que as circunstâncias climáticas estejam favoráveis à navegação e ao exercício das atividades pesqueiras.

Deleuze (1998, p. 186) chamou atenção para o mar como *espaço liso* por excelência, onde impera uma ciência nômade⁶¹ que leva em conta ventos, ruídos, cores e sons; diferentemente dos mares *estriados* que são submetidos a uma ciência régia e de Estado que se apodera das conquistas astronômicas e geográficas. O *espaço liso* não metrificado e dimensional, mas direcional, não visa portos, chegadas. Sujeito às intempéries, os esquadrinhamentos feitos próximos à terra procuram assinalar e

⁵⁹ LEACH, 1974: 205.

⁶⁰ Cf. SILVA, (1989); DIEGUES, (2000) e OLIVEIRA JUNIOR, (2003 e 2004).

⁶¹ Cf. DELEUZE, 1998.

reconhecer forças estranhas e não organizá-las num saber que visa apoderar-se delas. Ainda que se possa objetar que se trata também de uma atividade que estria, ao estabelecer caminhos e percursos, pontos e chegadas, o próprio autor adverte que a luta e as imbricações entre o *espaço liso* e o *espaço estriado* se referem a uma maneira de estar.

Portanto, não se trata de recusar essas conquistas nem tampouco glorificar um passado idealizado na primitiva e “harmoniosa” relação entre o homem e a natureza. Como lembra Guattari (1991, p. 24), essa idéia, além de absurda, não resgatará jamais esse tempo idílico. Trata-se, ao contrário, de sublinhar os tempos que convivem conflituosamente na cidade, expressos nos movimentos de desterritorialização, que por meio da bricolagem, *restitui o liso a partir do estriado* e reterritorialização que *estria o liso* por meio do apoderamento.

Por conseguinte, a lagoa se constitui também um espaço liso. Embora a presença de marcos e divisas façam parecer o contrário, são outras as instâncias econômicas, sociais, políticas e temporais que emergem na experiência cotidiana. É a própria cidade que libera esses tempos e as ambigüidades dos limites rurais, urbanos, marítimos e lacustres.

De fato, o tempo dessa atividade, ou melhor, o tempo no qual ela transcorre tem como parâmetro de medida os ciclos naturais que medeiam as relações do homem com o mar. A idéia de ciclo é a própria personificação temporal da natureza, oposta, portanto, ao tempo linear, que expressa a maneira dominante da sociedade contemporânea de experimentá-lo nas relações do dia-a-dia na terra batida ou no asfalto quente das cidades.

Para Giddens (1991, p. 26-27) nas culturas pré-modernas *ninguém poderia dizer a hora do dia sem referência a outros marcadores sócio-espaciais: ‘quando’ era quase, universalmente, ou conectado a ‘onde’ ou identificado por ocorrências naturais regulares*. Mas em algumas sociedades “primitivas” o tempo também *é experimentado como algo descontínuo, uma repetição de inversões repetidas, uma seqüência de oscilações entre opostos polares: dia e noite, inverno e verão, seca e cheia, velhice e juventude, vida e morte*. (LEACH, 1974, p. 195) O que se assemelha nessas maneiras de marcar o tempo, e em outros modos de experimentá-lo, é a sua evidente característica de

fabricação humana. E, enquanto tal, sujeito a contingências culturais que, por sua vez, expressam as diversas adaptações do homem ao meio natural.

Assim como se verifica entre os pescadores de águas salgadas, também o tempo no qual transcorre a pescaria na lagoa da Parangaba obedece a outras condições e necessidades. Apesar de algumas semelhanças, existem diferenças que sublinham as peculiaridades dessa atividade. Paradoxalmente, ela contrasta e se soma aos outros tempos da cidade, contudo não como arquétipo da secularização e racionalização das instâncias sociais:

Se na atual dinâmica social a regra é viver a dimensão temporal de maneira cada vez mais compulsiva, onde se apresenta bastante clara a ruptura entre tempo de trabalho e de não trabalho, os sujeitos que lidam com a pesca artesanal, embora também inseridos nesse contexto, apresentam uma lógica bastante própria no trato com tais dimensões da vida cotidiana. (MONTEIRO, 2007, p. 4).

A cidade do tempo frenético predomina no cenário urbano. É a impaciência dos habitantes que se expressa nas buzinas nervosas dos carros, ônibus e motos; é a tensão das sobrelhas franzidas, criando sulcos profundos em testas de variados matizes; são as discussões banais e infrutíferas fruto da mesma impaciência que a alimenta.

Contudo, correm transversalmente outros tempos que se refugiam nos parques da cidade. Alguns são frondosos, outros mais escuros e inabitados, há ainda os abandonados, com bancos quebrados, com luzes apagadas, lugares sombrios, mas freqüentados por casais apaixonados ou por aqueles que os escolhem para vivenciar algum tipo de arrebatamento espiritual. Pode-se perceber ainda um tempo sinuoso que é experimentado nas esquinas e nos corredores, repletos de bares, cafés, boates e casas de espetáculo, onde perde-se ou encontra-se uma margem para a conversa e para driblar os problemas.

E nas lagoas, rios e mares da cidade qual o “valor” do tempo? Qual a sua importância? Como ele é experimentado? O que sobressai de algumas falas é sempre um caráter meio nauseante do tempo, uma desnecessária obrigação de contar as horas num ritmo acelerado.

Com efeito, o tempo ganha outras formas de percepção e quantificação. É medido pelo sol do meio dia que chega com força e “queima mais”, pela grande

quantidade de peixe que anuncia o fim de uma longa jornada e, em outros casos, é a sensação de prazer que serve como referência para decidir a permanência ou a partida. Conforme a resposta, negativa ou positiva, o tempo se transforma num obstáculo ou num aliado: *Todo dia a rotina é essa. Todo dia eu tô aqui. Aí a mulher diz assim: mas rapaz, tu num fica em casa um minuto. Eu acho tão bom aqui, aqui é tão bom que não dá nem vontade de ir pra casa, de tão bom é, num dá nem vontade de ir pra casa.* (pescador – março/2007).

A rotina da qual fala o pescador difere daquela que também pode revelar uma vida sem percalços, a abundância que se transforma na inalterabilidade dos fatos e dos afazeres cotidianos. Certamente eles também estão inseridos numa dimensão “temporal dominante” que atribui uma linearidade às experiências objetivas e subjetivas. Entretanto, vivenciam o dia-a-dia na lagoa suspendendo temporariamente as amarras da ditadura temporal que rege as atividades desenvolvidas na lógica da produção e do consumo em série, e da qual foram excluídos para a própria manutenção do sistema:

Eu chego aqui umas sete hora oito hora e só saio daqui umas cinco hora, seis hora da tarde. Eu saio com uns cinco quilo, quatro quilo de peixe. Aí eu chego em casa trato, limpo tudinho e boto pra mulher salgar mesmo. Só pra consumo mesmo. (pescador, março/2008).

De encontro ao ritmo dos carros que passam paralelamente à lagoa, daqueles que estão contando os minutos, em ônibus superlotados a caminho da escola ou do trabalho, os pescadores estão simplesmente parados e *esperando* a oportunidade de agarrar a própria vida e a dos peixes. O bote tem que ser preciso. Os gestos em conformidade com o tempo de puxar a armadilha ou retirar a tarrafa carregada, propiciam um leve sorriso no rosto queimado pelo sol. E assim as horas vão passando, os peixes se acumulando, o baião ficando pronto à espera do companheiro que tarda, mas não falha.

Tanto no mar quanto na lagoa a espera é um fator fundamental para o desenvolvimento da pescaria. Aliada à paciência, a *espera* não quer dizer passividade. Ao contrário, consiste numa poderosa arma com a qual se pode contar quando se sabe que existem forças no mar não menos reais do que aquela que impele os pescadores a empreender os esforços corretos e necessários para apanhar o maior número de peixes. Os movimentos sincronizados reclamam uma estreita simbiose com o modo de pescar.

Uma demanda específica de tempo relacionada a certa postura corporal tanto para os pescadores de tarrafas quanto para os que pescam com varas.

O vento corre bem mais forte, no entanto não ameniza o balançar de pernas do observador que começa a ficar entediado. A visão já está turva de tanto olhar para a mesma direção. A paisagem não se mexe nem com o mais forte vento. Os pescadores estão lá. Divididos em grupos, parecem pequenas ilhas aguardando a chegada de amigos. Mesmo que pareça absurdo, eles não contrastam com a lagoa. São elementos que brotam da água. Os movimentos dos braços desafiam o peso da matéria, o vento é o motor que gira toda a engrenagem. Assim, eles regressam. Surgem repentinamente. Nesse momento, vê-se que a engrenagem não é tão leve. Algumas gotas de suor pingam do rosto. Molhar a cabeça é necessário. Se o baião está pronto é hora de todos comerem, partilhar o peixe, jogar conversa fora e tomar uma cachaça.

A ciência nômade dos pescadores lacustres

Como tenho afirmado ao longo deste trabalho, os pescadores que encontramos nas lagoas da cidade utilizam-se de apetrechos artesanais para capturar peixes e camarões. Alguns deles são fabricados caseiramente, obedecendo a algumas regras e técnicas que são imprescindíveis para fabricar as redes e os galões e o bom manuseio desses instrumentos. Manejo que expressa uma relação entre o homem e as “ferramentas” de trabalho, revelando o caráter inventivo de um saber nômade.

Ora, se para Deleuze (1998, p. 27) são exatamente os fenômenos fronteiraços que mobilizam uma ciência nômade, pode-se afirmar que os espaços fronteiraços também acionam um outro saber, diferente na forma e no conteúdo daquele que é mobilizado pelo Estado. O Estado se serve de uma ciência régia, que trabalha o controle, a medida e a racionalização do movimento, da turbulência, do escoamento, enfim, que trata de mensurar e quantificar para melhor dominá-los como uma instância subordinada.

Paradigma desse processo é o próprio urbanismo, a construção de ruas e avenidas, dos lugares de poder, a centralização e unilateralidade de um saber que visa

conter os movimentos migratórios e o nomadismo dos indigentes, dos pedintes e dos desempregados.

Por outro lado, uma ciência nômade não possui uma medida, quer dizer, não pretende controlar. O que ela quer é usufruir e apreender o momento que passa como fluxo. Para tanto serve-se de um saber que rompe a divisão entre o trabalho intelectual e o manual, entre a teoria e a prática. Apresenta uma divisão do trabalho que é fruto de outras necessidades. Se entre os pescadores a divisão sexual do trabalho tende para a reprodução de uma ordem dominante e hierárquica, os saberes levados a cabo liberam um movimento de resistência, bravura e coragem.

Diante dos estigmas e preconceitos que cercam esse saber tachado como menor, prático e rudimentar, calcado na experiência da vida cotidiana, os pescadores forjam formas singulares de relação e conhecimento. Como ele não é fruto do acaso, pode-se certamente descrevê-lo, não com o intuito de capturá-lo, mas de fazer justiça à sua dimensão conceitual e corporal: o jogo com o movimento corporal, a sua articulação com a fabricação dos utensílios, passando pela produção e chegando ao consumo. São corriqueiras nas falas dos pescadores as demonstrações de intimidade com a atividade pesqueira, que visam capturar a maior quantidade de peixes de acordo com certas especificidades:

A rede é o seguinte... a rede que pega peixe maior e peixe grande que nem o Tambaqui... aqui se chama o cordão seda. Peixe nenhum quebra. Agora esse galão que a gente chama que pega peixe pequeno: traíra, cumatã. Se chama o galão, certo? O projeto dele não é rede. Mas toda pessoa chama rede. Pelo cordão de seda e pelo cordão de náilon aí se chama rede mas o processo mesmo do galão é o náilon. Aí esse galão pega é o seguinte, pega mais peixe pequeno, a traíra, o cará, o bodó. Mas a rede não, a rede própria mesmo ela tem a malha maior, a espessura dela é maior, questão de quase um palmo de largura que aí cabe aquele: o cumurupim. (pescador – março/ 2007)

Em outro momento, redes são imersas na água e esticadas de um lado para o outro como as redes de um jogo de vôlei, com as estacas também imersas mas, com um trecho submerso que serve para localizá-las. Esse modo permite que o pescador se ausente por um longo tempo da lagoa e possibilita que o mesmo pesque no turno da noite, visto como bastante perigoso para exercer a atividade *in loco*. Vejamos como é esse procedimento:

O galão a gente desenrola ele todinho, deixa ele já no ponto de soltar aí a gente chega no beicho d'água amarra uma pontinha aqui no mato e entra soltando a outra até enquanto tiver, enquanto tiver rede, galão. Cê ta soltando,

quando terminar, cê vai e amarra lá numa estacazinha. Ali tá dizendo veio só até aqui. Quando o tirador vai tirar, ele diz assim:

- Ó fulano, eu botei até aqui, acolá, lá está a estacazinha enterrada na água, lá pra mode que só deu até lá.

Aí se chama esticar a rede, esticar o galão. Aí quando o peixe vem, ele vai e bate no galão. No que ele bate no galão, se enreda, né. Tem deles que grande demais, a malha é pequena aí não malha só faz só se enredar que nem uma traíra grande. Ela não malha, ela se enrola. Aí consegue ficar, aí pequeno, não, ele entra na malha e não sai mais. (pescador – março/2007)

As armadilhas para o camarão são feitas de garrafas plásticas de refrigerante ou garrafas plásticas de cachaça, mais conhecidas como “celular”, encontradas nas margens da lagoa ou em outras localidades da cidade, como terrenos baldios. São também apanhadas com os vizinhos ou guardadas depois de usadas pelos próprios pescadores. O processo consiste primeiramente em cortá-las ao meio e depois virar o gargalo para baixo de forma a encaixar essa parte na base da garrafa para que não fique nenhuma brecha. Posteriormente, são feitos vários pequenos furos em volta para que a água escoe quando estiver em terra firme. As garrafas são presas umas nas outras através de barbantes, para que nenhuma escape. Então, prende-se a ponta do barbante em um local firme enquanto as garrafas submergem com o peso das iscas.

A qualidade da isca na armadilha do camarão é extremamente importante. Dependendo de como é feita, o cheiro pode ou não despertar o seu interesse. Ela pode ser uma mistura de borra de café com farinha d’água ou, mais raramente, minhocas. Mas se o objetivo é pegar peixes, aí são os próprios camarões que servem como atrativo. Na verdade, as armadilhas são construídas, sobretudo, para capturar o camarão que servirá futuramente como isca. Pequeno, ele não tem valor comercial. A não ser que seja vendido já como isca.

Nesse caso, as iscas são postas em algum lugar junto às margens enquanto os pescadores pescam com varas tarrafas. As varas de pescar são adquiridas em mercados da cidade ou fabricadas caseiramente. São jogadas na lagoa com um pedaço de isopor enfiado na metade da linha, que serve como bóia, permitindo que a isca fique submersa sem sofrer alterações com pequenos movimentos de distração. Num diálogo travado entre pescadores, é notória a importância dada a todos os procedimentos que envolvem uma boa pescaria:

- Ei, Francisco já pegou muito aí?

- Apostamo um real aí

- Ninguém arrastou nenhum até agora?
- Nenhum.
- É mesmo. Mas tá biliscando?
- Só se for no nosso pé.
- Mas peixe tem muito, né?
- Tem. Mas é bom de tarrafa. Até de barriga cheia eles vem.
- Não, mas no anzol é melhor. Eu acho melhor no anzol. É, no anzol cê tá esperano. Na tarrafa cê rebola só vem mais mussum. Mas essa bóia aí tá muito baixo. Aí é mais fundo. Óia aonde é que tá a tua fundura. Óia a tua fundura pra água que tá aí. Só pega o peixe mais se a tua bóia tiver mais alta. É só subir. Porque num canto fundo a bóia tem que tá mais pra perto da vara. Tem que dá linha pro peixe que é pra mode ele vim. (Março/2007)

Antes, é necessário jogar alguma isca no local em que vai pescar, para chamar a atenção dos peixes. Quando jogada a vara, quanto menos rebuliço na água melhor. Muitos pescadores evitam, por esse motivo, pescar onde os meninos estejam tomando banho. Outros ficam muito aborrecidos quando eles pulam na água próximo ao lugar da pescaria. Isso assusta os peixes, que vão embora. Mas se as crianças permanecem por ali com suas pequenas varas, implorando por algumas iscas, alguns pescadores mais velhos passam a orientar como manuseá-las.

Enquanto isso, permanecem em pé ou sentados esperando a “bicada” do peixe. Sem nenhum movimento brusco, são capazes de passar horas, esperando o momento certo de puxar a linha. A cada bicada, o pescador puxa velozmente a vara sempre, em sentido perpendicular, da esquerda para direita e vice-versa. O movimento tem que ser rápido para o peixe não escapar, mas nem sempre consegue fisgá-lo. Se muito pequeno, é devolvido à lagoa. Os melhores peixes são os carás rosados, de médio porte e um pouco robustos.

Contudo, os peixes maiores são facilmente encontrados próximos ao centro da lagoa. Para chegar até lá, os pescadores utilizam uma bóia artesanal feita a partir da câmara de ar dos pneus de caminhão. A bóia tem que estar na medida certa, nem muito cheia, o que dificulta fechar as pernas, e nem muito seca para não afundar. Nela, os pescadores permanecem sentados, com as pernas enganchadas. Os braços se prolongam com pedaços de paus ou com as próprias chinelas e transformam-se em poderosos remos. Começam, então, um movimento rápido e contínuo em direção ao centro.

Considerando o estudo de Laban (1978) no qual ele identifica as principais posições que o corpo encontra para repouso ou ação, vê-se que o *flutuante* articula os membros sincronizando-os entre o repouso e a ação; entre um leve e um pesado

movimento. Na verdade, enquanto os membros inferiores estão repousando numa posição equilibradamente sentada, os membros superiores estão trabalhando.

Guardando as devidas proporções, os pescadores que utilizam as varas de pescar também oscilam entre o repouso e a ação. A diferença é que eles poderão, conforme a necessária velocidade para fisgar o peixe, usar as pernas para dar um melhor resultado ao seu movimento.

Construindo outro esquema, podemos visualizar, acredito que de forma mais clara, a relação entre tempo, espaço e movimento: **esperar/agir = repouso/ação = movimento + leve/movimento – leve.**



Figura 9: Pescador erguendo a tarrafa, desembaraçando-a e preparando-a para o lanceio. Foto: Hélio Monteiro, 2008.

Outras vezes, mesmo parados, os pescadores estão em movimento, carregados pelo fluxo do vento. Vagueia-se, considerando a maleabilidade imperativa do vento. Trata-se da viagem sem movimento, sem rumo determinado. Camisas e bermudas vão lentamente ficando molhadas à medida que se aproximam do lugar escolhido. Todos mantêm uma boa distância uns dos outros, evitando que a agitação da água, com o lançamento da tarrafa, o atrapalhe ou desperte a atenção do jacaré:

Eu já vi jacaré aqui. E aí eu tava pescando do lado dele de anzol, aí enquanto ele tava com a cabeça de fora olhando pra gente tudo bem... quando ele baixa a cabeça nós tem que afastar porque se bater na água [a tarrafa ou o anzol] ele ataca a gente e vai considerar como ataque se bater muito forte. (Antonio, pescador, março de 2008)

O silêncio é total. Nenhuma conversa, ao contrário do que acontece nas margens da lagoa. Raramente os pescadores se cruzam. Nesse espaço a comunhão com a natureza se faz por meio do silêncio e dos movimentos calculados. E quando ocorre o encontro, chegaram ao fim da jornada. É hora de contabilizar o ganho e se apresenta um saldo negativo, retornam visando outros lugares para mais uma tentativa.

A cena é exuberante. As redes se abrindo como pétalas ao sabor do vento e se fechando rapidamente, quase que desaparecendo antes de entrar na água. Delicadamente elas vão se aconchegando na lagoa. Elas surgem em várias direções em momentos mágicos de sincronia. Outras vezes, isoladas, reclamando toda a atenção. São redes maiores que requerem do pescador, bastante habilidoso, força e perícia para jogá-la bem ao alto. Depois vem a hora de puxá-la, com cuidado, num ritmo cadenciado, até a bóia, que provavelmente esconde algum saco ou reservatório em que os peixes pescados irão se debater até a morte. Quando retiram todos os peixes presos à rede, jogam-na novamente.



Figura 10: pescador jogando tarrafa nas margens menos visualizada da lagoa. Foto: Helio Monteiro, 2008.

Jogar a tarrafa não é simplesmente jogá-la, desculpe a tautologia. O tronco do pescador deve estar apoiado na bóia, em repouso. As pernas ficam livres dentro d'água fornecendo o equilíbrio necessário. Contudo, os braços estão em constante movimento. Primeiramente, estirados ao alto prontos para o lançamento da tarrafa. Depois, entram em ação fazendo a rede emergir. Segundo um pescador:

Tem que amarrar a corda aqui [no punho] quando for lancear. Às vezes a gente joga longe, aí se soltar da mão a gente perde. Tem que desenrolar bastante aqui [os fios para não ficarem enrolados uns nos outros], tem que dividir o peso do chumbo ao meio pra poder jogar por que se o chumbo ficar muito pro um lado, ela não abre, ela cambita... [pesa mais para um lado] o chumbo é pra ela [tarrafa] afundar mais rápido. É que quando o peixe se esconde na lama, ele [o chumbo] bate na lama aí o peixe sobe. (Antonio, pescador, março de 2008)

Note-se que as redes que são utilizadas nas lagoas são feitas do mesmo material das que são utilizadas em alto mar. O que as diferenciam são os pontos menores que dão a dimensão dos orifícios nos quais os peixes ficam presos. Isso se explica – já salientado na nota de número 40 – também pelas espécies de peixes que habitam a lagoa: são pequenos e pouco robustos.



Figura 11: pescador erguendo uma tarrafa pronta para ser lanceada. Foto: Helio Monteiro, 2008.

Há uma coordenação de movimentos fortes e leves combinados com um saber passado de geração em geração. De acordo com José, 50 anos, nascido em Canindé, que aprendeu a lançar tarrafa em sua “terra natal”, é importante saber a hora certa de lançá-la. Para que a rede venha cheia, é necessário lançá-la a favor do vento para que possa abarcar a maior quantidade de peixe.



Figura 12: Pescador com a metade do corpo imerso na lagoa, lanceando a tarrafa. Foto: Helio Monteiro, 2008.

A tarrafa também pode ser lanceada em pé. Embora não seja muito comum, os pescadores se posicionam próximo as margens, com a água beirando a cintura ou o peitoral, enquanto os braços são impulsionados em direção ao céu. Utilizam a tarrafa, mas não bóias, objetivando pegar os peixes que não conseguiram com as varas artesanais.

Já pesquei com anzol várias vezes também. Eu gosto dos dois [de pescar com anzol e tarrafa]. Onde tem peixe. Se tiver fraco de anzol tem que partir pra tarrafa. Anzol é mais é pro mato porque o peixe se esconde mais é no mato devido aos outros tarrafeiros (pescador- março/2008).

Chegando à margem, os peixes são retirados dos reservatórios, alguns ainda vivos, e toda água é jogada fora. A rede é cuidadosamente recolhida para que não fique nenhum nó. Para tanto, algumas vezes um pescador ajuda o outro, dependendo da proximidade. As armadilhas que foram deixadas são recolhidas. Retirados todos os

camarões aprisionados, eles são guardados para o dia seguinte. Nesse momento, quase sempre aparecem várias crianças pedindo peixe e camarão.

Encontrei-me com um senhor aposentado que vai à lagoa para passar o tempo. Afirmou que a pescaria tem ajudado muito na sua recuperação de uma recente cirurgia cardiovascular. Não come os peixes pescados, dá para as crianças e para aqueles que tomam cachaça. Enquanto conversava comigo, dava orientações a alguns meninos, observava a isca, sinal de peixe beliscando: *Aqui num falta gente não, macho, é todo dia. Quem num vem pescar vem tomar cachaça. Aí é pescando peixe e assando.*

Depois que a criançada consegue o que quer, saem felizes para pescar pequenos peixes como esses aprendizes. Pequenas no tamanho, mas grandes na responsabilidade que lhes cabe. A presença das crianças nas lagoas é um fruto que ainda pode germinar para que olhemos com mais vagar e carinho para esse espaço citadino.

Esse encontro de gerações permite a troca de significados que expressam valores às vezes contraditórios e, outras vezes, conciliadores. Um intercâmbio que viabiliza a permanência do fenômeno que ganha novos atores que não estão em busca da sobrevivência, mas do lazer descompromissado, da aventura que desafia grandes homens. Abre-se, enfim, um caminho novo, com a ajuda desse contato que cruza as gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou o momento de puxar o anzol, retirar a isca teimosa, recolher a tarrafa, desembaraçá-la, secar a bóia, pegar os peixes e a bicicleta e ir embora, para que outros sintam-se à vontade de continuar a viagem, acrescentando novos trilhos, atalhos e caminhos.

Ao longo da viagem, compus um quadro estético e científico da cidade de Fortaleza a partir dos espaços naturais, principalmente das lagoas e das experiências cotidianas dos pescadores lacustres. O processo do crescimento urbano desenfreado, da modernização e da industrialização contribuiu para que as contradições inerentes desse percurso não tardassem aparecer.

Ironicamente, nas fissuras desse processo, práticas alternativas de sobrevivência são construídas para salvaguardar os pescadores de um saque repentino e definitivo. Por outro lado, as margens das lagoas, dos rios e mangues com seus peixes poluídos não são os restos com os quais têm que se contentar os que não conseguiram o seu quinhão nos benefícios do progresso tecnológico.

Essa paisagem não é apenas recorrência de uma falta. Negligenciada por uns, serve, contudo, a outros. E nesse conflito silencioso, quase imperceptível, aprendemos a perceber os interesses que estão em jogo, as armas argumentativas, políticas, judiciais e policiais que empresários e poder público podem acionar contra os pescadores. Cada um forja determinadas relações, deixando claro sua postura e sua visão de mundo.

São especificamente os homens roubados que estão construindo novas formas de relação com as lagoas, demonstrando que ambos merecem maior e melhor atenção do poder público. Aliás, essa relação já se firmou como um casamento longo e profícuo através do lazer e sobrevivência, demonstrando a perversidade da separação celebrada entre natureza e cultura, entre homem e animal.

A sua presença na lagoa não é para promover a redenção do homem com a natureza. A conseqüente promoção que assumem, quer consciente ou inconscientemente, é a formação de um quadro geográfico mais amplo e complexo do que aquele que é vendido nos cartões postais. Homens e mulheres reconfiguram a cidade que é movediça e solo fértil de contradições.

Não poderia ser diferente. Não somos também produto de contradições? Deleuze afirma que somos compostos de linhas, muitas linhas. Verdadeira cartografia do corpo. Ambigüidades. Multiplicidades. Assim é a cidade. E Fortaleza não é exceção à regra. Muito menos os pescadores urbanos, lacustres, artesanais, assíduos, sazonais e domingueiros. Muitas denominações que são exemplos da dinâmica urbana e social.

O caráter heterogêneo da cidade e do ser social se mesclaram na formação da paisagem urbana. Fortaleza, cidade do mar e do sol. Fortaleza, cidade das lagoas. Fortaleza, cidade dos jangadeiros. Fortaleza, cidade dos flutuantes. Resumindo a ópera: Fortaleza, cidade dos homens. Homens de origens diferentes, com rostos diferentes, com objetivos diferentes, com atitudes semelhantes, em busca de sonhos singulares.

Os pescadores da lagoa da Parangaba são literalmente o reverso da vitrine (BARREIRA, 1992). São homens e mulheres que construíram outra paisagem e colocaram a imagem dominante de cabeça para baixo. Nesse jogo de espelhos, o que eles têm para vender são pequenos peixes. Entretanto, o que têm a ganhar não é vendido e, no caso, vem de graça e é dado pela natureza. Trabalho, casa, alimentação e diversão. A construção de uma humanidade humanitária. Isso já não soa redundante.

Nesses tempos de aquecimento global, catástrofes ambientais provocadas por chuvas torrenciais, ciclones, furacões, inundações, desmatamento desordenado, emissão exagerada de poluentes, poluição dos rios e mares, torna-se necessário avaliar criticamente as idéias veiculadas nos meios de comunicação que almejam a mudança de um problema global com iniciativas que visam a mudança da relação do homem com o meio ambiente. Mais uma vez a cultura não é acionada.

Ora, se considerarmos que desde seu aparecimento, o homem vem modificando a natureza, como condição de sua humanidade, temos, então, que encarar tal relação como algo construído socialmente. Dessa forma, as instâncias políticas, econômicas e os interesses conflitantes devem ser reavaliados numa perspectiva sócio-ambiental.

A poluição das lagoas de Fortaleza, os pescadores lacustres, a ocupação das encostas dos rios e das lagoas e a ocupação das áreas de preservação são fenômenos de ordem social, cultural, econômica e ambiental. Revelam, por sua vez, a importância das iniciativas micro-políticas que podem modificar o curso desses problemas.

De fato, nesse caso, está no bojo do problema uma relação alternativa. A longa e duradoura associação dos pescadores com as lagoas da cidade tem que ser vista a partir das instâncias política, social, econômica e cultural e tomá-la como iniciativa criativa e necessária. Condená-los não é o caminho mais profícuo. Não se podem condenar as atitudes daqueles que estão nos revelando a importância dessa paisagem.

Certamente os pescadores da lagoa da Parangaba estão nos propondo questões que valem a pena ser pensadas. E se o fato de ocuparem uma posição socialmente inferior e ambígua favorece esse empreendimento, é porque os valores dominantes, ainda que sirvam de referência, não se encontram mais na cômoda torre de marfim. Portanto, colocar em evidência esse contraste a partir de outras referências culturais e subjetivas que são reapropriadas e forjadas pelos pescadores, foi produto de uma atividade científica, que também explicita uma visão e uma atitude política.

Bibliografia

- ALENCAR, José de. **Iracema**. Casa de José de Alencar - UFC, 2001.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 2ª. Ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.
- AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). **Fortaleza, ontem e hoje**. Fundação da Cultura e Turismo de Fortaleza, 1991.
- AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça**. 2ª ed. Fortaleza, UFC/ Casa José de Alencar, 1992.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- _____. “Entre a Rebeldia e a Disciplina: Dimensões Simbólicas e Políticas nos Movimentos Sociais Urbanos”. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (Org.). **Brasil Urbano: cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya Editora, 1993.
- _____. “Conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro”. In: **Revista Análise Social**. Lisboa, v. XLII, no. 182, p. 163-180 1º. Trimestre de 2007.
- BARROSO, Gustavo. **Praias e várzeas; Alma sertaneja**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. (coleção Dolor Barreira).
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências da modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECKER, Howard. “A Escola de Chicago”. **Revista Mana – Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, v. 2, no. 2, p. 177-188, out 1996.
- BENÉVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Editorial Presença, 1963.
- BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única: obras escolhidas II**. 5ª ed. São Paulo: editora brasiliense, 1995.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CALVINO, Ítalo. **Marcovaldo ou as estações na cidade**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **As cidades invisíveis**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza provincial: rural e urbana**. Fortaleza, Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CAMPOS, Franderlan; MATIAS, Trícia; MONTEIRO JR, Francisco Hélio. **Os parceiros da lagoa da Parangaba: sobrevivência e lazer**. 2004. Trabalho final apresentado à disciplina de Antropologia III no curso de graduação em Ciências Sociais - UECE.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. 2ª. Ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CARVALHO, José Jorge. **O olhar etnográfico e a voz subalterna**. Brasília: Série Antropologia, 261. Depto. de Antropologia, UnB, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 11ª ed. São Paulo: Global, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CLASTRES, Pierre. “O arco e o cesto”. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CLAUDINO SALES, Vanda Carneiro de. **Lagoa do Papicu: natureza e ambiente na cidade de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo - Departamento de Geografia. Dissertação de Mestrado, 1993.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

CUNHA, Lucia H. tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. In: DIEGUES, A. C. (Org) **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DAMATTA, Roberto. “Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade”. **Revista Mana – Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, v. 6, no. 1, p. 7-29, abril 2000.

_____. **Carnavais, Malandros e Heróis**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 2002.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol.5. São Paulo: Editora 34, 1998.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1966.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

FOOTE-WHYTE, William. “Treinando a observação participante”. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. 2ª ed. Editora Francisco Alves, 1980.

FRANÇA JÚNIOR, Luís Celestino de. “Seca”. In: CARVALHO, Gilmar de. (org.). **Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

GALENO, Juvenal. **Porangaba: a lagoa e a índia porangaba**. Fortaleza: Edição da Casa Juvenal Galeno/ Stylus Comunicações, 1991.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S&A, 1978.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1991.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza, BNB, 1979

_____. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza, BNB. ETENE, 1985.

GODOI, Emília Pietrafesa de. “O sistema do lugar: história, território e memória no sertão.” In: **Além dos territórios**. NIEMEYER, Ana Maria de. & GODOI, Emilia Pietrafesa. (orgs). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

GONDIM, Linda M. P. **O Dragão do mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

HOLANDA, Firmino. **Orson Welles no Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Anablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

LABAN, R. **O domínio do movimento**. São Paulo: Summus, 1978.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEACH, Edmund. Once a knight is quite enough: como nasce um cavaleiro britânico. **Revista Mana**, vol. 6 no.1. Rio de Janeiro Abril, 2000.

_____. **Cultura e comunicação. A lógica pela qual os símbolos estão ligados**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. “Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo”. In **Repensando a antropologia**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**. São Paulo: Editora UNICAMP, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal. Por uma antropologia do Litoral Nordeste sem cana e sem açúcar**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1978.

MANGNANI, José Guilherme. (Org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **Festa no Pedaco**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

_____. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 17, no. 49, p.11-29, junho de 2002.

MARICATO, Ermínia. Dimensões da tragédia urbana. In: **Com ciência**. <http://www.comciencia.br>

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, EPU. Edusp, 1974.

MENEZES, Livia Salomoni. **Feira dos pássaros: diálogos e cruzamentos entre a tradição e o massivo**. Fortaleza: Universidade Federal de Fortaleza – Departamento de Comunicação Social. Monografia de Bacharelado, 2007.

MONTEIRO, Sandoval Villaverde. A pesca artesanal nas praias urbanas de Natal: trabalho, lazer e práticas culturais. In: **Reunião Equatorial de Antropologia/ Reunião de Antropólogos Norte/Nordeste**, 10., 2007, Aracajú – SE. Anais. CD-ROM.

NOBRE, Geraldo. **Água para o progresso de Fortaleza**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

NOTTINGHAM, Patrícia Carvalho. **Tempos Verdes em Fortaleza: experiências do movimento ambientalista (1976 – 1992)**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Departamento de História. Dissertação (mestrado) em História Social, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo: UNESP, 1998.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gerson Augusto de. **O Encanto da Águas: A relação dos Tremembé com a natureza**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica – PUC. Doutorado em Ciências Sociais/ Antropologia, 2003.

_____. “Os Tremembé e o mar”. In: **Propostas Alternativas**. Fortaleza, n.12. p. 21-29. 2004.

PAMUK, Orhan. **Istambul: memória e cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PARK, Robert Ezra. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano.” In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PONTE, Sebastião Rogério da. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, Multigraf Editora, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA/ SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANO-SEMAM /UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ/ INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO MAR-LABOMAR. Programa lagoas de Fortaleza - Relatório do mapeamento batimétrico. Março de 2007.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 59^a ed. Rio, São Paulo. Record, 1989.

RIBEIRO, Esaú Costa. **Memorial e história de Messejana**. Fortaleza: Editel, 1982.

- ROBBINS, Tom. **O perfume de Jitterbug**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).
- RUSSELL, Bertrand. **O elogio do lazer**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- RYBCZYNSKI, Wiltold. **Vidas nas cidades: expectativas urbanas no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em vias de extinção (parte I)”. **Revista Mana – Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, v. 3, no. 1, p. 41-73, abril 1997.
- _____. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em vias de extinção (parte II)”. **Revista Mana – Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, v. 3, no. 2, p. 103-150, outubro 1997.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, Gláucia Oliveira da. **Tudo que tem na terra tem no mar: a classificação dos seres vivos entre os trabalhadores da pesca em Piratininga, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Funarte, 1989.
- SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. **Fortaleza: imagens da cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001.
- SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. As grandes cidades e a vida do espírito. **Revista Mana – Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, v. 11, no. 2, p. 577-591, out. 2005.
- SOARES, Luiz Eduardo. “Juventude e violência no Brasil contemporâneo”. In: NOVAIS, Regina & VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SPIRN, Anne Whiston. **O Jardim de Granito**. São Paulo: EDUSP, 1995.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

VIEIRA JR., Antonio Otaviano. **Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Ceará, 2005.

WEBER, Max. “Conceitos e categorias da cidade”. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3ª ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WIRTH, Louis. “O urbanismo como modo de vida”. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ZUKIN, Sharon. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: ARANTES, Antonio. (org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.